



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO (PPGE)

EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

“A coprec me ensinou a viver” Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia.

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Emanuell Lopes Barros Oliveira

3. Título do trabalho

"A coprec me ensinou a viver" Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Amoné Inácia Alves**, Professora do Magistério Superior, em 06/11/2023, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuell Lopes Barros Oliveira**, Discente, em 07/11/2023, às 00:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4173785** e o código CRC **B7A51BA0**.

EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

“A coprec me ensinou a viver” Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Amone Inácia Alves

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Emanuell Lopes Barros

"A coprec me ensinou a viver" Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia. [manuscrito] / Emanuell Lopes Barros Oliveira. - 2023. CXXXVI, 136 f.

Orientador: Profa. Dra. Amone Inácia Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. Educação. 2. Trabalho como princípio educativo. 3. Catadores de materiais recicláveis. 4. Cooperativismo. I. Alves, Amone Inácia, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 18 da sessão de Defesa de Dissertação de **EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA**, que confere o título de Mestre em **EDUCAÇÃO**, na área de concentração em **Educação**.

Aos **dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três (19/04/2023)**, a partir das **14h**, nas dependências da Faculdade de Educação, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM COOPREC NA CIDADE DE GOIÂNIA”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^ª. Dr^ª. **Amone Inacia Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFG**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. **Maria Izabel Machado (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **Universidad Holguim Oscar Lucero Moya**- integrante titular interna e Prof. Dr. **Rosivaldo Pereira de Almeida (UEG)**, doutor em **Educação** pela **UFG** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho, ficando assim: **"A coprec me ensinou a viver"** Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^ª. Dr^ª. **Amone Inacia Alves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Amone Inacia Alves

Prof^ª. Dr^ª. Maria Izabel Machado.

Prof. Dr. Rosivaldo Pereira de Almeida

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inacia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 19/04/2023, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Izabel Machado, Professora do Magistério Superior**, em 19/04/2023, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosivaldo Pereira de Almeida, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3680023** e o código CRC **4CDD88FD**.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de bondade por permitir a mim o sopro de vida, pelo respiro de cada dia, por me fazer acreditar que eu tinha condições de aceitar o desafio para realizar a pesquisa, conciliando os estudos, as atividades laborais e a dedicação à minha querida e amada família, preservando meu código de ética e o respeito ao público alvo, as catadoras e catadores de recicláveis.

Agradeço e dedico este trabalho a minha querida, bondosa e saudosa mãe, que além de me agraciar com o amor incondicional, não mediu esforços para que eu adentrasse ao mundo da educação e do conhecimento. Agradeço também ao meu querido pai, que na ausência da minha mãe, soube conduzir nossa família com dignidade, zelo e muito amor. A minha querida e saudosa Bibia, por todo seu amor e sabedoria, ao meu Irmão João Marcos e a minhas irmãs Clene, Ana Amélia, Gianna Paula e Edianna por torcerem e me apoiarem.

À família que Deus permitiu que eu constituísse, faço toda reverência e agradecimentos, a começar pela minha linda, dedicada e querida esposa Mirna, pelo companheirismo, por acreditar em mim em todos os momentos, ela que não mediu esforços para me apoiar nesta caminhada, e até promessa cumpriu, quando em dado momento do processo seletivo eu estava na iminência de ser eliminado. A linda e meiga Manu, por todo o seu carinho e doçura, ao menino “gente boa”, “gente pequeno”, “sonhador das estrelas”, meu querido e amado Samuca, que traz em sua essência humildade e refinados de humor e sabedoria.

No campo acadêmico, agradeço a amiga Giselia Lima que instigou a minha participação na seletiva do mestrado e depois contribuiu com valiosas orientações acerca do pré-projeto. Posteriormente, mas não menos importante, fui agraciado com aulas e professores que me ajudaram a refletir sobre a temática educação, concomitante a isso, recebi valorosas orientações da minha querida professora e orientadora Amone Inácia que pacientemente caminhou comigo durante o meu percurso na pesquisa. Agradeço ainda, as colegas Joana, Aila e Sinara pela troca de experiências e conhecimentos fundamentais para o meu aprendizado.

Faço meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que emanaram vibrações e pensamentos positivos, orientações assertivas, palavras de carinho e aqui não posso nominar a todos, mas gostaria de fazer um registro dos que estiveram mais próximos, como os integrantes da “diretoria”, José Mário, Heuller, Adriano, Antônia, Laylla, Renata, Gabriel, Benício, Arthur e Lorenzo. Também não poderia deixar de nominar algumas pessoas queridas que de forma direta ou indireta deixaram suas contribuições positivas para oxigenar meus pensamentos:

Elandia (comadre) João Batista (cunhado), Rosivaldo (cunhado), Cláudio Pires, Giltane, Laura, Gilsamara, Willian, Guilherme, Marilane, João, Heitor.

Ao Sistema OCB/GO, na pessoa do presidente Luís Alberto Pereira, por permitir que a minha jornada de trabalho fosse conciliada com a pesquisa, agradeço também aos colegas de trabalho do GCOOP pelo profissionalismo de sempre.

Faço um grande agradecimento a todas as cooperadas e cooperados catadores de recicláveis, em especial, aos vinculados a cooperativa Cooprec, por abrirem as portas da cooperativa e permitirem o compartilhamento do seu trabalho, das suas vivências, das suas angústias, das suas experiências e sobretudo das suas lutas diárias de enfrentamento a todos os obstáculos.

“Eu fui uma pessoa que tive a formação da bem antiga né, que a filha mulher era domesticada para tomar conta de casa, quando eu casei eu achei que ia me libertar disso, casei com outro que tinha a mesma mentalidade (risos), então eu só me libertei quando eu fiquei viúva, então eu comecei a trabalhar e vim pra cá, então isso aqui pra mim foi assim uma liberdade mesmo que eu não tive antes...” (Cooperada II).

RESUMO

Este trabalho acadêmico é uma pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG – PPGE/FE cuja Linha de Pesquisa é Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. O trabalho de catação tem uma função socioambiental de grande relevância para a população goianiense, dessa forma, a cidade de Goiânia apresenta um número significativo de grupos de catadores de materiais recicláveis que trabalham diretamente na catação, mas ainda enfrentam dificuldades para desenvolverem suas atividades. Nesse sentido, a pesquisa foi concentrada na Cooperativa de Reciclagem Dom Fernando – Cooprec, pautando-se no processo de formação de catadoras e catadores inseridos em um trabalho coletivo, levando em consideração as aprendizagens e o trabalho como função social. Durante a realização da pesquisa, no campo da educação e do trabalho, nos apoiamos em Adorno, Castel, Durkheim, Freire, Marx, Schwart, Teixeira, Vatin, sob a perspectiva do cooperativismo, das organizações coletivas e dos movimentos sociais, nos ancoramos em Caldart, Gohn, Kuenzer, Schneider, Singer, Valadares, Warren dentre outros. A investigação se deu no sentido de compreender como as cooperadas e cooperados se formam em seu trabalho, numa perspectiva do trabalho como princípio educativo. Além disso, a pesquisa voltou suas lentes para aspectos do trabalho precário e da educação (formal, informal, não-formal). Durante a pesquisa foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com duas cooperadas fundadoras da Cooprec, houve ainda, visitas e observações das catadoras e catadores em seu ambiente de trabalho. Diante disso, foi possível identificar características de aprendizagens adquiridas com a própria realização do trabalho, através de técnicas, posturas, manuseio de maquinários e o convívio e interação coletiva entre catadoras(es), saberes que não são propriamente adquiridos nos estabelecimentos formais de ensino. A pesquisa também nos mostrou particularidades das catadoras e catadores da Cooprec que se difere de outras cooperativas de catadores, por não ter em seu quadro social ex-catadores oriundos das ruas ou dos lixões. Com isso, foi possível refletir sobre as características e o perfil das catadoras e catadores, as complexidades do trabalho, as subjetividades e a forma como se dá as atividades e aprendizagens a partir de um trabalho coletivo e precarizado.

Palavras-chave: Educação. Trabalho como princípio educativo. Catadores de materiais recicláveis. Cooperativismo.

ABSTRACT

This academic work is research from the Postgraduate Program in Education at the Faculty of Education at UFG – PPGE/FE whose Research Line is Work, Education and Social Movements. Restoration work has a socio-environmental function of great relevance for the population of Goiânia, therefore, the city of Goiânia has a significant number of groups of recyclable material collectors who work directly in collection, but still face difficulties in carrying out their tasks. activities. In this sense, the research focused on the Dom Fernando Recycling Cooperative – Cooprec, focusing on the process of training waste pickers involved in collective work, taking into account learning and work as a social function. During the research, in the field of education and work, we relied on Adorno, Castel, Durkheim, Freire, Marx, Schwart, Teixeira, Vatin, from the perspective of cooperativism, collective organizations and social movements, we anchored ourselves on Caldart, Gohn, Kuenzer, Schneider, Singer, Valadares, Warren among others. The investigation was carried out with the aim of understanding how members and cooperative members are trained in their work, from a perspective of work as an educational principle. Furthermore, research has turned its attention to aspects of precarious work and education (formal, informal, non-formal). During the research, two semi-structured interviews were carried out with two cooperative founders of Cooprec, in addition to visits and observations of the collectors in their work environment. Given this, it was possible to identify learning characteristics acquired through carrying out the work itself, through techniques, postures, handling machines and coexistence and collective interaction between collectors, knowledge that is not exactly acquired in formal educational establishments. The research also showed us particularities of Cooprec's collectors, which differs from other collector cooperatives, as it does not have former street or landfill collectors on its staff. With this, it was possible to reflect on the characteristics and profile of the collectors, the complexities of the work, the subjectivities and the way in which activities and learning take place from collective and precarious work.

Keywords: Education. Work as an educational principle. Collectors of recyclable materials. Cooperativism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fluxo Logístico da Reciclagem.....	28
FIGURA 2 – Organograma do MNCR.....	46
FIGURA 3 – Representação do Sistema Cooperativista.....	51

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Consórcios públicos intermunicipais de resíduos sólidos urbanos (RSU) e municípios consorciados.....	31
MAPA 2 – Massa de resíduos domésticos (RDO) da coleta seletiva.....	33
MAPA 3 – Cooperativas e associação de catadores.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Nível de conscientização da população em relação à questão ambiental.....32

GRÁFICO 2 – Nível de escolarização das(os) cooperadas(os) da Cooprec101

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Curso coopera & recicla.....	68
FOTOGRAFIA 2 – Fachada da Sede da Cooprec.....	83
FOTOGRAFIA 3 – Sala de reunião e socialização das(os) cooperadas(os) da Cooprec.....	84
FOTOGRAFIA 4 – Papelão prensado e compactado em “fardinho”	94
FOTOGRAFIA 5 – Material reciclável para separação e triagem.....	103
FOTOGRAFIA 6 – Cooperadas retirando pó das cápsulas de café xpresso.....	105
FOTOGRAFIA 7 – Cooperados em confraternização da páscoa.....	106
FOTOGRAFIA 8 – Assembleia geral ordinária (AGO).....	111

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

ABRE – Associação Brasileira de Embalagem

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AGO – Assembleia Geral Ordinária

AGE – Assembleia Geral Extraordinária

AGESP – Assembleia Geral Especial

AMMA – Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

CATASOL – Catador Solidário

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEMPRE – Compromisso Empresarial Para a Reciclagem

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

COMURG – Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais

IS – Incubadora Social

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MP/GO – Ministério Público de Goiás
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAF – Organização de Auxílio Fraternal
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/GO – Organização das Cooperativas Brasileira em Goiás
OCG - Organização das Cooperativas do Estado de Goiás
OQS – Organização do Quadro Social
PIB – Produto Interno Bruto
PICPLAST - Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SCN – Sistema Cooperativista Nacional
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/GO – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo em Goiás
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TPBS – Trabalho, Produção de Bens e Serviços
UCEG – União das Cooperativas no Estado de Goiás
UCG – Universidade Católica de Goiás
UF – Unidade Federativa
UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – RECICLAGEM, COOPERATIVISMO E MOVIMENTO SOCIAL	27
1.1 A cadeia da reciclagem, implantação da política nacional de resíduos sólidos e os programas de coletas seletivas	27
1.2 Catadoras e catadores de recicláveis, suas trajetórias e desafios	38
1.3 O Papel dos Movimentos Sociais na luta dos Catadores da Reciclagem.....	42
1.4 Os contributos dos socialistas utópicos para o pensamento contemporâneo e a atual representação do Sistema Cooperativista.....	48
1.5 A cooperativa como ambiente de formação e geração de renda do catador	54
1.6 Análise de produção científica com enfoque no catador e no seu processo de construção e transformação a partir do trabalho solidário.....	59
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO, TRABALHO E COOPERAÇÃO.....	64
2.1 Educação como prática social para a cooperação e emancipação do catador cooperado	64
2.2 Formação do catador no espaço de trabalho	70
2.3 Cooprec – Caminhos, lutas e desafios.....	75
CAPÍTULO III – CONHECENDO A COOPREC, SUAS COOPERADAS E COOPERADOS	81
3.1 A primeira visita à Cooprec, uma relação de amor à primeira vista.	82
3.2 Alguns dados sobre gênero e raça que permeiam a atividade da reciclagem.	88
3.3 Análise geral dos aspectos econômicos, financeiros e sociais da Cooprec.....	92
3.4 Relações da Cooprec com o MNCR.	96
3.5 Saberes e aprendizagens sociais a partir do trabalho de reciclagem.	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DAS COOPERADAS CATADORAS	121
APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL DA ROTINA DE TRABALHO NA COOPREC	122
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	127
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) – EMENDA SUBMETIDA	133

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto central estudar os catadores de materiais recicláveis inseridos na cooperativa de reciclagem Dom Fernando – Cooprec na cidade de Goiânia, em que trazemos como tema a formação do catador a partir de um trabalho coletivo, levando em consideração o pouco acesso aos meios de educação, a exclusão social e a precarização do trabalho.

Antes de adentrarmos propriamente no tema é importante fazer uma contextualização de como cheguei a esse estudo, o interesse no tema, as motivações que me instigaram a aprofundar a busca por uma reflexão mais detida sobre um público tão estigmatizado, muitas vezes invisível, mas que desenvolve uma atividade essencial para a sociedade e para o meio ambiente.

Nasci em um dos estados mais belos e também um dos mais pobres da federação, e lá, ainda na minha adolescência, pude perceber que as contradições sociais se faziam presentes, digo isso, porque mesmo sendo de uma cidade modesta do interior do Maranhão, uma pequena parte da sociedade Amarantina, era formada por famílias tradicionais, basicamente duas ou três, que alternavam-se no poder ditando as regras políticas locais, perseguindo adversários e mantendo suas bases eleitoreiras com práticas abjetas de favores em troca de votos, caracterizando, portanto, as velhas práticas coronelistas.

Retomo esses fatos, porque aquela situação contraditória me inquietava, o mundo ideal de oportunidades de trabalho e renda, acesso gratuito e de qualidade aos serviços públicos, o ingresso ao ensino superior gratuito estavam mais próximo daqueles que detinham o poder local e parecia algo cada vez mais distante para aqueles que dependiam da “bondade” de quem estava à frente do poder político local.

Após vir para o Estado de Goiás no final da década de 1990, esse mundo ideal continuava distante, e mesmo que o Estado e sobretudo Goiânia oferecessem melhores condições de trabalho e oportunidades, a desigualdade aqui também era visível, as práticas políticas também não eram as mais republicanas e a sensação é que só havia mudado para um local mais desenvolvido em termos de acesso a serviço público e geração de emprego e renda, porém, as velhas práticas se replicavam e eram mais evidenciadas nas regiões periféricas. Além disso, por diversas vezes senti na pele as marcas da xenofobia em função do lugar de onde eu vinha.

As experiências de injustiças vivenciadas por mim, me levaram a procurar enxergar a sociedade com um olhar mais detido pensado em como a desigualdade se mostra em sua forma mais perversa e cruel, e isso me trouxe questionamentos que buscavam respostas que mostrassem o motivo pelo qual as pessoas não eram olhadas com a mesmas lentes, independente do estrato social que ocupassem. E foi justamente quando fui apresentado ao cooperativismo que eu pude perceber que ainda havia um fio de esperança.

Nesse sentido, busquei desenvolver essa dissertação, tendo como objetivo geral, analisar a problemática social dos catadores de materiais recicláveis em uma cooperativa de Goiânia, levando em consideração as aprendizagens e experiências em uma atividade cujo trabalho se dá de forma precária. Com isso, trouxemos para essa análise os seguintes objetivos específicos: Identificar as complexidades dos processos educativos formais e informais na reprodução de vida dos trabalhadores da reciclagem; Apontar aspectos inerentes a categoria trabalho, levando em consideração saberes, aprendizagens e subjetividades do catador a partir da atividade de catação; Identificar o papel das mobilizações coletivas urbanas na luta pelos direitos sociais dos catadores.

O mundo ideal de fato só existe no imaginário das pessoas, mas a realidade que está posta pode ser alterada a partir do momento que as pessoas conseguem enxergar valor naquilo que elas fazem ou produzem, naquilo que elas entendem como direitos, naquilo que as tornam na mesma perspectiva de igualdade, sem levar em consideração a camada social a que pertencem.

Conhecer mais a fundo o cooperativismo nos dá uma noção de organização de trabalho, não nos moldes capitalista burguês, opressor, perverso que enxerga o lucro acima de tudo, mas sim, como uma experiência que traz em sua essência princípios e valores que buscam aliar o econômico e o social, embora, se constate que em determinados segmentos cooperativistas o individualismo ainda prevaleça sobre os interesses da coletividade, mostrando que o cooperativismo por mais que se apresente como uma alternativa à relação de trabalho proeminentemente capitalista, também se mostra frágil e por vezes dependente deste sistema. Além disso, os cooperados deixam de internalizar e ao mesmo tempo de praticar a ajuda mútua, a democracia e a solidariedade, essenciais para as boas práticas cooperativistas e o convívio organizacional coletivo.

Ao ingressar no Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB/GO) tive contato com diversos públicos, pessoas com níveis de conhecimentos distintos, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, mas com a vontade dos que querem

conhecer, aprender e praticar ações que os tornem partícipes de uma sociedade que lamentavelmente os exclui. Dentre as atribuições como analista de cooperativismo na OCB/GO, uma das diretrizes a serem seguidas era a de disseminar a cultura cooperativista para grupos interessados em constituírem cooperativas e apoiar no desenvolvimento daquelas já constituídas.

Grandes cooperativas dos ramos: agropecuário, saúde e crédito, por exemplo, atingiram um nível de organização e governança que permitem aos cooperados boa remuneração e possibilita a divisão de sobras, os cooperados dessas referidas cooperativas também têm acesso às capacitações oferecidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo em Goiás (SESCOOP/GO).

Por outro lado, existiam e ainda existem muitas cooperativas que careciam de uma atenção especial, pois precisavam se estruturar do ponto de vista da gestão, das capacitações e do próprio entendimento quanto ao trabalho em coletividade, de se ajudarem e apoiarem mutuamente, do senso de trabalho em grupo, do compartilhamento de experiências e conhecimentos acerca da realização das atividades, a exemplo, as cooperativas de agricultura familiar e as cooperativas de trabalho dos catadores de recicláveis.

E foi este último grupo que mais me chamou a atenção, devido a todo um processo de exclusão social, negação de direitos, trabalho em condições precárias e ausência de conhecimentos basilares sobre as práticas e a educação cooperativista e ao acesso mínimo à educação formal.

Dentro daquilo que me coube enquanto analista do Sistema OCB/GO, procurei compreender melhor a realidade de grupos organizados e aqueles ainda incipientes em seus processos basilares de organização, que buscavam no cooperativismo melhorar a realidade de suas vidas, com isso, visitei diversas cooperativas e grupos de catadores no Estado de Goiás, conheci a difícil e triste realidade de vários lixões e aterros e ali pude presenciar o sofrimento de pessoas trabalhando em condições degradantes, dividindo espaço com aves necrófagas que se alimentavam dos animais fétidos em estado de decomposição. Sem qualquer tipo de proteção, tendo que separar dos orgânicos em decomposição, dos perfurocortantes ou de restos de materiais de higiene pessoal, o ser humano era submetido a uma atividade extremamente insalubre, mas era a última fronteira de um trabalho digno.

Dessa busca desumana, desigual e injusta, depende a sobrevivência do catador e da sua família em uma cruel batalha enfrentada cotidianamente sob sol ou chuva. “Recolher material

reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo” (SINGER 2002, p. 89).

Em meio a busca por material para garantir a própria sobrevivência, a fome inarredável se torna uma aliada indesejável que constantemente também acompanha o cotidiano do catador. A fala de Carolina Maria de Jesus (2014)¹, retrata bem essa realidade:

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com ‘despreso’. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome! (JESUS, 2014, p. 40).

Ainda sobre as questões alimentares que permeiam a vida do catador Carolina relata ter visto a cor da fome “Que feito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi tudo normalizou-se aos meus olhos”. (JESUS, 2014, p. 32).

Embora os relatos de Carolina tenham ocorrido na década de 1950, atualmente a realidade não é tão distante daquela ocorrida há mais de meio século. Em uma das visitas aos grupos de catadores, pude presenciar no lixão na cidade de Padre Bernardo a entrega de cesta básica doada pela secretaria de assistência municipal daquele município para o grupo de catadores, após a equipe de assistência social concluir a entrega e se retirar do local, em conversa informal com uma das senhoras catadoras ela me relatou que “nois as vez passa de semana sem ter uma alimentação decente” e aquele momento, mesmo sendo só uma vez por mês era muito esperado pelas catadoras e catadores. A insegurança alimentar é algo grave que transpõe aos muros das organizações cooperativas, tornando um problema de saúde pública. Mas a fome não é exclusivamente o único desafio enfrentado por aqueles cuja a sobrevivência depende da catação, a categoria também carece de moradia, de aparelhos públicos de lazer, esporte e cultura, acesso a saúde pública gratuita de qualidade, ter condições e garantias de manter seus filhos matriculados e frequentando o ensino regular formal nas escolas.

Na interação com catadores fui percebendo que além da pouca ou nenhuma (em alguns casos) atuação do Estado com políticas que efetivamente favoreçam o catador, essa categoria de trabalhadores ainda se sujeita às condições mais precárias, exaustivas e degradantes de

¹ Carolina Maria de Jesus foi catadora de papel e moradora da favela Canindé, uma das primeiras favelas de São Paulo. O livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada é uma edição dos diários relatando a dura realidade de vida dos favelados nos anos de 1950. Sua obra ganhou destaque e foi traduzida para 13 línguas.

trabalho (no caso específico de Padre Bernardo eles trabalhavam em meio à fumaça sem qualquer tipo de proteção, inclusive uma das cooperadas estava ausente do trabalho há mais de vinte dias devido a enfermidade causada por problemas respiratórios). Ademais, a catadora e o catador são explorados por atravessadores (que também são explorados), é a lógica do explorado sendo explorado por outro explorado. Por ser o elo mais fraco o catador acaba levando uma certa desvantagem em relação ao atravessador que se apresenta como uma espécie de empresário e detém, ainda que de forma precária, meios de produção que permitem a obtenção de lucro em cima do sofrimento, das necessidades e da luta diária daquele trabalhador.

As lutas diárias travadas pelo catador, que trabalha nas ruas ou nos lixões sob sol e chuva rasgando sacos em busca de materiais ou de comida, se tornam ainda mais complexas que as daqueles que estão em organizações com estruturas físicas que permitem, mesmo que de forma precária, o mínimo de conforto e segurança, no entanto, até mesmo para o coletivo já constituído e melhor organizado, as dificuldades também são desafiadoras no que diz respeito ao cumprimento de regras por parte dos associados, que anteriormente não estavam habituados a terem suas rotinas de trabalho pré-estabelecidas e agora dentro das organizações coletivas se deparam com tal mudança devido à própria dinâmica organizacional. Para Demajorovic & Lima (2013, p. 74) “[...] integrar uma cooperativa representa, para o catador independente, a necessidade de adaptar a uma nova dinâmica”. Outros desafios estão relacionados ao estabelecimento de parcerias, a gestão e a busca por melhores condições de trabalho, qualidade de vida e aumento da renda.

Ao que parece, as limitações dos cooperados ocorrem não somente pela falta de conhecimento em gerir uma organização, mas pela própria ausência de oportunidades, pela negação de acesso aos processos formativos e pelo desafio de superar a cultura capitalista, que embora não sendo individual, é interna, ou seja, subjetiva. Para além disso, parte dos problemas também se deve à ausência ou omissão do Estado, que deveria prover melhores condições de trabalho e oportunizar meios que permitissem efetivamente o acesso à educação formal para essa parcela da população. A omissão se configura como algo que destoa das ações do poder público, carecendo, portanto, uma melhor discussão que torne mais evidente as atribuições, responsabilidades e a atuação dos entes públicos.

Diante da realidade posta, comecei a pesquisar e me aproximar cada vez mais desse público, realizei diversas visitas a grupos de reciclagem, busquei na literatura trabalhos que contemplassem pesquisas e discussões sobre a formação do catador no lócus de trabalho, deste modo, encontrei inúmeros artigos que tratavam sobre a temática catador com abordagens sobre

aspectos psicológicos, de saúde física ou de relações interpessoais, contudo, me chamou a atenção o baixo número de trabalhos científicos publicados sobre a formação do catador no seu ambiente de trabalho, levando em consideração elementos da categoria trabalho e da educação popular ou dos processos formais e informais no seu campo de atuação.

A inquietação me levou a fazer um estudo mais aprofundado sobre as concepções formativas do catador em seu ambiente de trabalho, como esse catador se forma no seu trabalho? Quais as condições em que esse trabalho é realizado? Em que condições as relações e a atividade laborativa se constituem? Quais as aprendizagens e outras lógicas regem a atividade de catação?

Como estou diretamente ligado ao sistema de representação cooperativista brasileiro e algumas correntes teóricas em oposição ao pensamento doutrinário Rochdaleano (que veremos mais adiante) se apoiam na Teoria Econômica da Cooperação (que tem referência na escola Alemã de Münster) e iguala ou aproxima as cooperativas a outras empresas da concorrência, o cooperativismo (mesmo não visando o lucro) se apresenta como um dos modelos que oportuniza trabalho e renda, demonstra melhores condições de transformação da realidade de vida das pessoas tendo como atores principais os próprios cooperados, decidi fazer um mergulho na realidade das cooperativas de reciclagem goianas para melhor compreender a relação dos cooperados com essas organizações formais. Muito embora existam diversos trabalhos que tratam sobre a temática em outros estados, e que por vezes as realidades possam se confundir ou se completar, o objetivo é voltar a lente para a realidade goiana, mais especificamente goianiense, de modo que se possa buscar respostas para indagações ainda não respondidas e aos anseios ainda não atendidos, considerando a formação do catador inserido em uma organização constituída sobre o lastro do trabalho em coletividade.

Com isso, a investigação se dá no sentido de compreender a alteração no modo de vida da catadora e do catador a partir do trabalho, levando em consideração o trabalho precário e a educação (formal, informal, não-formal).

Ademais, as cooperativistas de trabalho, segundo os parâmetros estabelecidos pela própria legislação, regem-se por “princípios e valores” (BRASIL, 2012) essenciais para nortear a atividade do cooperado na sua atividade laborativa e em sua conduta ética, buscando equilibrar questões econômicas, sociais e ambientais, de modo que sua atuação seja transformadora de uma realidade. A “gestão democrática” e a “não precarização do trabalho” (BRASIL, 2012) figuram entre tais princípios e valores, no entanto, dentro de uma perspectiva laborativa dos catadores, ao que parece este último princípio não reflete a realidade vivenciada

na maioria das cooperativas de catadores de recicláveis que expõem as mazelas do trabalho precário.

Em suma, o interesse pela cultura cooperativista na atividade de catação, o espaço de convivência e aprendizagens, as singularidades e a história de vida e trajetória profissional das catadoras e catadores trarão subsídios para que as discussões acerca da trabalhadora e do trabalhador da reciclagem, as formas de exploração, os inúmeros desafios enfrentados e as ausências de direitos sejam evidenciadas.

Para uma melhor compreensão do funcionamento da cadeia produtiva de reciclagem que envolve diversos atores, dentre eles os catadores, incluídos em associações e cooperativas, é importante conhecermos os mecanismos legais que normatizam as atividades de reciclagem e o devido cuidado com os resíduos. Para tanto, ainda que não seja o foco central da pesquisa, se faz necessário trazer elementos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) amparada pela lei 12.305/10 evidenciando em que contexto a catadora e o catador se inserem.

É importante que se registre que durante o desenvolvimento da pesquisa nos ativemos a categoria de trabalhadores de reciclagem em torno de um coletivo, especificamente em uma cooperativa de Goiânia, mas é importante que se reflita sobre os catadores que permanecem no individualismo, que pouco ou nada sabem sobre o trabalho coletivo, que não se adaptam a normas ou regras organizacionais, que não enxergam valor em participar de um trabalho de ajuda mútua e que preferem continuar a fazer seu trabalho de forma individual sem ter que dar satisfação a outrem, pois daquela forma é a forma que ele aprendeu a trabalhar e ganhar o seu sustento. Em que condições esse trabalhador individual, que vive de sol a sol, de chuva a chuva, efetivamente desenvolve seu trabalho? Essa de fato é uma inquietação, mas também é uma indagação que ficará sem a devida busca por resposta, uma vez que, por motivos diversos, não é o objeto central desta pesquisa, contudo, outros pesquisadores talvez despertem o interesse e levem adiante a busca por respostas a tais inquietações.

Esse estudo, portanto, foi concentrado na Cooperativa de Reciclagem Dom Fernando – Cooprec, trazendo para o debate a relação do modo de vida do cooperado com o trabalho, procurando discutir e refletir o que o trabalho organizado em uma cooperativa traz de valor para vida do catador no seu processo formativo e quais foram as contribuições do movimento social para a incursão nesse processo. Escolhemos essa Cooperativa, em razão de pessoalmente ter acompanhado uma parte do desenvolvimento das suas atividades, bem como, pelo fato da Cooprec ter sido apoiada e influenciada por movimentos ligados a Igreja Católica, o que nos permite compreender as homologias entre o trabalho pastoral e a formação cooperativa.

Outrossim, foram discutidos os efeitos produzidos pela categoria trabalho, na transformação social do cooperado e a forma em que a educação se manifesta nesse ambiente de trabalho coletivo, proporcionando meios que alterem a realidade de vida da(o) cooperada(o)/catadora(o) a partir de sua atividade, vivências e experiências relacionais e laborais em uma organização cujo os princípios basilares incitam o desenvolvimento das atividades de forma colaborativa e de ajuda mútua.

Assim, o estudo evidencia as questões atinentes ao trabalho precário, a formação do catador no seu local de trabalho e as manifestações de desigualdades existentes pela exclusão em função da condição social que o catador ocupa. Sem, contudo, deixar de pontuar o papel da igreja e dos movimentos sociais na luta por direitos e garantias que tornem os sujeitos, sujeitos de direitos e sujeitos de fato, em uma perspectiva de assegurar que se cumpra aquilo que os instrumentos legais preceituam.

Sob o ponto de vista metodológico buscamos amparo em documentos/legislações que regulamentam a atividade de catação e a própria atividade cooperativista, utilizamos ainda, a busca bibliográfica ancorada em livros, dissertações e teses de autores e teóricos que tratam da temática, por fim, partimos para realização de entrevistas semiestruturadas com duas das mais antigas cooperadas², que além de fundadoras, já ocuparam a difícil e desafiadora missão de presidir a Cooprec. Durante a realização da pesquisa também fizemos uma espécie de imersão na cooperativa, acompanhando, observando e por vezes participando do serviço de separação dos recicláveis junto com as cooperadas(os), com o intuito de vivenciar, ainda que ocasionalmente, o que ocorre no dia a dia na rotina das cooperadas/cooperados da Cooprec.

O objeto estudado é de suma importância, pois os catadores de materiais recicláveis são historicamente explorados em sua atividade, excluídos, tratados à margem da sociedade, sem acesso aos mecanismos legais e aos estabelecimentos oficiais de ensino e aprendizagem, mas que ao mesmo tempo desenvolvem uma atividade essencial para a sociedade, uma vez que, o material reciclável e reutilizável gera renda e oportunidade de trabalho, diminui agressões ao meio ambiente, reduz o descarte indevido de resíduos e por conseguinte melhora a qualidade de vida da população que não será exposta a agentes causadores de doenças que afetem a saúde pública.

² Para preservar a identidade das entrevistadas utilizaremos o termo “Cooperada I e Cooperada II quando nos referirmos a elas ao longo desta dissertação. Optamos, por questões éticas, não expor os reais nomes das entrevistadas. Outros eventuais nomes que aparecerem ao longo do texto fazendo menção a algum cooperado, serão nomes fictícios.

A proposta desta dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro trata da estrutura orgânica da cadeia de reciclagem, da instrumentalização da política nacional de resíduos sólidos e da coleta seletiva. Abordamos sobre os contributos dos precursores do cooperativismo para o pensamento contemporâneo, a estrutura do sistema representativo do cooperativismo, enfatizando o funcionamento das cooperativas de reciclagem, sobretudo, as constituídas e instaladas na cidade de Goiânia, onde adentramos no campo do trabalho desenvolvido pelas catadoras e catadores sem deixar de dar a devida importância dos movimentos sociais para os catadores e a atividade de catação.

Ainda no primeiro capítulo trouxemos algumas reflexões de uma Produção científica pautada na investigação da atividade do catador sob a perspectiva dos direitos humanos e do trabalho cunhado no coletivo. O objetivo inicial seria catalogar os trabalhos publicados nos cinco últimos anos em Goiás, mas devido ao baixo número de publicações (artigos, dissertações e teses) que dialogam com os processos formativos e a transformação de vida do catador a partir do trabalho precário realizado em uma organização coletiva, optamos por nos ater a alguns dos pontos que julgamos relevantes na referida Produção.

No segundo capítulo tratamos sobre os aspectos da educação como prática social transformadora e o trabalho como função social. No referido capítulo também procuramos apresentar a contextualização da Cooprec, seu processo de constituição, a área de atuação da cooperativa, o nível de organização, o momento de ascensão, declínio e reerguimento da cooperativa, as características constantes nos atos constitutivos (atas e estatuto social), procurando correlacionar com a educação e o trabalho.

Por fim, o terceiro e último capítulo parte para a investigação das cooperadas/cooperados e da cooperativa em estudo, a COOPREC. Respeitando os aspectos éticos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo sua aprovação sob parecer consubstanciado nº 5.730.758. O Termo de Anuência da COOPREC, assinado pelo presidente da cooperativa, e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deverá ser posteriormente assinado pelos participantes também passaram pelo crivo do CEP.

Neste último capítulo, apresentamos uma análise dos dados coletados nas entrevistas e nas percepções obtidas, a partir da pesquisa realizada no seio da cooperativa, evidenciando sob a ótica das cooperadas e dos cooperados, os seus saberes, conhecimentos e aprendizagens, as vantagens e desvantagens de fazer parte de uma organização cooperativa e as alterações no

modo de vida a partir dos processos formativos levando em consideração a precariedade do trabalho.

CAPÍTULO I – RECICLAGEM, COOPERATIVISMO E MOVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo falamos sobre a correlação entre a cadeia de reciclagem e a política nacional que instrumentaliza a atividade de catação, bem como a trajetória e os desafios do catador/cooperado na execução do trabalho, suas limitações, as qualificações e aprendizagens, a importância do movimento social na organização dos catadores, o nível de amadurecimento e as percepções do trabalho solidário e de ajuda mútua em organizações cooperativas.

Buscamos também tratar sobre o que foi escrito nos últimos cinco anos sobre cooperativas e catadores de recicláveis em Goiás, a busca foi pautada em trabalhos que dialogam com o contexto social ao qual o cooperado está inserido, evidenciando os trabalhos com enfoque nos processos formativos do catador, na sua construção e alteração no modo de vida a partir de um trabalho precarizado, mas ao mesmo tempo solidário, coletivo e de ajuda mútua.

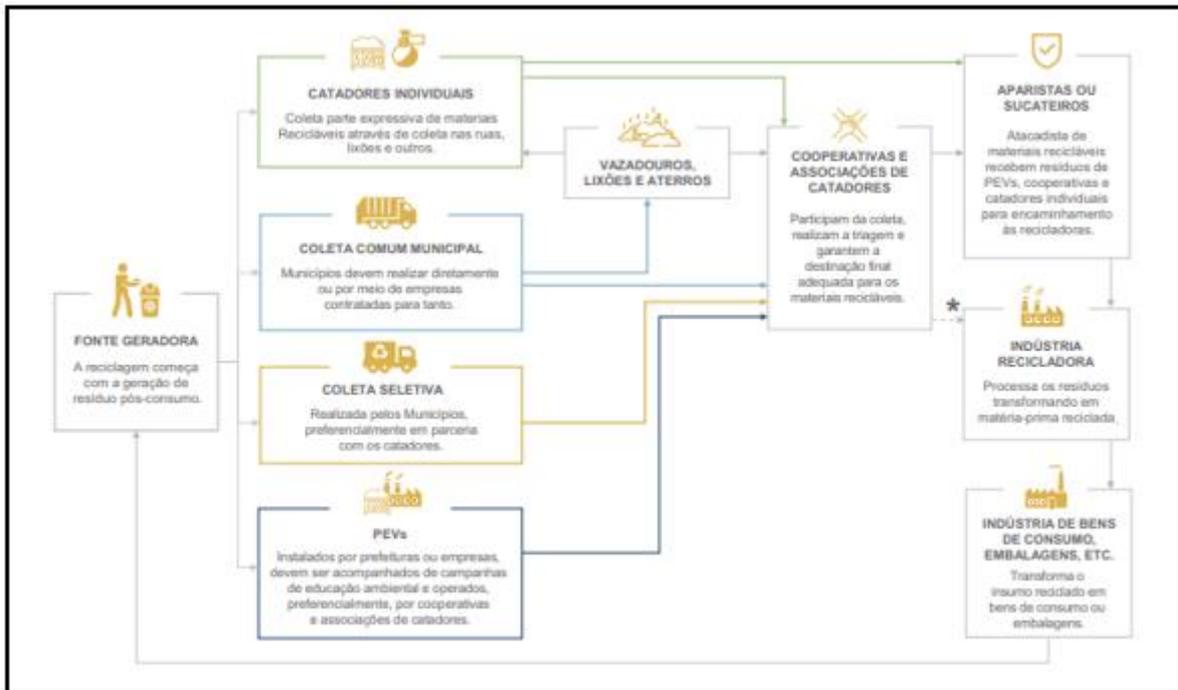
Nesse sentido, a dissertação escolhida, pelos motivos já expostos na introdução deste trabalho, contempla aspectos de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. Na referida dissertação alguns elementos encontrados serviram de subsídios para compreender melhor sobre as organizações coletivas de reciclagem constituídas em Goiânia e sobre o apoio recebido pelos catadores em seus processos formativos.

1.1 A CADEIA DA RECICLAGEM, IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS PROGRAMAS DE COLETAS SELETIVAS

Dentre tantos problemas que assolam o Brasil, os aspectos relacionados as questões ambientais, aliados ao social e ao desenvolvimento econômico, volta e meia aparecem em destaque devido a importância dessas áreas para a vida do planeta e a convivência harmoniosa da população com o meio.

Esse convívio harmonioso do ecossistema está diretamente relacionado ao devido tratamento dispensado aos resíduos, nesse sentido, a cadeia da reciclagem é compreendida pela participação de diversos atores e elementos que a compõem, dentre estes estão as fontes geradoras, indústrias, fábricas, comércio, domicílios, a coleta seletiva, as cooperativas, os atravessadores, os catadores e a indústria recicladora.

Figura 1- Fluxo logístico da reciclagem



Fonte: Anuário da reciclagem (2018).

A figura acima exemplifica o fluxo da reciclagem, desde o descarte pelo gerador, que pode ser uma pessoa física, ou grandes indústrias geradoras de resíduos, nesse fluxo, também se inclui o trabalho executado nas cooperativas pelos cooperados/catadores, compreendendo a coleta, separação, triagem, transporte, até chegar à indústria recicladora para o processamento transformador do resíduo em matéria reciclada e posteriormente a transformação do insumo em bens de consumo ou embalagens.

Com a nova concepção no tratamento da reciclagem o conceito de lixo que era comumente utilizado até pouco tempo, começou a ser mudado a partir da implantação da PNRS. A ideia de algo sem valor ou que simplesmente não possuía qualquer tipo de funcionalidade ou finalidade, e deveria ser “jogado fora”, começou a perder força, pois não existe o “jogar fora”, uma vez que, tudo aquilo que em tese seria jogado fora, ou seja, descartado nos lixões ou na natureza, permanece no nosso planeta e traz consequências que impactam direta ou indiretamente a vida das pessoas, bem como, a fauna e a flora de determinadas regiões.

A origem dos lixões está muito relacionada com esse “jogar fora”. Ainda que de forma não intencional, a classe média/alta descartava o lixo doméstico para regiões mais periféricas, onde estava concentrada a população de baixa renda e que por vezes se “beneficiava” de objetos ou até resto de comida.

Com o advento da PNRS o termo lixo passou a ter um novo sentido, sendo substituído por uma outra nomenclatura. Na concepção da cadeia da reciclagem amparada pela PNRS, aquilo que não é reciclável ou reaproveitável, e era tratado como lixo agora é tratado como “resíduos sólidos” sendo que, aqueles materiais “[...] depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis [...]” são denominados “rejeitos” (BRASIL, 2010). Esses, por sua vez, a lei determina que sejam destinados aos aterros sanitários.

Para Demajorovic & Lima a alteração no termo se caracteriza como uma estratégia para qualificar os materiais de forma mais adequada:

Não se trata de uma mudança meramente retórica, mas sim de uma estratégia para que os resíduos sólidos gerados nos processos de produção e consumo sejam qualificados de forma correta. Os resíduos não sólidos não são um mero subproduto do sistema produtivo, sem utilidade, e sim um insumo, uma vez que possuem valor econômico agregado, ou seja, trata-se de um bem com valor econômico e, dessa forma, ele pode e deve ser reintegrado ao sistema produtivo, gerando, em alguns casos, ganhos socioambientais e econômicos. (DEMAJOROVIC & LIMA, 2013, p. 42).

Hoje no Brasil há uma grande quantidade de resíduos sólidos descartados de forma incorreta, somos um dos maiores geradores de resíduos e um dos países que menos recicla, esse aumento expressivo de materiais foi impulsionado pelo aumento substancial de consumo da população. Para uma melhor compreensão acerca da expansão consumista é importante voltarmos no período pós Segunda Guerra Mundial, onde logo após o esfacelamento da economia mundial, causado pelos impactos da guerra, houve o início de uma fase de prosperidade, “o período denominado de Anos Dourados foi caracterizado pelo baixo índice de desemprego, crescimento econômico acelerado e grande expansão do consumo” (DEMAJOROVIC & LIMA, 2013, p. 17).

Os autores reforçam que os Anos Dourados foram marcados pelo crescimento industrial do segmento automobilístico e petrolífero, com um potencial consumo em massa de veículos, uma infinidade de derivados e eletrodomésticos, produtos em embalagens diversificadas, fazendo a população estabelecer uma nova rotina de consumo em supermercados e shopping centers, principalmente nos grandes centros urbanos.

Os anos prósperos perduraram até o início dos anos 1970 quando muitos países entraram em crise, inclusive o Brasil que teve a década de 1980 conhecida como a década perdida³, em

³ Vargas & Felipe (2015, p. 131) O crescimento via expansão do mercado interno abalizado em torno do setor industrial, que até então tinha sido viabilizado pelo aporte vultoso de recursos estrangeiros, foi atingido pela significativa deterioração dos termos de troca ocorrida entre 1980 e 1983, trazendo à tona a vulnerabilidade da economia brasileira aos condicionantes externos.

função do baixíssimo crescimento econômico e de uma queda em investimentos. Mesmo assim, a geração de recursos injetados na economia mundial não retrocedeu, o que manteve países desenvolvidos e países em desenvolvimento com um crescente aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Para Demajorovic & Lima (2013, p. 18) “Tamanho expansão da economia mundial, associada ao grande aumento no consumo, tem gerado uma série de problemas ambientais”.

O aumento exponencial global de demandas de consumo tem utilizado grandes quantidades de recursos naturais a uma velocidade até então não presenciada, chamando a atenção para os graves problemas ambientais e os perigos de uma escassez. Assim, observa-se que “O sistema produtivo não apenas consome recursos, mas também devolve ao meio ambiente quantidades crescentes de materiais na forma de resíduos” (DEMAJOROVIC & LIMA, 2013 p. 19).

Nesse contexto, dar o correto tratamento aos resíduos gerados pelas fábricas, empresas, comércios, bem como, aqueles gerados nos milhares de domicílios brasileiros de modo que causem menos impacto ao meio ambiente, reaproveitando e reutilizando ao máximo as suas potencialidades, são desafios que envolvem o poder público, sociedade civil e a população de uma forma geral.

Pensando nisso, a PNRS foi instituída no Brasil com a promulgação da lei 12.305/10 norteando estados e municípios a darem o devido tratamento e destinação aos materiais sólidos, todavia, desde a promulgação da lei, apesar dos avanços, o país ainda está aquém de atingir níveis de reciclagem e de reutilização considerados satisfatórios.

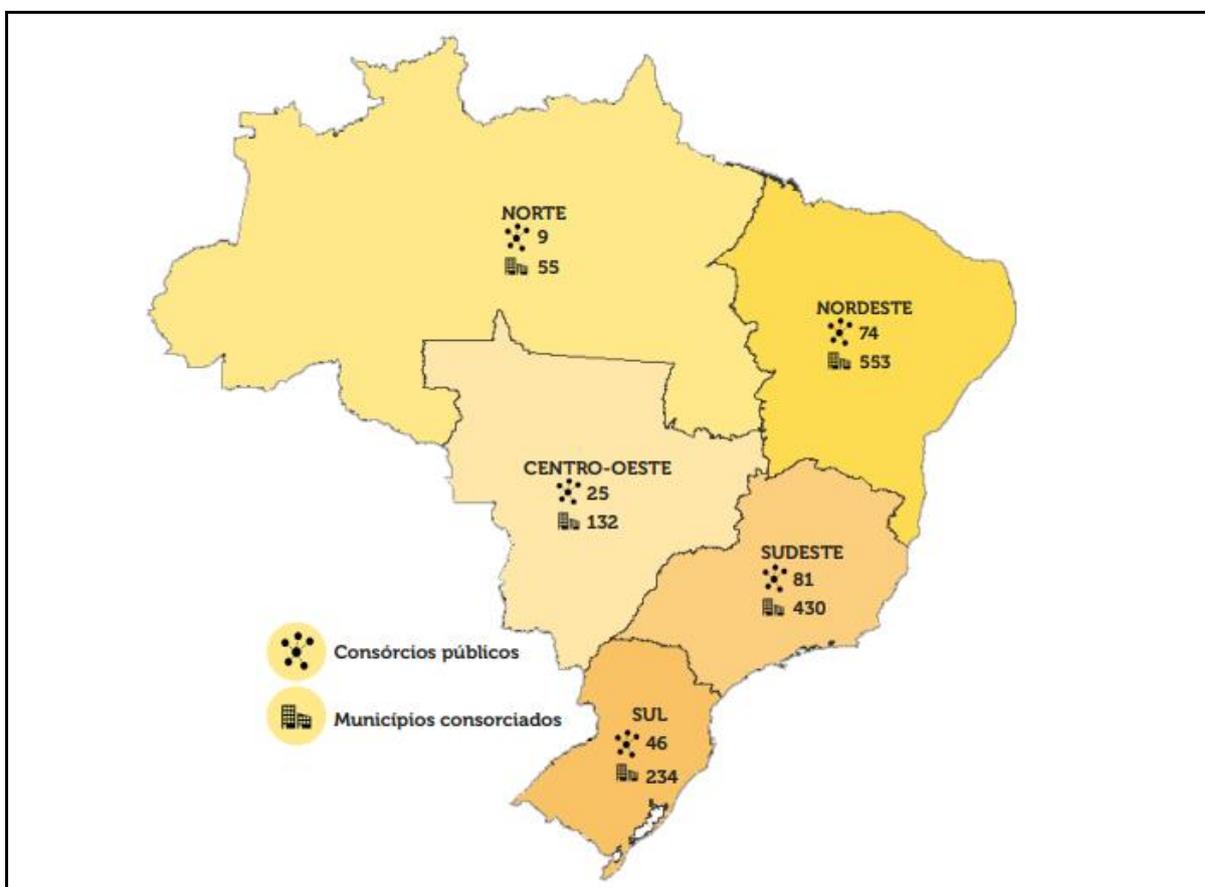
De todo modo, com a implantação da PNRS mudanças significativas começaram a ser percebidas, como a “responsabilidade compartilhada” (BRASIL, 2010), gerir de maneira compartilhada e integrada os resíduos, se torna uma forma de reconhecer, valorizar e responsabilizar dentro do processo de reciclagem os diversos atores sociais que compõem a cadeia produtiva do material reciclável. Para Demajorovic & Lima (2013, p. 61) “Um dos grandes avanços da gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos é o reconhecimento, valorização e responsabilização dos diferentes atores sociais envolvidos no processo”.

Mas a gestão dos resíduos não se torna algo fácil, sobretudo, para as cidades com até 50 mil habitantes. De acordo com PNRS Brasil (2010), até agosto de 2024 é o prazo para cidades com esse porte encerrarem as atividades dos lixões e manterem a gestão de seus resíduos em aterros sanitários, que deverão receber somente os rejeitos. Mas como geralmente o executivo municipal possui um orçamento muito enxuto e a manutenção de um aterro sanitário é

extremamente dispendiosa, uma das saídas encontradas para amenizar os impactos da destinação incorreta dos resíduos foi a gestão integrada e compartilhada com a criação de consórcios públicos entre as prefeituras.

Na figura abaixo é possível identificar o mapa da distribuição desses consórcios nas cinco regiões do país, na região nordeste - uma das mais povoadas e cujo orçamento dos municípios não é tão robusto - é onde apresenta uma maior adesão tanto de consórcios públicos, quanto dos municípios. A adoção desse tipo de parceria e compartilhamento tem sido uma saída encontrada pelos gestores públicos municipais para dar uma melhor destinação e tratamento aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

Mapa 1 - Consórcios públicos intermunicipais de RSU e municípios consorciados

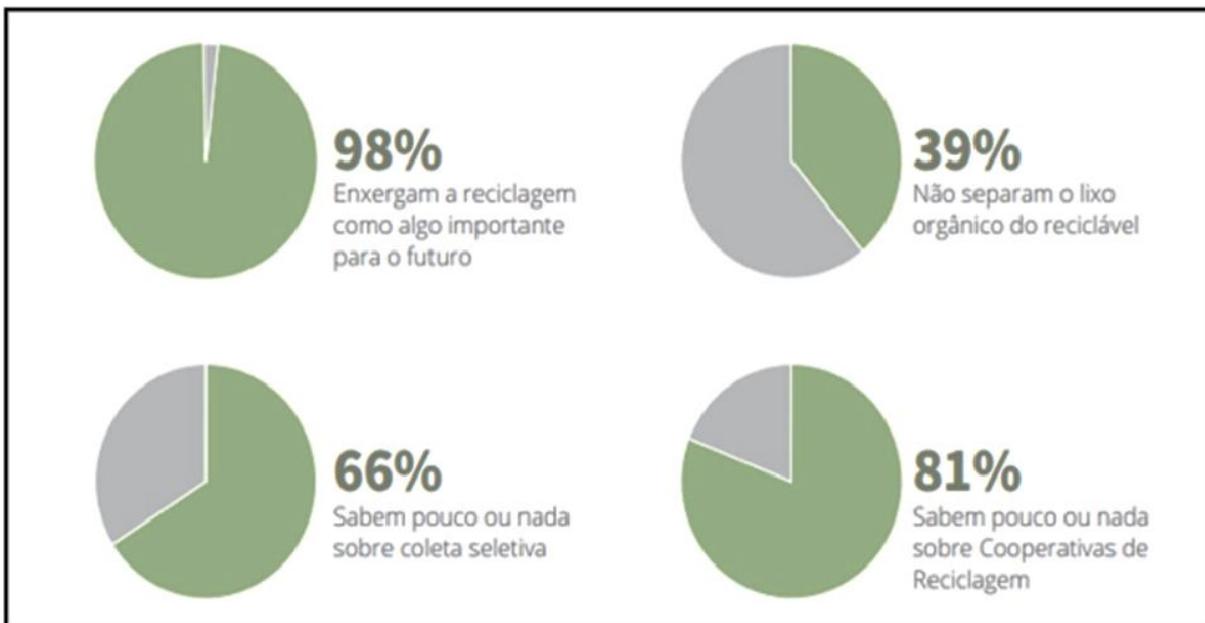


Fonte: SNIS (2021).

No regime de consórcio, geralmente o aterro é implantado em um dos municípios que integram o consórcio, onde os rejeitos serão recebidos dos demais municípios consorciados, mesmo assim, a depender da distância, o valor da tonelada de resíduos transportada tem um custo muito elevado, com isso, as prefeituras tentam amenizar os impactos financeiros, fomentando a constituição de cooperativas. Essa prática recebe um respaldo legal pela PNRS

que instrumentaliza “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010). No entanto, vale ressaltar que além de uma maior atuação do poder público, o tratamento dado aos resíduos sólidos no Brasil ainda carece de conscientização da população, conforme podemos constatar no quadro abaixo.

Gráfico 1 - Nível de conscientização da população em relação à questão ambiental



Fonte: Anuário da reciclagem (2018).

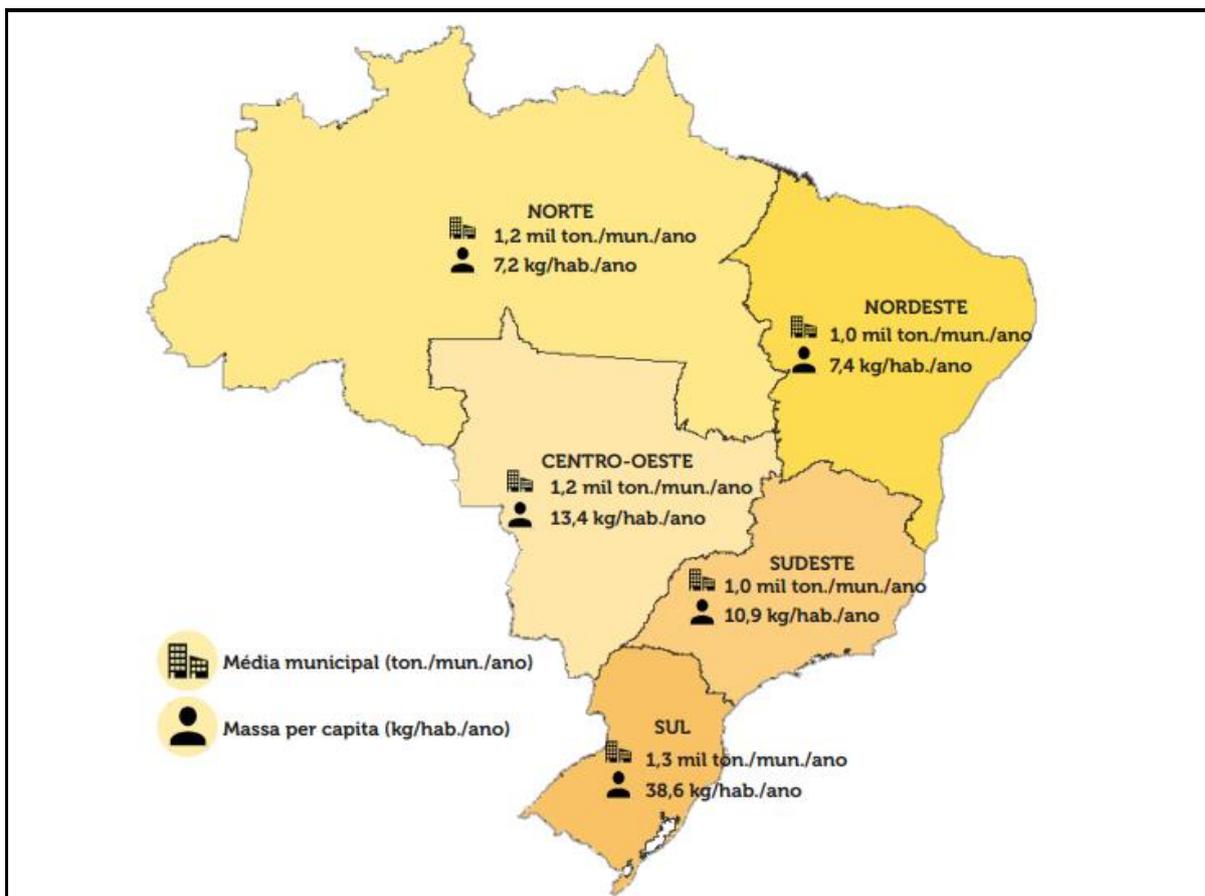
A pesquisa desenvolvida pelo então, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e divulgada no Anuário da Reciclagem pela Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), demonstra que a quase totalidade dos pesquisados consideram a reciclagem importante para o futuro, ainda assim, existe pouco conhecimento ou falta de informação sobre aspectos que compõem a cadeia da reciclagem, o que nos leva a inferir que não basta implantar a coleta seletiva, fomentar a criação de cooperativas ou associações de reciclagem, multar grandes indústrias poluidoras do meio ambiente, sem que haja uma efetiva política de conscientização e educação ambiental da população.

De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) sobre a geração de RSU no ano de 2020 “[...] cada brasileiro gerou, em média 1,07kg de resíduos por dia” (ABRELPE, 2021), isso corresponde a cerca de 390 kg/ano. Quando a população não sabe exatamente o que fazer com o material produzido

em seu domicílio ou não faz a correta separação, boa parte daquilo que deveria ser reciclado ou reutilizado acaba perdendo sua capacidade de transformação.

Sob a perspectiva da coleta seletiva, no que se refere ao que pode ser separado pela população, o diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) mostra o panorama da massa de Resíduos Domésticos (RDO) coletados nas diversas regiões do país.

Mapa 2 - Massa de RDO da coleta seletiva



Fonte: SNIS (2021).

Os dados acima levam em consideração qualquer modalidade de coleta seletiva, tendo como base os 1664 municípios brasileiros onde até então existiam coleta seletiva.

Aqui no Estado de Goiás, antes mesmo da promulgação da lei que regulamenta a PNRS, Goiânia instituiu, ainda em 2008, o programa de coleta seletiva, mas a Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia (COMURG), de acordo com o jornal (POPULAR, 2020), a capital goiana só recolhe 5,26% do material para reciclagem. O número ainda está bem abaixo daquilo que se espera como ideal, se levarmos em consideração exemplos de países desenvolvidos como

Alemanha e Suécia. Desse pequeno percentual de material reciclável recolhido na capital, a cada 100 kg de materiais que são entregues nas cooperativas, cerca de 65 kg são devolvidos e destinados ao aterro, por estarem fora dos padrões de aproveitamento.

Ainda de acordo com a matéria de O Popular, a capital goiana teria condições de reciclar 10,6 mil toneladas, mas “apenas 1,8% de todo o resíduo recolhido pela companhia” é reciclado, o que corresponde a 679,4 das quase 37 mil toneladas coletadas mensalmente.

Por outro lado, apesar dos números referentes aos materiais coletados não expressarem todo o potencial da cadeia produtiva de reciclagem, não se pode negar a importância da implantação da coleta seletiva em Goiânia, que oportunizou trabalho e renda alimentando assim novas perspectivas à vida das pessoas que dependem da catação de recicláveis.

Com a implantação da coleta seletiva na capital goiana buscou-se amenizar os graves problemas ambientais e ao mesmo tempo inseriu na cadeia produtiva da reciclagem alguns grupos de movimentos de catadores, organizados, trabalhando em coletividade. Esses grupos coletivos, por mais que o senso comum, enxergue o associativismo, o cooperativismo e economia solidária como sendo a mesma coisa, são campos que se assemelham, no entanto, cada um com suas nuances e particularidades.

O regime de economia solidária é ancorado em princípios do saber popular, da educação popular, da participação social e da democracia. Já o associativismo, embora coletivo também, tem características de representação de uma determinada categoria, ao passo que o cooperativismo, além da coletividade, se organiza com seus valores e princípios que norteiam os cooperados para autogerirem suas organizações aliando elementos econômicos e sociais de modo que possam gerar renda e qualidade de vida aos seus cooperados.

A economia solidária se contrapõe à competitividade, que é uma característica plantada pela economia capitalista, e que está mais alinhada com o cooperativismo, sendo, portanto, compreendida como um processo de socialização e um ato pedagógico onde os valores e princípios são construídos pelo trabalho em coletividade e pela valorização do saber popular. Para Singer (2002, p. 9) “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

Embora as organizações sociais cunhadas na economia solidária, no associativismo e no cooperativismo não visem necessariamente o lucro, contrapondo-se ao modelo capitalista vigente, a manutenção e o andamento dessas organizações, se torna refém desse mesmo modelo que regula mercado, dita regras, estabelece preços fazendo com que determinadas atividades sejam precarizadas.

A inserção dessas organizações de trabalhadores de recicláveis no processo do tratamento e destinação dos resíduos se estabelecia como uma via de mão dupla, na medida em que as cooperativas e associações de catadores se beneficiavam com a coleta realizada pela prefeitura da capital, essas organizações prestavam um serviço socioambiental de contribuição para minimizar os impactos causados pelo descarte indevido de resíduos na natureza.

Entretanto, por mais que alguns grupos que participam do processo da coleta estejam melhor estabelecidos, boa parte dos catadores ainda trabalha nas ruas da capital de maneira informal e individualizada e deixam de ser abraçados por políticas públicas concretas que os traga algum tipo de proteção social, esses catadores individuais também se tornam mais fragilizados quando deixam de fazer parte de uma organização formal que potencialmente teriam maior possibilidades de fazer frente às mazelas da precarização do trabalho. E mesmo que conste no decreto municipal nº 754 as diretrizes de promoção da “inclusão social dos catadores de materiais recicláveis” (GOIÂNIA, 2008), na prática, apenas parte desse público, que é formado por associações ou cooperativas, são contemplados naquilo que compete e determina a norma municipal.

A capital de Goiás possui atualmente, entre cooperativas e associações, treze grupos de catadores (cujo nomes constam a seguir) que recebem a coleta seletiva da capital. Através de parceria firmada entre a COMURG e as cooperativas e associações todos os dias são disponibilizados materiais para a reciclagem.

Levantamos junto à Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) o número das organizações sociais de catadores em Goiânia, e em 2019 com o apoio de algumas entidades, realizamos através da OCB/GO um trabalho de catalogação das cooperativas, verificando as questões documentais (atas e estatutos), os elementos sociais (quantidade de cooperados e empregados), condições físicas dos galpões (estrutura), os meios operacionais (máquinas e equipamentos), a capacidade produtiva (volume de resíduos produzidos) e econômica (renda média dos cooperados e faturamento da cooperativa).

As cooperativas e associações visitadas foram: **ACOP, Beija Flor, Cooperfami, A Ambiental, Cooperabem, Fênix Carrossel; Cooperrama, Goiânia Viva, Coopermas, Nova Esperança, Carrinho de Ouro, Seleta, Cooprec** que apresentaram de uma forma geral limitações dos cooperados em alguns aspectos relacionados à gestão das organizações, além de problemas relacionados à estrutura organizacional e nos processos operacionais.

Durante as visitas às referidas cooperativas ficou evidente que os cooperados, por fatores diversos que fogem à suas próprias vontades, demonstram limitações na participação da

gestão da cooperativa, deixando as questões de ordem administrativa geralmente à cargo de quem ocupa a função de presidente, além disso, pensando a cooperativa como uma organização inserida em um sistema que sofre influência de fatores externos e cujo segmento de reciclagem se tornou competitivo com a presença de empresas e atravessadores, é perceptível a necessidade, fortalecimento e ampliação dos processos de capacitação dos cooperados em áreas relevantes da organização de modo que as cooperativas não se tornem vulneráveis diante das interferências externas que possam vir a alterar a dinâmica organizacional.

Por outro lado, o trabalho de forma coletiva permite novas aprendizagens, troca de experiências, compartilhamento de tarefas e pode haver uma potencialização do volume de material à medida que novos parceiros são atraídos e incorporados na dinâmica do negócio. Assim, o aumento no volume de material permite também que a cooperativa possa ter mais poder de negociação no preço dos recicláveis e por conseguinte, uma maior renda dos cooperados.

Mas não é somente a renda que move uma cooperativa, a busca por direitos, reconhecimentos, melhores condições de trabalho de modo que não se perpetue como uma atividade precária, também são bandeiras levantadas tanto pelo movimento que representa a categoria, quanto internamente pela cooperativa e seus associados.

Nesse contexto da catação e tratamento dos resíduos, as cooperativas se mostram para os catadores como sendo organizações de representação e reivindicação diante do poder público, conforme constata Singer:

Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da autoajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores. (SINGER, 2002 p. 89).

Sob a perspectiva da economia solidária, Singer (2002, p. 9) afirma que “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”. Isso nos leva a pensar que trabalhadores organizados terão reais condições de melhorarem e se fortalecerem em suas atividades a partir de valores como a ajuda mútua.

A economia solidária traz em suas bases valores e o senso de colaboração, sendo constituída pela distinção de produção de bens, fabricação de produtos, prestação de serviços, pequena produção de mercadorias e uma produção particular que não visa necessariamente o lucro nos moldes do capitalismo voraz. Nesse sentido, a atividade é administrada pelos próprios

membros que compõem a organização coletiva, e são esses trabalhadores que planejam suas estratégias de operacionalização, produção e de comercialização.

A atividade de catação, estruturada em cooperativas de reciclagem, possui suas bases na solidariedade e na ajuda mútua. Ainda assim, por mais que a economia solidária através do saber e da educação popular, norteiem o trabalho da coletividade, no cooperativismo, pela própria dinâmica do mercado de recicláveis, que passou a ser cada vez mais competitivo atraindo diversas outras organizações de cunho comercial, fez com que a forma de organização coletiva cooperativa ganhasse tonalidades de uma organização que pensa o social, contudo, demonstra também o seu viés econômico capitalista, é lógico que aqui se deve guardar as devidas proporções já que o cooperativismo não visa o lucro, mas é pertinente trazer a reflexão de que é por meio da produtividade e do volume de materiais comercializados que a cooperativa fará frente aos seus concorrentes, esse caráter de competição, de certa forma, faz com que o cooperativismo e as cooperativas de reciclagem acabem se distanciando, neste aspecto, dos preceitos da economia solidária.

Nesse sentido, podemos pensar a cooperativa de reciclagem como uma organização de economia social que se faz competitiva, por estar inserida em um sistema capitalista que é altamente competitivo pela própria lógica do mercado de recicláveis que despertou o interesse de pequenos e grandes organizações devido aos lucros auferidos pelo segmento.

Ainda que não nos caiba fazer juízo de valor ou atribuir propriamente a uma falha do catador, o fato de não possuírem conhecimentos especificamente relacionados à gestão, educação cooperativista, rotinas administrativas, elaboração de documentos, organização operacional, celebração de parcerias e contratos, tais elementos não estão necessariamente relacionados à “escolarização”, mas de certa forma expõe as limitações as quais os catadores/cooperados estão submetidos por fazerem parte de uma organização autogestionária que busca se firmar em um segmento, conforme dito, altamente competitivo e que cada vez mais exige o chamado profissionalismo dos atores envolvidos.

Em termos práticos sobre o universo competitivo da cadeia de reciclagem, levando em consideração apenas um produto, em 2018 de acordo com estudo encomendado pelo Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (PICPLAST) e pela Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), no Brasil existiam 716 indústrias recicladoras de plástico, naquele mesmo ano a indústria da reciclagem do plástico faturou R\$ 2,4 bilhões (ABRE, 2020). O levantamento dos dados não leva em consideração outros produtos como, papelão e vidro, nem menciona a atuação das pequenas e médias organizações que fazem a etapa anterior à chegada

na indústria, no entanto, nos dá uma noção de quão desafiador será para as cooperativas de reciclagem se manterem gerando renda e qualidade de vida a seus cooperados.

Outros desafios ainda batem à porta das organizações cooperativas de reciclagem, o trabalho organizado em grupo, embora se espere fortalecimento por meio de ações positivas de coletividade, ainda existem algumas resistências, desconfianças e limitações, no entanto, essa mesma coletividade pode oferecer aos catadores a oportunidade de se profissionalizarem e participarem ativamente, trabalhando de forma compartilhada e solidária, de modo que, o interesse individual seja substituído pelo interesse do coletivo. Conforme constata Durkheim.

O que vemos antes de mais nada no grupo profissional é um poder moral capaz de conter egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais (DURKHEIM 1999, p. 16).

Sendo assim, o espírito de cooperação, reforçado pelo surgimento dos movimentos sociais urbanos, ganha força diante dos interesses individuais e por mais que os catadores tenham uma vida marcada por adversidades, encontram na mobilização coletiva uma maneira de driblar as dificuldades de quando trabalhavam de forma individual.

1.2 CATADORAS E CATADORES DE RECICLÁVEIS, SUAS TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)⁴ estima que no Brasil existem ativamente cerca de 800 mil catadores, sendo que, em torno de 70%⁵ são do gênero feminino⁶. Esse efetivo de trabalhadores está distribuído entre aqueles que desenvolvem a atividade de catação nas ruas das cidades, os que retiram seu sustento nos lixões e aqueles que fazem parte de organizações formais, como as cooperativas e associações de catadores.

São pessoas de vida simples que sobrevivem e muitas vezes passam ao largo de terem o básico de um conforto de um lar, muitas vezes encontram-se em situação de insegurança alimentar e não conseguem alimentação digna e suficiente para a família, são pessoas que por vezes estão endividadas devido aos baixos rendimentos não serem suficientes para atender às

⁴ O MNCR é um movimento atuante na busca por direitos, na reivindicação por melhores condições de trabalho, o movimento também atua na articulação política e nos processos de formação e capacitação dos catadores. Dados de referência extraídas na página oficial do MNCR na internet (vide referências).

⁵ O anuário 2021 da reciclagem mostrou que o percentual médio caiu para algo em torno de 54%, no entanto, o percentual corresponde a apenas 358 organizações de catadores que se dispuseram a participar da pesquisa, não levando em consideração o universo de catadores que trabalham nas ruas e lixões.

⁶ O objetivo deste trabalho não é necessariamente discutir as questões de gênero, todavia, devido a relevância da temática, é possível que se abra espaço para outros pesquisadores que queiram aprofundar no tema.

necessidades mais básicas, são pessoas privadas de adquirirem bens de consumo pelo mesmo motivo da renda insuficiente, são pessoas que optam por trabalhar por não poderem se dar ao “luxo” de frequentar uma escola. Essa é de fato a realidade de uma categoria que carrega em seus ombros estigmas e preconceitos pelo trabalho e pela condição de vida que levam.

Esses sujeitos margeiam as grandes cidades, residem nas periferias e por habitarem nessas regiões periféricas, sobretudo, das grandes cidades, tudo se torna mais difícil, a segurança pública, o transporte público, a escola, o acesso a aparelhos públicos de saúde, lazer, esporte e cultura quando chegam, não atendem a todas as demandas dessa população.

Em 2020, o Brasil terminou o mês de agosto com a marca de 13,8 milhões de desempregados, conforme aponta o IBGE (2020), o que corresponde a uma taxa de 14,4% da população brasileira, mas uma pequena parcela da população goianiense encontrou através de cooperativas e associações de reciclagem uma forma de se organizarem em uma atividade laborativa coletiva digna, retirando-os do gritante contingente de desocupados.

Os treze grupos de catadores de Goiânia (relatados anteriormente), formalmente constituídos e organizados em cooperativas e associações, possuem cerca de 180 cooperados/associados que não figuram mais na condição de desempregados e desenvolvem diariamente o trabalho de coleta, separação, triagem, prensagem, e transporte do material reciclável, contribuindo com a gestão dos resíduos e participando ativamente para abrandar os impactos causados para o meio ambiente na capital.

De certa forma os catadores organizados em cooperativas também encontram dificuldades, e tais dificuldades além de tantas outras, estão relacionadas à própria gestão, e aos aspectos da educação cooperativista, isso porque, a lei 12.690 estabelece que as cooperativas sejam autogeridas com “participação na gestão em todos os níveis de decisão” (BRASIL, 2012). Para as cooperadas(os)/catadoras(es), que não são propriamente especialistas em gestão, as dificuldades se tornam ainda maiores na condução dos rumos da cooperativa, sobretudo, devido a outras atribuições que lhes cabem em suas rotinas operacionais, nas relações que envolvem o funcionamento da organização, na influência de agentes externos que ditam o “preço” do seu trabalho, sem olhar o real valor da sua atividade laboral, fato este que acaba tendo impacto significativo inclusive em sua vida particular, como a redução de seus rendimentos monetários.

Bortoli (2009, p. 110) sinaliza que deve haver um investimento de longo prazo para que a “organização de forma autogestiva” possa gerar trabalho e renda. Com a afirmação é possível inferir que o investimento passa por melhores condições de trabalho no ambiente organizacional, equipamentos condizentes com a atividade laborativa, segurança dos

cooperados na execução das atividades, mas também, direcionamento de energia em acesso a novos conhecimentos. Nesse sentido, a reflexão cabível é de que o Estado também pode ter seu papel de indutor do conhecimento, fomentando a implantação de políticas que produzam e oportunizem a inclusão e a reinserção dos catadores em ações afirmativas que melhorem sua condição existencial.

Para Lopes (2012, p. 4), o processo educativo pode ser entendido como a produção da própria existência do indivíduo, onde a educação irá emancipar o homem levando-o à construção de uma nova realidade, combatendo assim, uma alienação crescente “típica das sociedades capitalistas”. A ausência dos processos educativos formais seria então o maior dos entraves para os catadores? Tudo leva a crer que não é somente essa lógica dos processos educativos formais que orbita no campo das dificuldades enfrentadas na atividade do catador, contudo, ela também deve ser refletida, discutida e analisada, sobretudo, quando se trata de reivindicar direitos, reconhecimentos e melhores oportunidades e condições dignas de trabalho. Não serem conhecedores de seus direitos, por exemplo, dá margem para que outras explorações se mantenham, a exemplo, a dependência de intermediários (atravessadores) na comercialização dos materiais recicláveis.

Medeiros & Macedo (2006, p. 65) advertem que “os catadores catam e separam do lixo o material reciclável” fazendo o trabalho pesado, expondo-se aos riscos iminentes à realização da atividade, no entanto, pela dinâmica do mercado e a lógica do capital, os atravessadores “estabelecem o preço a ser pago”, obtendo parte do lucro que seria do catador. Mais uma vez a reflexão que se faz é que o Estado também deveria prover condições para que tanto catadores quanto atravessadores pudessem ser inseridos na atividade da reciclagem de modo que houvesse espaço para ambos, em condições de igualdade, sem a existência de uma relação de exploração.

Outro aspecto interessante em relação ao catador, é que por mais que ele adquira novas aprendizagens a partir do trabalho, na perspectiva de que o trabalho tem o seu papel de promover condições de absorção de novos conhecimentos, sendo o catador extirpado dos processos formativos, ele também deixa de ser instigado a refletir e a tomar consciência de que existem outras possibilidades, ele deixa de pensar em seu processo evolutivo e em sua condição existencial humana. Sendo, portanto, privado do acesso a novos conhecimentos e por conseguinte dos seus direitos e garantias. Para Freire (2020, p.158) A conscientização “prepara os homens, no plano, da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização”.

A condição humana do catador também passa pela chancela de uma sociedade cada vez mais indiferente à sua existência. Destarte, o trabalhador da reciclagem é subvalorizado e quase

invisível aos olhos da sociedade, estampando o preconceito estrutural que está impregnado na sociedade de uma forma geral, e que é reafirmado na estratificação social existente. Souza (et al., 2012, p. 250) acrescenta que além da exclusão, existe uma hostilidade ao associar o catador a infratores ou mendigos.

Dito isso, diante de todos os desafios, o que resta ao movimento dos catadores para fugir da atual condição, é tentar desconstruir uma falsa imagem de que essa categoria de trabalhadores é composta exclusivamente por infratores e marginais, quando na verdade esses sujeitos são vitimados por um sistema perverso e excludente que os empurra, cada vez mais, para o abismo social.

Quando a sociedade fecha os olhos para os catadores e o Estado se omite de fornecer políticas que mudem a realidade de vida e a condição de precarização do trabalho desses indivíduos, de certa forma está havendo um endossamento do agravamento das desigualdades e da exclusão social. Parte dessa problemática social do catador que é atribuída à ausência de oportunidades e melhores condições de trabalho, também se apresenta na mesma esteira, os aspectos que envolvem a falta ou o baixo acesso a novas aprendizagens relacionadas à educação, compreendendo esta, como o processo de formação através de práticas educativas e formativas.

Por outro lado, em suas vivências o catador é experienciado em outras formas de práticas educativas a partir da categoria trabalho. Nesse sentido, Alves (2010, p. 30) entende a prática educativa como sendo “[...] o conjunto de experiências que são compartilhadas pelos grupos, de modo a apreender os significados da prática social”. Tomando como base essa designação, a autora entende que a prática educativa também se torna uma prática formativa, pois “[...] além de transmitir um aprendizado prático do uso do dia-a-dia, engendram também um saber informal adquirido no trabalho e na vida”.

Nesse sentido, compreendemos que os movimentos sociais são educativos, na medida em que atribuem saberes populares, práticas educativas, troca de experiências e vivências que dão sentido à vida social, quando os indivíduos aprendem com as atividades desenvolvidas no seu dia a dia, e assim ressignificam o seu cotidiano, suas lutas e suas conquistas.

1.3 O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA DOS CATADORES DA RECICLAGEM

É inegável a importância que os movimentos sociais tiveram, têm e certamente terão na luta por direitos, por igualdade, por justiça. Para Gohn (2011, p. 336) os movimentos representam as “forças sociais organizadas” neles as lutas quase sempre são motivadas por alguma injustiça social, que podem ter como mote as questões ambientais, culturais, sexuais, raciais, religiosas, dentre outras.

Kauchakje (2010) define que:

Movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização que emergem de contradições fundamentais da sociedade ou de demandas conjunturais decorrentes de carências econômico-culturais. Representam o conflito ou a contradição entre setores da sociedade pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos, e, também, para promover modificações e transformações nas relações instituídas, havendo, também, movimentos sociais que almejam a manutenção das instituições sociais (KAUCHAKJE 2010, p. 114).

Assim os movimentos sociais são caracterizados por determinados segmentos que se contrapõem a algo posto, e buscam transformar uma realidade, ou por aqueles que lutam pela manutenção de algo que também está estabelecido, mas que julgam salutar, importante e que não concordam com o seu esfacelamento.

Gohn chama a atenção para as pautas com as novas lutas incorporadas aos movimentos:

Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. (GOHN 2011, p. 336).

Já Alonso (2009) afirma que as novas formas de movimentos sociais “[...] seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas” (ALONSO 2009, p. 64).

Durante a efervescência da primeira revolução industrial (final do século XVIII, início do século XIX) a vida nas fábricas acirrou os graves problemas sociais, com a substituição do trabalho artesanal pela máquina, os trabalhadores que mantiveram seus postos de trabalho, foram submetidos a longas e exaustivas jornadas de trabalho em condições insalubres, sem proteção e sem garantias. Diante disso, emergiram os primeiros movimentos operários, que não eram propriamente os movimentos sociais como se conhece hoje, mas já traziam a ideia de luta de classe e busca por direitos.

Nesse sentido, para Albuquerque (2009, p. 31) os movimentos operários como o Ludismo e o Cartismo, ainda que tendo sua atuação de forma violenta, ganharam destaque e projeção na Inglaterra onde os trabalhadores faziam frente às formas exploratórias e a exposição a longas, “exaustivas” e degradantes jornadas de trabalho, procurando assim, reivindicar melhores condições para exercerem suas atividades laborativas de forma digna e valorizada.

Durante o movimento cartista houve um descontentamento atribuído às políticas discriminatórias e pela introdução de máquinas em substituição à mão de obra dos trabalhadores. De acordo com Schneider (2019, p. 34) “O descontentamento popular crescia dia a dia por causa das políticas discriminatórias de que eram vítimas, por causa da crescente introdução de máquinas no processo produtivo, que expulsavam a mão de obra [...]”.

De acordo com Alonso (2009, p. 50) “Dado o caráter cômodo da dominação no capitalismo tardio ou na sociedade de massa” as mobilizações se caracterizavam na violência eclodida pela irracionalidade, mas aos poucos foram ganhando dimensões globais onde eram concentradas causas identitárias.

Alonso (2009, p. 51) chama atenção para o surgimento em escala global de outras mobilizações, posterior aos movimentos operários, que eram coordenadas e ocorriam em ambientes fora das “instituições políticas”. Essas novas causas levantavam bandeiras sobre gênero, direitos civis, estilo de vida, etc. manifestando-se pacificamente, buscando direitos que envolviam os diferentes estratos e segmentos da sociedade, caracterizando, portanto, os movimentos sociais.

Para Warren (1987, p. 150) os movimentos sociais se caracterizam “quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada”. O intuito é fazer com que determinada categoria ou parcela da população não permaneça na condição de subjugação ou se torne eternamente refém do sistema que os explora em todas as formas e aspectos.

Aqui no Brasil, a exemplo da América Latina, em quase sua totalidade, os movimentos sociais tiveram uma maior projeção e visibilidade na luta pela terra, o movimento do campesinato através das ligas camponesas, lutava contra a concentração fundiária, e a favor da valorização do trabalhador do campo, mas entre as décadas de 1960 e 1970 esses movimentos se tornaram clandestinos, segundo Miranda & Fiúza (2017, p. 125), esse fato ocorreu devido a pressões sofridas durante o regime militar.

Miranda & Fiúza (2017, p. 25), acrescentam que, a atuação de partidos de esquerda, sobretudo o partido dos trabalhadores (PT), e o apoio da igreja católica fizeram com que esses

movimentos voltassem a se manifestar. Com isso, no ano de 1984, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nasce um dos maiores expoentes dos movimentos sociais no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST surge tendo como eixo central e característico a luta pela terra, no entanto, Caldart (2001, p. 208) afirma que o movimento adquiriu uma multiplicidade de dimensões. Para a autora, as lutas se ampliam à medida que “os sujeitos se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena”.

Caldart (2001, p. 210) completa, “os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista”. Fazem isso projetando valores dos quais a sociedade, no formato atual, não cultiva.

Antes mesmo da instituição do MST, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja (CEBS) tiveram grande participação na luta pela terra e nos direitos dos pequenos trabalhadores rurais, mas as lutas não ficaram limitadas ao campo, elas adentraram o seio das cidades, sobretudo, as grandes cidades onde eram e ainda são evidenciados os graves contrastes e abismos sociais. De acordo com Gohn (2011, p. 347) “As CEBS eram a porta de entrada nos movimentos sociais urbanos de luta por creches, transporte, posto de saúde, moradia, etc.”

Assim, surgiram outros movimentos sociais que lutavam por direito à moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimentos estudantis, movimento de gênero, a exemplo as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e Mais (LGBTQIA+), o MNCR que lutava por reconhecimento e melhores condições de trabalho dos catadores.

Para Arroyo (2003, p. 30) “A brutal exclusão dos setores populares urbanos dos serviços públicos, mais básicos[...]” alimenta as diversas reações e manifestações de movimentos que buscam garantir que as pessoas sejam inseridas socialmente. Com isso, é plausível inferir que os processos formadores de consciência dos direitos se fortalecem com as mobilizações coletivas que passam a despertar a criticidade e a instigar a participação e o engajamento de cidadãos que buscam a afirmação do trabalho como princípio educativo e emancipatório.

Nesse sentido, o MNCR⁷, surgido no final da década de 1990, é um exemplo de resistência e luta que ganhou projeção nacional tendo sua base nas manifestações de mobilizações urbanas, justificando assim, os anseios de moradores, sobretudo de regiões periféricas das grandes cidades, que lutavam por direitos sociais que os colocassem em níveis de igualdade com as demais camadas da sociedade.

⁷ As referências ao MNCR foram extraídas na página oficial do movimento na internet (vide referências).

A mobilização coletiva tem seu destaque na reivindicação de direitos e na busca por emancipação através do trabalho, e mesmo que para determinada categoria de trabalhadores como é o caso dos catadores, em que para boa parte lhes falta “escolarização”, essa mesma categoria de trabalhadores é dotada de educação e saberes populares, de conhecimentos específicos desenvolvidos a partir de sua atividade, do seu ofício. Nesse sentido, o movimento dos catadores busca valorizar a educação popular e ao mesmo tempo inserir, ainda que de forma tímida, elementos da educação formal “escolarizada” como processo integral da formação humana dos catadores - que em sua maioria foi forçado a abrir mão dos processos educativos formais por não conseguir conciliar com a atividade laboral – o que de certa forma contribui para que encontrem limitações de socialização com outros grupos, e cuja projeção de futuro se tornem mais dificultosas pela falta de acesso a novas fronteiras do conhecimento.

Nesse contexto, de busca por direitos, oportunidades, desenvolvimento de um trabalho com dignidade e visibilidade dos catadores o MNCR emergiu em meados de 1999 durante o Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel, logo depois ganhou projeção nacional a partir da oficialização de sua fundação em junho de 2001 na primeira edição do Congresso Nacional dos Catadores realizado na cidade de Brasília, ali era assinada a “Carta de Brasília” explicitando as urgentes e reais necessidades dos catadores de recicláveis.

O movimento dos catadores traz como lema em sua bandeira a história e a defesa de direitos sociais e ambientais, além de toda uma simbologia que representa as pautas de luta do movimento.

[...] Com cores fortes, imponentes e vibrantes, cada uma tem representatividade especial, o verde folha é a representação da natureza, nossa principal luta, em seguida o azul, que representa nosso comprometimento com a luta e nossas águas, o amarelo representa as catadoras e catadores de mãos dadas formando o mapa do Brasil, demonstrando nossa maior riqueza, a nossa unidade na luta pela economia solidária, o preto é o carrinho [...] (MNCR, 2022).

A bandeira expressa aquilo que o Movimento Nacional se tornou em termos de representatividade, antes da criação do MNCR não havia efetivamente uma organização formal que levasse as pautas da categoria para as discussões. Para Rossi (2021, p. 49) “[...] a criação do MNCR significou a representação das demandas da categoria pela própria categoria [...]”. A autora salienta que essa representatividade se fortaleceu por ser conduzida pelos trabalhadores em condições semelhantes.

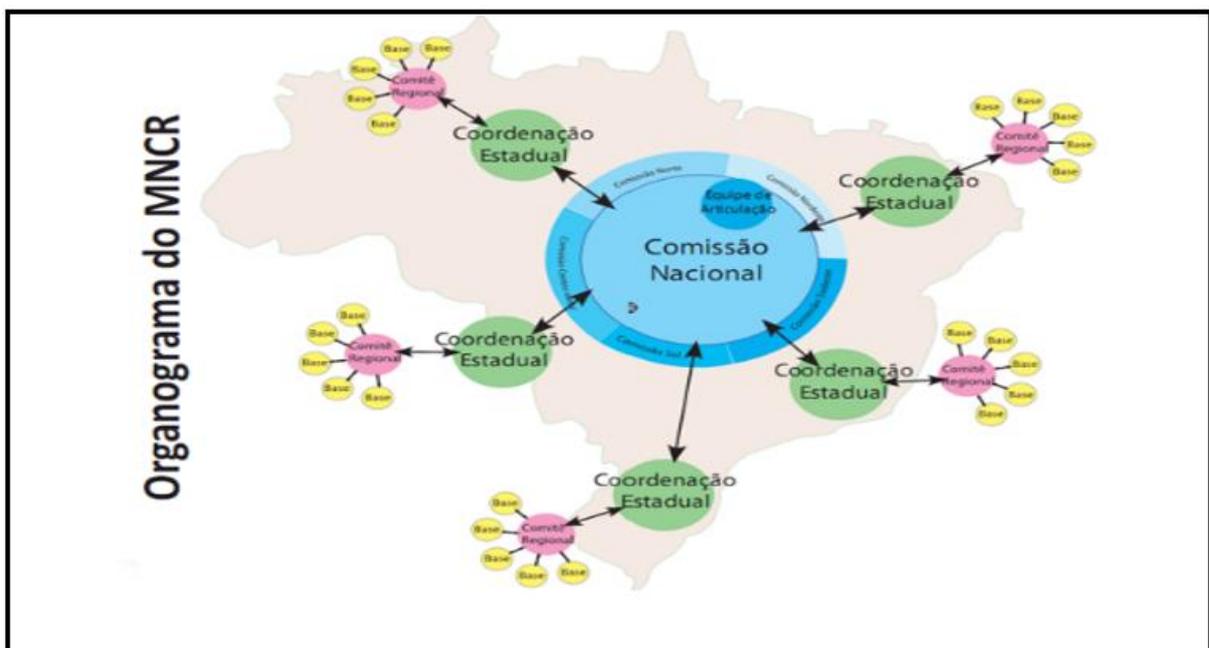
Com as propostas elaboradas na Carta de Brasília, o MNCR busca resgatar os direitos individuais e coletivos dos catadores e garantir a inclusão dos moradores de rua dando mais dignidade ao catador:

Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola. (MNCR, 2001).

Outro ponto importante está relacionado ao incentivo às cooperativas. “Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua” (MNCR, 2001).

Em sua estrutura organizacional o movimento se estabelece com uma Comissão Nacional localizada no centro do país (Brasília), coordenações e núcleos regionais descentralizados, tendo uma maior articulação com o catador, conforme consta na figura abaixo.

Figura 2 - Organograma do MNCR



Fonte: MNCR (2022).

No que diz respeito a busca por direitos e atuação dos trabalhadores o MNCR participou de inúmeras mobilizações, eventos, congressos que traziam à mesa as discussões as questões relacionadas ao meio ambiente e a atividade de catação, buscando fortalecimento político, maior representatividade da categoria, organização coletiva e valorização dos trabalhadores.

Desde a sua criação, o Movimento se fortaleceu com a substancial adesão de catadores organizados em cooperativas e associações em todas as regiões do país, com essa expansão foi possível criar uma rede de relacionamento onde as demandas de uma determinada região passaram a ser discutidas e os benefícios aplicados a todos os integrantes do Movimento.

Em se tratando de ações concretas a “Carta de Brasília” bem como, a “carta de Caxias”, foram movimentos capitaneados pelo MNCR que visavam o reconhecimento, a luta, a busca de garantias, direitos, dignidade e a valorização do trabalhador da atividade de catação.

As bases orgânicas do MNCR desenvolvem nos espaços de trabalho e nas comunidades onde estão localizadas, diversos projetos de caráter popular que procuram resgatar a cultura e o protagonismo dos catadores e de suas famílias. Desenvolvemos em nossas bases projetos educativos, de cultura popular, atividades recreativas, de inclusão digital, oficinas artesanais, entre outros. (MNCR, 2022).

Nessa busca por direito, valorização, oferta de melhores condições de vida, acesso escolar, alimentação digna, etc. o movimento recebe pouco apoio e a maioria dos projetos são capitaneados pelos próprios integrantes do movimento.

Outra preocupação constante é com nossas crianças. Alguns espaços já contam com refeitórios comunitários e programas de segurança alimentar que garantem o sustento de nossas famílias, além da preocupação com educação infantil e reforço escolar. Todos esses projetos são feitos, na maioria das vezes, por iniciativa dos próprios companheiros, sem incentivo ou apoio do poder público. (MNCR, 2022).

O MNCR demonstra uma certa preocupação na participação efetiva das mulheres catadoras, de modo que elas tenham voz ativa, sejam politizadas e exerçam um papel de liderança no movimento:

Também são prioridades tanto na base, onde são a maioria, quanto nas coordenações dos grupos, comitês regionais, coordenações estaduais e comissão nacional. Têm formações específicas para seu desenvolvimento político, assim como encontros regionais e nacionais de trocas de experiências, formação e definições sobre sua participação e luta no MNCR. (MNCR, 2022).

O movimento dos catadores também é sensível aos processos educativos dos catadores que fazem o processo de autogestão das cooperativas com base na economia solidária. “Na educação mobilizamos programas de educação e alfabetização popular e nossas bases assumem o compromisso de manter capacitação permanentes dos cooperados”. (MNCR, 2022).

O movimento nacional dos catadores, composto por catadores que passaram pelas mesmas dificuldades, é um forte aliado na luta desses trabalhadores que buscam a sobrevivência tendo como meio laborativo a atividade de catação. Embora, a Cooprec não tenha nascido a partir do movimento de catadores (e veremos o motivo mais adiante), ela conseguiu se manter e fortalecer suas bases. Em contraponto a essa perspectiva formal de um movimento de representação, na individualidade o catador é só mais um excluído, renegado pela sociedade, sem nenhuma expectativa de mudança de uma realidade que lhe é posta. Quando se juntam em torno de uma organização que os representa, valorizando um trabalho tão discriminado e

marginalizado, reconhecendo-os como sujeitos de direito, acende-se uma luz de esperança para novas perspectivas de mudança de vida.

1.4 OS CONTRIBUTOS DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS PARA O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO E A ATUAL REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA

Não temos aqui a pretensão de abordar detidamente as origens do cooperativismo, contudo, para fundamentar as discussões e formular teses é importante ter a compreensão prévia de que a origem do cooperativismo moderno tem suas bases fincadas em concepções e pensadores utópicos, em um movimento que inicialmente se desenvolveu especialmente na França e na Inglaterra no final do séc. XVIII e meados do séc. XIX. Tal corrente de pensamento e preceito socialista “associacionista” enxergava a livre concorrência como uma das principais causas dos “[...] problemas econômicos e sociais da época [...]” (VALADARES, 2003, p. 28).

O pensamento utópico em contraponto ao avanço da livre iniciativa, seria a substituição do indivíduo por uma organização associativa, ou seja, transformando o meio social e econômico em que a ideia de coletividade pudesse prevalecer diante das ações individuais constituindo assim um novo meio. Para Valadares (2003, p. 28) “[...] o antagonismo dos interesses privados, oriundos da concorrência, seria substituído, nos setores da produção e repartição”.

Ainda de acordo com Valadares (2003) à época existiam duas ramificações dos associacionistas que contribuíram para o pensamento econômico cooperativo:

A corrente liberal, que defende a livre iniciativa e adesão dos indivíduos à associação, representada por Robert Owen e Charles Fourier, devendo ser consideradas, também, as contribuições de Plockboy e Bellers; A corrente doutrinária, que considerava indispensável uma autoridade superior que imponha o comportamento associativo aos indivíduos, representada por Buchez e Blanc. (VALADARES, 2003, p. 29)

Sobre os precursores socialistas utópicos Valadares (2003) traz algumas características que definem o perfil dos pensadores conforme suas concepções. Robert Owen (1771-1858) foi sócio de uma grande empresa de tecelagem, durante o período se deparou com a “miséria da classe operária”. A partir daí houve a elaboração de reforma para corrigir tal condição.

Seus projetos sociais incluíram a diminuição de jornada de trabalho, a proibição do trabalho de menores de 10 anos, a obrigatoriedade de frequentar escola aos filhos dos funcionários, modificações nas condições de moradia dos trabalhadores, facilidades de aquisição de casas a preços módicos, a aquisição de artigos de consumo doméstico em bases cooperativas, etc.” (VALADARES, 2003 p. 33).

De acordo com Singer (2002) Owen chamava a atenção e passou a ser admirado pela forma generosa com que tratava seus funcionários.

Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. (SINGER, 2002 p. 25).

Em comunidades, cuja base se alicerçava na produção, Owen pensava em corrigir os problemas sociais utilizando a propriedade coletiva “[...] espécie de colônia que deveria manter-se por seus próprios meios e produzir tudo de que seus membros tivessem necessidade [...]” (VALADARES, 2003 p. 34). Aqui o autor demonstra ideias que hoje servem de base para algumas práticas das cooperativas modernas, como o trabalho desenvolvido pelos cooperados de reciclagem, cuja renda é definida a partir da sua produção.

De acordo com Schneider (2019, p. 15) Owen dentre os considerados socialistas utópicos “foi um dos personagens que exerceu maior influência sobre os Pioneiros de Rochdale⁸” ao fim da vida dedicou-se mais a debater a educação das pessoas para formar o que chamou de um *novo mundo normal*.

Diferentemente de Owen, que pensava o cooperativismo de forma mais prática, Charles Fourier apresentava exatamente o contrário:

Sua obra é sobretudo doutrinária e teórica. O fourierismo se desdobra em uma concepção – a associação livre e universal – e um projeto de realização: o “falanstério⁹”. Fourier entevia a solução do problema social na constituição de diversos grupos organizados em vida comum. Seu plano abrange não só os operários, a exemplo de outros precursores do movimento, mas os membros de todas as classes sociais reunidos em grupos econômicos denominados falanstérios. (VALADARES, 2003 p. 37).

Embora o falanstério remetesse a uma ideia de organização comunista, ele não era considerado dessa forma já que a propriedade privada continuava intacta, havia um certo interesse individual e a produção excedente era distribuída. E ainda que não fosse uma organização cooperativa, Valadares (2003, p. 38) reforça que essa fórmula “expressa a ideia de

⁸ Cooperativa fundada em 1844 por trabalhadores que se autodenominaram Equitáveis Pioneiros de Rochdale, para indicar o espírito que os orientaria no seu empreendimento, baseado na cooperação equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera, transparente, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros e, ao mesmo tempo, calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro (Schneider, 1999, p. 48).

⁹ Falanstério é instalado numa colônia agrícola e industrial comum. Possui uma área de 2000 hectares de superfície. Nesse domínio é constituído o “palácio social”, no centro do qual se encontram o refeitório, a biblioteca, salas de estudo, seções de negócios. Todos os membros da colônia habitam este edifício e nele desenvolvem as atividades produtivas. (VALADARES, 2003 p. 37)

que ao trabalhador deve caber uma parte do produto social, na proporção da sua contribuição pessoal ao trabalho coletivo”

Com relação às propostas de Plockboy e John Bellers, Valadares enfatiza:

Plockboy apresentava sua proposta associacionista de integrar famílias em grupos comunitários de finalidade econômica, para organizar o trabalho e o consumo. Esses grupos se dedicariam à produção agrícola e à produção industrial. Plockboy sonhava com uma associação econômica onde a propriedade individual fosse conservada, mas que fizesse desaparecer a exploração de uns pelos outros. (VALADARES, 2003 p. 31).

[...] John Bellers (1654-1775). Publicou em 1695 um trabalho intitulado “Proposições para a criação de uma associação de trabalho de todas as indústrias úteis de da agricultura”. O sistema de Bellers está baseado nas “Colônias cooperativas de trabalho associado” oferece vantagens de ordem econômica em relação à economia individual: são suprimidos o lucro dos intermediários e das indústrias inúteis, as despesas com lojas de vendas, os honorários dos advogados, etc. (VALADARES, 2003 p. 32)

O pensamento defendido pelos precursores dos preceitos cooperativistas, embora em algum momento houvesse alguma contradição ou divergência de ideias, serviram de fundamentação para a concepção de elementos importantes do cooperativismo moderno. De acordo com Valadares (2003, p. 29) mesmo havendo pontos divergentes em “[...] certos aspectos teóricos da cooperação econômica [...]” determinadas ideias convergentes imprimem “[...] ao movimento cooperativo o caráter de um sistema econômico e de uma ação social unitários.”

O movimento cooperativista, iniciado pelos socialistas utópicos e que culminou em um modelo contemporâneo, de certa forma mantinha uma sintonia com o movimento operário, colocando-se como uma alternativa ao capitalismo.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução. (SINGER, 2002, p. 33)

Ancorado em seus precursores o cooperativismo moderno começou a criar novos contornos que serviram para lastrear seus princípios e valores, norteadores da condução das cooperativas e da maneira ética e responsável em que os cooperados devem se portar frente às suas obrigações, seus direitos e deveres enquanto associados de uma organização coletiva.

De acordo com Schneider (2019, p. 106) No cooperativismo atual “[...] as cooperativas são baseadas por valores de autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade”.

Por sua vez, os princípios são diretrizes inspiradas nos valores e que deles se alimentam para serem praticados pelos cooperados no seio de suas cooperativas. Para Schneider (2019, p. 106) “É a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹⁰ que tutela os princípios cooperativos”. O autor acrescenta que ao longo do tempo “[...] os princípios já sofreram algumas modificações, mas sem descaracterizar o modelo Rochdaleano para o bom andamento do processo cooperativo”. Atualmente os princípios são: Adesão Livre e Voluntária; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação e por último o Interesse Pela Comunidade.

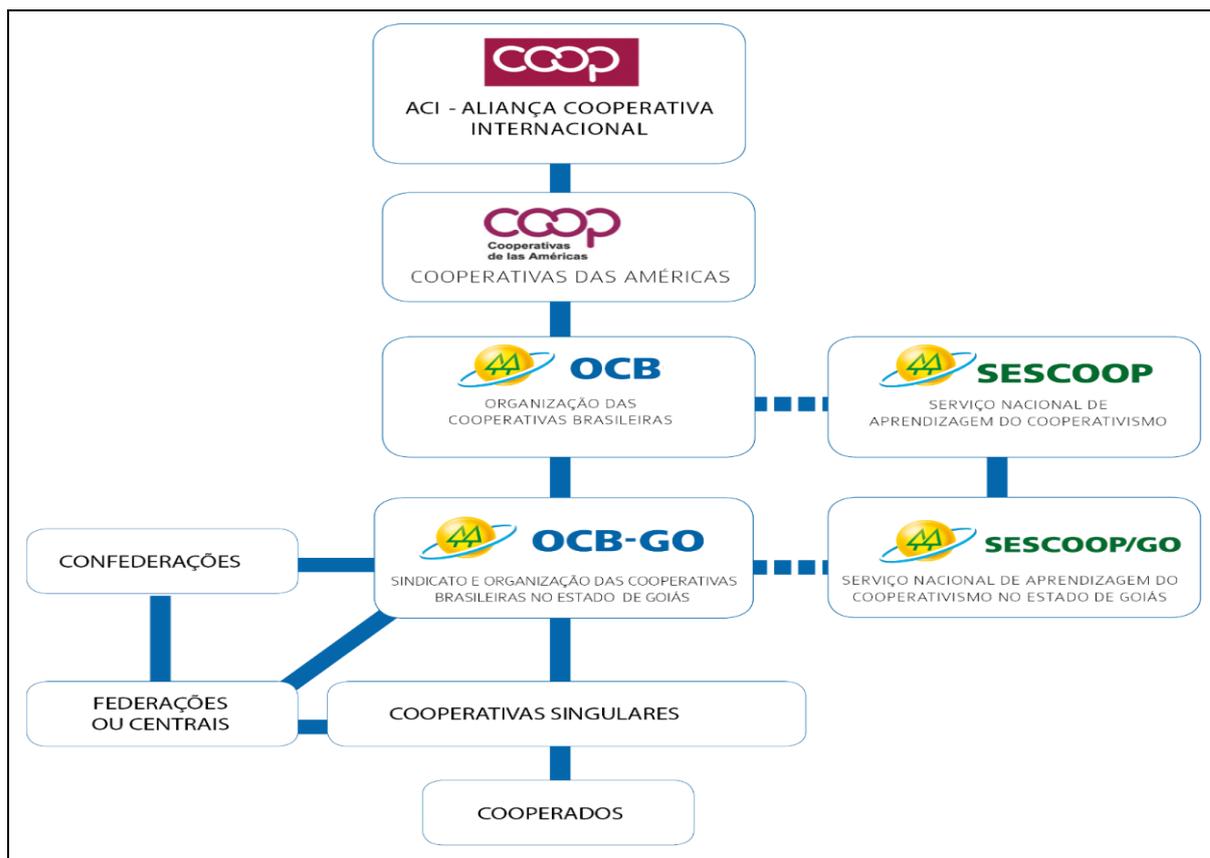
Os princípios e valores são norteadores da cultura cooperativista e é por meio deles que os cooperados irão se pautar para ter uma conduta ética, responsável e solidária. Em uma organização que prima pela colaboração, compreender a importância desses valores e princípios é também compreender a importância que o outro tem dentro da organização.

A conduta ética, os valores e princípios são essenciais para as cooperativas e seus cooperados, mas é a representação que os torna reconhecidos. Assim, as cooperativas são amparadas em uma base legal e representativa que atua no sentido de buscar melhorias e reconhecimento nos seus campos de atuação. Procurando valorar a cultura do cooperativismo como instrumento de transformação, sobretudo do cooperado nos aspectos atinentes às questões humanas de cunho econômico e social.

Para tanto, no que se refere a estrutura orgânica, o Sistema Cooperativista é composto pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo (SESCOOP), Cooperativas das Américas e Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A OCB e o SESCOOP determinam as diretrizes da atuação de cada Unidade Federativa (UF) no sentido de representar, defender, apoiar e promover o desenvolvimento das cooperativas locais.

Figura 3 - Representação do sistema cooperativista

¹⁰A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) fundada em 1895, é uma das organizações não governamentais mais antigas e uma das maiores entidades em número de pessoas representadas: 1 bilhão de cooperados em todo o mundo. Informações retiradas do site da instituição. (vide referências).



Fonte: OCB (2022).

Na base da representatividade encontram-se os cooperados, as cooperativas singulares¹¹ ou de primeiro grau, as federações ou centrais¹², também conhecidas como cooperativas de segundo grau, as confederações¹³, as unidades estaduais da OCB e do SESCOOP vinculadas às unidades nacionais.

A representação do cooperativismo em Goiás também é conhecida como Sistema OCB/GO ou simplesmente “A Casa do Cooperativismo” composta pela junção da OCB/GO e do SESCOOP/GO que atuam para apoiar, desenvolver, fomentar, defender os interesses e representar as cooperativas em âmbito estadual.

A unidade da OCB em Goiás foi criada no dia 02 de outubro de 1956 - treze anos antes da OCB Nacional - na ocasião recebia o nome de União das Cooperativas no Estado de Goiás (UCEG), posteriormente no ano de 1970 passou a se chamar Organização das Cooperativas do

¹¹ De acordo com a lei 5.764/71 as cooperativas singulares são aquelas compostas por no mínimo 20 pessoas físicas, por sua vez, a lei 12.690/12 que regula as cooperativas de trabalho, as quais as cooperativas de reciclagem estão inseridas, determina o mínimo de 07 pessoas físicas. (vide referências)

¹² A lei 5.764/71 também estabelece que as federações ou centrais de cooperativas são constituídas a partir de 03 cooperativas singulares. (vide referências).

¹³ As confederações são organizações cooperativas formadas pela junção de no mínimo 03 federações. A OCB/GO está ligada à Confederação Nacional de Cooperativas (CNCOOP).

Estado de Goiás (OCG). Em 1993 passou a ter o caráter de sindicato patronal. E finalmente no ano de 2002, com uma alteração estatutária, a denominação passou a ser Organização das Cooperativas no Estado de Goiás (OCB/GO).

Dessa forma, o Sistema OCB/GO tem um papel de representação política e institucional das cooperativas, e atua como sindicato patronal cooperativista goiano defendendo os interesses da classe cooperativista, busca junto aos entes públicos e a iniciativa privada parcerias para o desenvolvimento do segmento cooperativo e tem como âncora a lei 5.764/71 que assegura o seu funcionamento e o registro obrigatório das cooperativas.

As organizações cooperativas estabelecidas no sistema cooperativista brasileiro, em sua grande maioria, estão ancoradas em uma perspectiva capitalista vigente, o que de certa forma, mais especificamente no caso das cooperativas de reciclagem, confronta com a ideia inicial de economia solidária, já que a cooperativa se estabelece como uma empresa. É possível que tal condição se estabeleça em função da própria necessidade de manutenção e sobrevivência a partir de uma lógica competitiva capitalista que explora e ao mesmo tempo exclui e da própria teoria econômica da cooperação. Nesse sentido, mesmo preservando a essência colaborativa e de ajuda mútua, se torna cada vez mais evidente as atribuições do Sescop pensando nessa lógica competitiva, sobretudo, para os cooperados dirigentes de cooperativas.

Dessa forma, O Sescop surge como um “braço” do Sistema S, criado pela Medida Provisória nº 1715/98 e **Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999**, tendo sua instalação em 28 de outubro 1999. O referido decreto ampara legalmente e todos as unidades, inclusive o Sescop/Go que tem como um dos seus objetivos “[...] organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas no Estado de Goiás [...]”. O “S” do cooperativismo goiano é a escola de educação do cooperativismo, em que são ofertados - exclusivamente para o público cooperativista¹⁴ - treinamentos, capacitações, intercâmbios, workshop, palestras, cursos, MBA’s, graduação superior em cooperativismo.

A promoção de capacitação pode ser de forma centralizada¹⁵ servindo para atender os mais variados públicos do Sistema, como também existe a possibilidade de oferta de forma

¹⁴ Excepcionalmente em algumas situações a participação em palestras é aberta à comunidade.

¹⁵ Os cursos e capacitações centralizados, são realizados quando a iniciativa de oferta parte do Sescop de forma que possa abranger os mais diversos ramos e públicos cooperativistas inseridos no Sistema OCB/GO.

descentralizada¹⁶ atendendo as diversas cooperativas de acordo com aquilo que elas entendem como essencial para o desenvolvimento e profissionalização dos cooperados e funcionários.

As cooperativas de reciclagem de Goiás têm recebido do Sistema OCB/GO o curso “Recicla & Coopera”, capacitação voltada para o conhecimento básico acerca da cultura cooperativista, conceitos, valores, princípios, organização do quando social (OQS), direitos, deveres e obrigações dos cooperados. As capacitações são realizadas com uma metodologia simples de modo que o cooperado, ainda que não seja alfabetizado, possa ter um mínimo de entendimento com relação aos processos que envolvem a cooperativa e atuação do cooperado.

Para além das capacitações o SESCOOP/GO tem aplicado o “Aprimoora” que é uma ferramenta de gestão desenvolvida para diagnosticar, dentre outras, as deficiências relacionadas à gestão, às questões de governança, operacionalização, comercial e contabilidade da cooperativa. Com isso, baseando-se no sexto princípio cooperativista (intercooperação), outras cooperativas – com melhor nível de gestão e boas práticas cooperativistas – são convidadas a apoiar o projeto e ajudar no desenvolvimento e profissionalização dessas cooperativas de reciclagem que apresentam limitações que as impeçam de se desenvolverem e se profissionalizarem.

1.5 A COOPERATIVA COMO AMBIENTE DE FORMAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA DO CATADOR

As cooperativas se estabelecem como empresas ou organizações coletivas, geridas de forma democrática, com a efetiva participação de seus associados. Em uma conceituação legal, a lei geral do cooperativismo define cooperativas como sendo “[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, 1971).

Sob o manto da essência cooperativista, as cooperativas se distinguem de outras organizações formais, em função de uma lei específica e por trazer arraigado em seus princípios e valores a cultura da ajuda mútua e da colaboração. Além disso, a organização coletiva cooperativa possibilita a adesão do cooperado de forma livre e voluntária - quando este preenche os requisitos legais – assegura ao cooperado a participação nas decisões com o mesmo

¹⁶ As capacitações descentralizadas são aquelas pelas quais as demandas partem da própria cooperativa conforme suas necessidades.

poder de voz e voto, independente da quota capital investida por cada associado e ainda possibilita a divisão de sobras.

A Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade de representação do Sistema Cooperativista Nacional (SCN), legalmente constituída e amparada pela legislação cooperativista, consiste em apoiar e desenvolver as cooperativas de todo o país. A OCB Nacional dentro das atribuições que lhes são atribuídas pela norma cooperativista, classifica as cooperativas em 07 ramos¹⁷ de acordo com o segmento de atuação e das atividades desenvolvidas pelos cooperados: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde e Trabalho, Produção de Bens e Serviços (TPBS).

Os grupos classificados no ramo TPBS, desenvolvem suas atividades pela própria força de trabalho, prestação de serviço ou produção dos cooperados. No referido segmento aparecem as cooperativas de costureiras, enfermeiros, radiologistas, professores, catadores de materiais recicláveis, dentre outros. Assim, as cooperativas de reciclagem - formadas por catadores de recicláveis - fazem parte dos ramos TPBS, levando em consideração que a atividade de catação, separação, triagem, prensagem é desenvolvida pela força de trabalho dos seus associados que podem firmar contratos de serviços com prefeituras, por exemplo, ou produzirem bens de consumo a partir da transformação da reciclagem.

Ao se organizarem em uma cooperativa os catadores aumentam as possibilidades de melhorarem seus rendimentos, por uma questão lógica quando o catador está produzindo de forma individualizada o seu poder de negociação é limitado e esse catador acaba entregando seu material com o valor que o atravessador determina.

Por outro lado, ao ingressar em um modelo cooperativista as chances de aumento de ganho passam a ser maiores, uma vez que, o catador que outrora não tinha poder de negociação, devido ao baixo volume produzido, agora dentro da cooperativa ele passa a ter. Embora a cooperativa também, em quase sua totalidade, esteja condicionada a atuação de atravessadores¹⁸, o fato de ter um volume maior de produtos lhe garante um maior poder de negociação, além disso, na cooperativa o material é separado e prensado o que possibilita agregar mais valor ao produto na hora da comercialização. Para Schneider (2003, p. 64) “O

¹⁷ Anteriormente a OCB classificava o cooperativismo nacional em 13 ramos: Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infraestrutura; Mineral; Produção; Saúde; Trabalho; Transporte, Turismo e Lazer. Mas devido a pouca representatividade de alguns ramos, houve a necessidade de um reagrupamento de áreas afins, onde pudesse haver o fortalecimento das categorias de acordo com a atividade. (vide referências).

¹⁸ Como as cooperativas não possuem uma indústria para processar os recicláveis, e o volume de materiais, mesmo sendo maior que aqueles dos catadores individuais, ainda é baixo para fornecer diretamente à indústria recicladora, o atravessador ou intermediário se beneficia geralmente estabelecendo os valores a serem pagos.

associativismo e o cooperativismo representam, sem dúvida, modelos de organização social mais justos para produzir e distribuir riquezas[...]"

Com relação a proteção física o catador individual também leva desvantagem em relação ao cooperado, ficando suscetível a todo tipo de acidente. Não que o catador/cooperado esteja imune, mas pela cooperativa se torna bem mais fácil a aquisição Equipamento de Proteção Individual (EPI) já que a cooperativa pode negociar uma grande quantidade que atenderá a todos os seus associados, outra forma de aquisição desses EPI's é através das indústrias parceiras nos programas de logística reversa. Ao passo que, o catador individual, cuja a renda¹⁹ já está comprometida, terá que escolher entre comer ou comprar o EPI.

Em se tratando de formação, ao fazer parte de uma cooperativa as chances de capacitação e treinamento são potencializadas, se a cooperativa estiver regular ela poderá formatar projetos junto ao SESCOOP/GO que irão atender conforme as demandas das cooperativas em função das necessidades de seus cooperados.

Schneider (2019, p 118) reforça que "As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento".

Entretanto, muitos catadores individuais ainda não foram apresentados ao modelo de trabalho coletivo, portanto, não conseguem enxergar suas vantagens ou simplesmente o conhecem mas entendem que não faz sentido pra eles fazer parte de uma cooperativa, sobretudo, pelo fato de boa parte desses catadores ter passado muitos anos vivendo ou sobrevivendo das ruas, tendo a liberdade de poder ir ou não catar o material, de escolher seus horários sem ter que obedecer às regras e obrigações que a organização exige.

De acordo com a cartilha de cooperativismo passo a passo do Sistema OCB (2012) esse nível de entendimento e participação efetiva do cooperado é essencial para o bom andamento da organização.

É crucial a participação dos cooperados na gestão da cooperativa, pois a mesma existe em função de seus sócios, que são donos e usuários. É fundamental que haja comprometimento e que os direitos, deveres e responsabilidades sejam iguais a todos, e que todos possam segui-los e respeitá-los. (OCB, 2012 p. 64)²⁰

A Cooperativa é um empreendimento coletivo onde a transparência e as boas práticas devem ser seguidas, de modo que o processo democrático assegure aos associados a

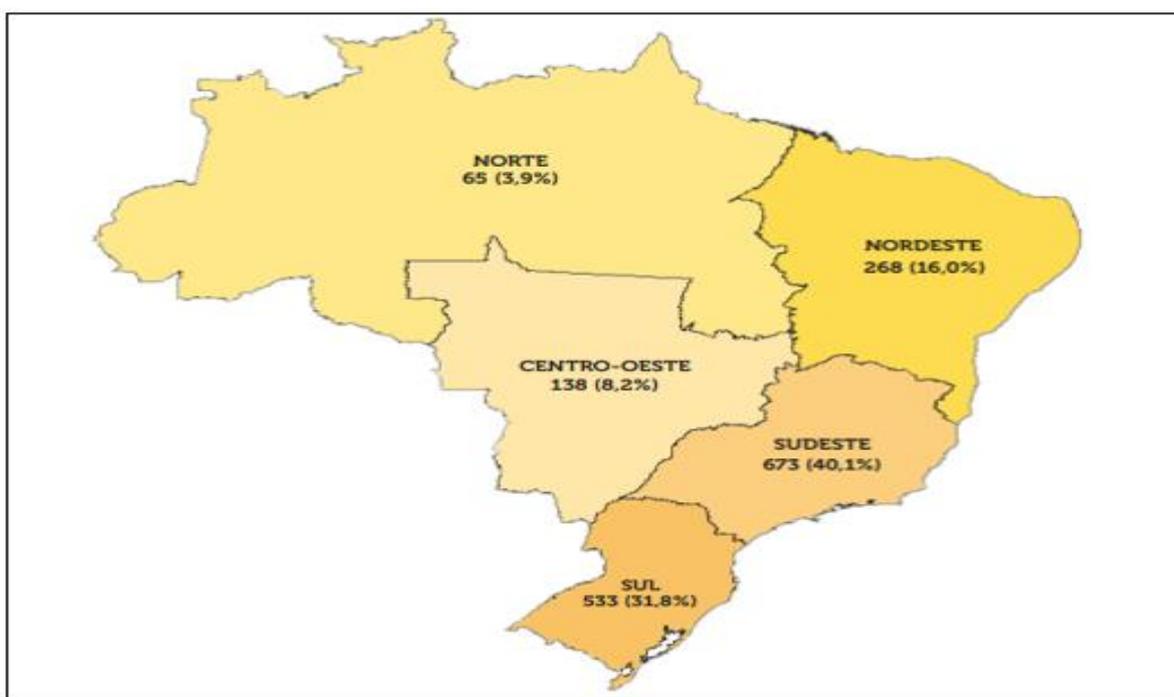
¹⁹ De acordo com o Anuário da ANCAT, em 2021 a renda média do catador girava em torno de R\$ 1.098,00. (vide referências).

²⁰ Educação Cooperativista – Cooperativismo passo a passo. Extraído do site oficial da OCB/GO (vide referências)

participação efetiva nas decisões. Por ter essas características e ao mesmo tempo congregam pessoas com propósitos afins, o empreendimento tende a ser exitoso quando os cooperados atingem um nível de conhecimento, entendimento e maturidade para compreender que é a convergência de força entre os próprios cooperados que irá fazer com que eles melhorem no seu trabalho.

Com a crescente demanda de prefeituras para resolverem os problemas causados pelo descarte incorreto dos RSU nas cidades, houve um estímulo à criação de cooperativas de catadores de reciclagem, ao mesmo tempo em que as prefeituras eram beneficiadas por compartilharem a divisão do tratamento com os resíduos, os grupos de catadores também tinham a possibilidade de se profissionalizar em uma organização formal. Nesse sentido, é possível verificar o panorama da quantidade de associações e cooperativas de reciclagem no Brasil.

Mapa 3 - Cooperativas e associações de catadores



Fonte: SNIS (2021).

Os estados do sul e sudeste, possuem mais tradição quanto ao trabalho cooperativo, e cujo cooperativismo se estabeleceu²¹ com maior força e capilaridade é perceptível a grande

²¹ Oficialmente, nosso movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade. Com sede em Nova Petrópolis (RS)

quantidade de cooperativas e associações, contudo, é importante ressaltar que boa parte das cooperativas constituídas, ainda não possuem registro em uma OCB estadual, sendo que a lei 5.764/71 em seu artigo 107 assim determina. “As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras [...]” (BRASIL, 1971).

Em 2021 o Estado de Goiás possuía cerca de 249 cooperativas registradas distribuídas nos 07 ramos (ANUÁRIO COOP, 2022). Atualmente o Estado conta com 265 devidamente registradas (OCB/GO, 2022). Desse montante, somente 09 cooperativas de reciclagem estão formalmente constituídas e registradas no Sistema Cooperativista Goiano, esse dado, é muito baixo e preocupante, pois o público dessas cooperativas geralmente são pessoas com pouco conhecimento sobre as questões básicas do funcionamento de uma cooperativa, no entanto, esses cooperados só podem ser atendidos com capacitações, treinamentos e formações através do SESCOOP/GO, se as cooperativas estiverem efetivamente registradas e regulares²².

Das nove cooperativas de reciclagem registradas na OCB/GO duas estão em Goiânia (A Ambiental e Cooprec), e as demais encontram-se em outras cidades do interior do Estado, a saber: Alto Horizonte (Cooprengo); Bela Vista de Goiás (Cooperbela e BVG); Corumbá de Goiás (Corumbá Coop); Pontalina (Cooperpontalina); Padre Bernardo (Cooperpb); Rio verde (Coop-recicla) e Santo Antônio de Goiás (Coopersag).

Boa parte dessas cooperativas foram constituídas com catadores oriundos dos lixões, catadores que ficavam nas ruas, ou pessoas que simplesmente perderam seus postos de trabalho, em função da idade, ou aquelas que não conseguiram retornar ao mercado de trabalho por não terem a qualificação exigida. Outro aspecto que chama a atenção é que o MCRC mesmo tendo uma forte atuação em outros estados e uma presença importante em alguns grupos da capital goiana, ao que parece sua participação no interior do Estado ainda é tímida, sendo que, as mobilizações dessas organizações cooperativas acabam recebendo o apoio de pastas municipais como as Secretarias de Meio Ambiente e de Ação Social.

De um modo geral as cooperativas de reciclagem são constituídas por pessoas que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade nos processos de formação educacional básica, pessoas que nunca passaram por uma capacitação, muitas delas sabem sequer assinar o próprio

Informações extraídas do site oficial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). (vide referências).

²² A regularidade exigida pelo sistema de representação estadual está relacionada a atualização e envio documental (atas, estatutos, pareceres do Conselho Fiscal, balanços patrimoniais), bem como as questões financeiras (contribuição cooperativista conforme preceitua o § 1º do art. 108 da lei 5764/71).

nome, o que pode se tornar um problema que implicará na própria sobrevivência da cooperativa no mercado, conforme alerta Schneider (2003):

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. (SCHNEIDER, 2003 p.13)

O projeto de educação, sobretudo, para o público catador de reciclagem, implica em pensar a função social do trabalho exercido pela cooperativa de reciclagem, levando em consideração o histórico de vida do catador, o seu presente, o seu futuro e aquilo que mais o aproximou ou distanciou da função social da cooperativa.

Pensando na construção do catador no ambiente de trabalho coletivo, na seção seguinte, analisaremos a produção científica em torno das cooperativas de reciclagem.

1.6 ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA COM ENFOQUE NO CATADOR E NO SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO SOLIDÁRIO

O objetivo inicial dessa seção partiu da ideia de trazer para análise os artigos, dissertações e teses dos últimos 05 anos publicados nas principais revistas científicas, periódicos, portais, bibliotecas digitais que tratassem, em Goiás, da temática catador sob o olhar dos processos formativos e da transformação no modo de vida, a partir do trabalho precário cunhado em uma organização coletiva lastreada na ajuda mútua e na cooperação.

Durante a pesquisa encontramos inúmeras produções com reflexões e discussões de grande relevância sobre a temática catador, mas os trabalhos publicados direcionam para outras perspectivas, evidenciando outras áreas do conhecimento e não necessariamente a formação, a constituição e alteração no modo de vida do catador inserido em um empreendimento coletivo, que era o que se pretendia encontrar inicialmente.

Em sua maioria, os artigos, teses e dissertações encontrados na pesquisa abordam as questões relacionadas a área da saúde - como as incidências das diversas manifestações de hepatite - relacionamentos (relações conflituosas), gerenciamento dos materiais recicláveis, gestão integrada dos resíduos sólidos, coleta seletiva, etc. Além disso, em um universo de 73 trabalhos catalogados, apenas 28 foram publicados a menos de 05 anos e destes apenas 01 a pesquisa ocorre com o olhar voltado para as cooperativas de reciclagem em Goiânia.

A dissertação de Guimarães (2018) que consta no repositório da Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações (BDNT) está vinculada às ciências sociais e trata de direitos humanos dos catadores, mesmo assim, embora a pesquisa não seja voltada especificamente para os processos formativos do catador e sua constituição a partir do trabalho, chamou a atenção por trazer discussões relevantes sobre o cooperativismo, economia solidária, emancipação do catador, além da imersão realizada em algumas cooperativas de reciclagem filiadas à Uniforte, central de cooperativas apoiadas pela Incubadora Social (IS) da UFG a qual a Cooprec também é filiada.

Sobre a pesquisa a autora relata que:

[...] a pesquisa partiu do questionamento se poderiam ser as cooperativas de empreendimentos econômicos solidários de Goiânia um meio para os catadores adquirirem emancipação social, em busca de autonomia e efetivação dos seus direitos humanos e sociais como trabalhadores dignos de direitos, e uma forma de buscarem novas formas de inclusão no sistema, reconhecimento e direito ao trabalho digno. (GUIMARÃES, 2018 p. 15)

Assim procuramos trazer alguns dos pontos da pesquisa, que julgamos mais relevantes, para tentar compreender a realidade de vida e do trabalho desenvolvido pelos catadores apoiados por movimentos e entidades como MNCR e a IS.

Na pesquisa, Guimarães (2018) aborda a origem do cooperativismo levando em consideração os graves problemas sociais causados pela efervescência da revolução industrial:

A falta de limites legais culminou em uma crescente exploração dos trabalhadores, tendo como exemplos que marcaram o capitalismo industrial: jornadas de trabalho exaustivas, exploração do trabalho infantil, além de despedimento em massa. Ainda, a falta de qualificação para manuseio das novas maquinarias fez com que diversos operários perdessem seus postos de trabalho. (GUIMARÃES, 2018 p. 25).

Reforçando a autora, Schneider (2019) expõe as mazelas sociais da época:

O trabalhador era submetido a uma jornada de trabalho de quatorze a dezesseis horas, inclusive mulheres e crianças. Elas eram aproveitadas especialmente nas minas de carvão, prejudicando prematuramente a saúde. Não havia naquela época nenhuma legislação trabalhista ou previdenciária, nem sindicatos que defendessem a classe trabalhadora, que se achava totalmente à mercê das condições impostas pelos empresários industriais. (SCHNEIDER, 2019 p. 14).

Sobre a forma de atuação do cooperativismo no Brasil, a autora faz uma interessante constatação sobre a edição da lei geral do cooperativismo aqui no Brasil, entendendo que a rigidez e controle da lei dificultou o processo de inovação e desenvolvimento das cooperativas:

Em 1971, durante o Governo Ditatorial Militar, foi editada a Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), que manteve o modelo rígido e controlador para as cooperativas, não permitindo desenvolvimento e conhecimento desse modelo de produção que

poderia ter sido, desde o princípio, inovador e transformador como forma de desenvolvimento para a população brasileira. (GUIMARÃES, 2018 p. 28).

É importante destacar que a lei geral do cooperativismo não sofreu alteração substancial desde sua criação há mais de 50 anos. Recentemente com o advento da pandemia da COVID-19 houve uma pequena alteração no sentido de permitir a realização de assembleias, além da forma presencial, que as cooperativas também possam ter a possibilidade de realizá-las de forma virtual ou híbrida (presencial e virtual ao mesmo tempo).

No que se refere ao trabalho tendo como base da economia solidária, a autora entende que outras formas de associações, além das cooperativas, também são lastreadas por esse modelo de autogestão. Guimarães (2018).

A economia solidária no Brasil tem sido vinculada às acepções de novas formas de trabalho e geração de renda, que não se resume apenas a algumas formas de união de trabalhadores em cooperativas, mas também a diversas formas de união em associações, ONGs, fundações e também cooperativas. (GUIMARÃES, 2018 p. 35).

Ancorada em Singer (2003) a autora cita momentos importantes para impulsionar a economia solidária no país, como a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG).

Outras entidades tiveram papel importante no processo de economia solidária no Brasil, dentre elas a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No ano de 2003, durante o primeiro governo do então presidente Lula, foi criado no mesmo ato legal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), ambos regulamentados pelo decreto 5.811/06 (BRASIL, 2006).

É importante retomar esse contexto da economia solidária no país, sobretudo, devido à importância para empreendimentos solidários como as cooperativas de reciclagem, mas que, no entanto, houve um esfacelamento pelos últimos governos. “Nos dois últimos anos, o governo enfraqueceu as políticas públicas de incentivo às minorias e ao desenvolvimento social, tendo extinto a SENAES, que até então era uma secretaria independente”. (GUIMARÃES, 2018 p. 36).

No que se refere a condição existencial do catador e as possibilidades de serem vistos, reconhecidos e valorizados, a autora chama a atenção para exclusão, marginalização e os estigmas que acompanham a profissão do catador, mas que acabaram encontrando apoio no movimento social:

O catador, que é uma antiga profissão, conhecida pela exclusão da sociedade, marginalidade e estigma sobre sua forma de vida e desenvolvimento de trabalho, teve no MNCR uma forma de fortalecer a união dos trabalhadores através do movimento social. (GUIMARÃES, 2018 p. 37).

A realidade de vida do catador é marcada por inúmeros preconceitos, sobretudo, por trabalhar com algo que, aos olhos da sociedade, está associado a sujeira, imundície ou lixo. No entanto, a própria população descarta seus resíduos de forma inadequada, sem se preocupar em fazer uma separação prévia de modo que facilite o trabalho do catador. Assoma-se a isso, o racismo estrutural vivenciado, já que a maioria dos catadores são negros e negras, Além disso, vivenciam a exclusão e a baixa escolarização, sem falar na falta de acesso aos serviços que deveriam ser fornecidos gratuitamente pelo Estado, como saúde, segurança e educação.

O reconhecimento da profissão do catador, como algo digno e sem as amarras que os prendem ao preconceito e a discriminação de uma população que os rejeita, está associado a ascensão econômica, financeira e social, a luta por direitos, e o posicionamento político, assim, pensar em ascensão social remete a própria emancipação social do catador.

Nesse sentido, Guimarães (2018, p. 49) entende que “o alcance da emancipação social e da autonomia são requisitos básicos para a participação política do homem em uma sociedade excludente, levando-o a entender as contradições infiltradas na sociedade capitalista.”

Sobre a imersão feita em cooperativas de reciclagem de Goiânia, Guimarães (2018) traz dados e percepções importantes, inclusive sobre a formação dos catadores. De acordo com Guimarães (2018):

A formação educacional dos catadores se mostra como uma peça chave para melhor compreensão das ideias da economia solidária e práticas da emancipação social. É perceptível o universo opressor no qual os catadores vivem: a maioria não teve acesso à educação básica. (GUIMARÃES, 2018, p. 61).

A autora também entende que mesmo tendo uma “educação formal deficitária” os cooperados entrevistados reconhecem a importância do seu trabalho para a gestão dos materiais e resíduos e possuem bastante conhecimento sobre a economia solidária.

Nesse sentido, a IS da UFG ao apoiar a constituição e acompanhar o desenvolvimento dos catadores em uma concepção coletiva, mostrou-se imprescindível para um novo despertar do grupo, levando o básico de capacitação e formação para trabalhadores que mesmo trabalhando em uma organização solidária que os dê projeção social, ainda são estigmatizados, oprimidos e excluídos. Nessa perspectiva, Guimarães conclui que:

O trabalho da Incubadora Social da UFG, assim como de outras entidades que prestaram auxílio e formação pedagógica, mostrou-se indispensável para o despertar

da uma emancipação dos catadores. A libertação freiriana, do processo opressor da nossa sociedade, que exclui e estigmatiza, tem-se mostrado presente nas cooperativas. (GUIMARÃES, 2018, p. 104).

A pesquisa desenvolvida por Guimarães é relevante e contribui como fonte para outras pesquisas, sobretudo, pelos conceitos, a contextualização da atividade de catação, o catador e o desenvolvimento do seu trabalho lastreado em aspectos da economia solidária. Além disso, para melhor embasamento e fundamentação a pesquisa ocorre com a imersão em quatro cooperativas de reciclagem de Goiânia, sendo uma delas, a Cooprec, também objeto desta pesquisa.

No entanto, é importante destacar que o baixo número de pesquisas, em Goiás, com o objeto e o campo de atuação focado na formação e na transformação no modo de vida do catador a partir do trabalho precário em uma organização coletiva, aponta para o ineditismo desta pesquisa, fato que justifica e corrobora a ampliação do debate e das discussões a partir da investigação sobre um público que foi historicamente alijado dos seus direitos.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO, TRABALHO E COOPERAÇÃO

Sob a perspectiva da cooperação, trataremos neste capítulo educação e a categoria trabalho como práticas sociais, os saberes e aprendizagens a partir da atividade de catação, seus aspectos, sua função social, buscando dialogar com a educação como direito e seus aspectos formais, não formais e informais com a lente voltada para a educação cooperativista.

Nessa perspectiva, no primeiro tópico deste capítulo trataremos sobre a educação como prática social para cooperação trazendo aspectos da educação cooperativista, na mesma esteira, o segundo tópico reflete sobre a formação do catador em seu ambiente de trabalho, trazendo aspectos da categoria trabalho como contribuição para esse processo formativo do catador, levando em consideração elementos envolvidos à divisão do trabalho e a forma precária em que ele se estabelece. Por fim, no último tópico desse capítulo, faremos uma contextualização sobre o surgimento da COOPREC, seu processo de constituição, formação e estruturação organizacional.

2.1 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL PARA A COOPERAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO CATADOR COOPERADO

No contexto das diferentes dimensões de uma realidade social em que as ações coletivas engendradas, seja na economia solidária, no associativismo ou no cooperativismo se tornam cada vez mais valorativos para um público historicamente relegado, como o da catação, a educação para a cooperação se apresenta como indutora da transformação. Teixeira (1996, p.61) “A educação transforma-se em uma vantagem e até mesmo num processo de ascensão social”.

Para Schneider (2003, p. 66) “A educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra”. Nessa perspectiva, de fato elas acabam sendo indissociáveis e por vezes se completam, sobretudo, no aspecto formativo do cooperado.

Sob o ponto de vista da educação para a cooperação Schneider (2003) entende que:

Fundamenta-se essa necessidade e importância de cooperação, de associação, de solidariedade, de educação, em seu sentido mais amplo, mas não menos importante, em nossa condição terrena, em sua finitude, e, de modo mais específico e restrito, nas dificuldades de realizar-se a produção e a distribuição de riquezas em um mundo cada vez mais exigente e competitivo. (SCHNEIDER, 2003, p. 65)

A educação como prática social da cooperação se manifesta nas construções e reconstruções de diálogos e práticas sociais vivenciadas no seio das próprias organizações, através das interações, da troca de experiências, dos treinamentos que visam a capacitação e aperfeiçoamento do associado e da própria execução das atividades laborativas. Schneider (2003, p. 67) reforça que a educação como ação ou prática social se apresenta muitas vezes de “[...] forma difusa, associada a processos de comunicação, de interação entre associados, dirigentes, funcionários ou outros interlocutores, presentes no espaço da cooperação.”

A prática social compreendida na educação subsidia e prepara os indivíduos para a compreensão de uma realidade, dando condições para que aceitem e mantenham uma situação posta ou que lutem para alterar aquilo que os distancia de algo que seja de interesse do bem comum. Na cooperativa essa educação como prática social transformadora também está presente entre os cooperados tanto na alteração e modificação de processos quanto em suas práticas cooperativistas. Para Schneider (2003, p. 230) “A educação cooperativista traz em seu âmago o caráter transformador do grupo que dela faz parte [...]”. Schneider (2003) complementa:

A visão de educação como mudança, como transformação da sociedade, como afirmação de liberdade do sujeito e da sua integração e interação, constitui a base necessária à compreensão do objetivo da educação cooperativista nas cooperativas”. (SCHNEIDER, 2003 p. 230).

A educação como prática transformadora também pode ser pensada como emancipadora. Adorno (2021) compreende a emancipação como libertação do imediatismo.

O indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo de relações que de maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si mesmo que está morto. (ADORNO, 2021 p. 73).

Para Freire (2019 p. 110) “[...] a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do status quo, porque o dominante o decreta”. Aqui autor entende que o papel de mudança, de autonomia ou de emancipação, atribuído a educação, está muito mais ligado a “tarefa político-pedagógica” do educador, ou seja, ela por si só não é capaz de transformar uma realidade posta.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2020 p. 98).

As práticas educativas ocorridas em uma organização cooperativa de reciclagem, a priori, têm suas marcas alicerçadas na educação popular, permitindo a participação efetiva, crítica e criativa do indivíduo no seu processo de construção a partir das vivências e troca de experiências no trabalho de catação. Suas vivências educam para a vida, numa pedagogia em que o sujeito oprimido poderá ter condições reais de conquistas e descobertas como indivíduo de sua história. Esses sujeitos não devem somente “estar no mundo, mas com o mundo”, pois a sua própria história de vida, inspira, modifica e altera a vida de outras pessoas inspiradas pelas marcas impressas de sua história.

Por outro lado, nem só de uma educação popular, com raízes fincadas na participação efetiva, crítica e criativa do sujeito, é feita a relação existente entre os cooperados de uma cooperativa. É fato que elementos que atendem aos interesses do capital são mais presentes em outros segmentos do cooperativismo, como as cooperativas de crédito, por exemplo, mas ainda assim, as cooperativas de reciclagem não podem ser deslocadas dessa realidade, sobretudo, se levarmos em consideração o ar de competitividade que se criou na atividade de reciclagem, o que levou a concepção de um caráter “profissional”.

Nesse sentido, Kuenzer (2016) chama a atenção para a formação profissional em atendimento ao interesse institucional com a customização no sentido de moldar atribuições dos indivíduos, trazendo uma ideia de flexibilidade, evidenciando, portanto, uma das faces predatórias do capitalismo. Esse caráter flexível nas relações de trabalho, é bem conhecido em algumas cooperativas de reciclagem que adotam turnos de trabalho que fogem ao horário convencional e estabelecem escaladas noturnas de atividades.

Do ponto de vista da formação profissional, as necessidades de qualificação são deslocadas do plano individual para o plano institucional, uma vez que o desenvolvimento de competências passa a ser uma dimensão estratégica para a competitividade. E, respondendo às novas características da organização e gestão das plantas produtivas, em particular no que tange à produção puxada pela demanda, a exigir uma organização flexível, e neste sentido, peculiar, as empresas passam a buscar programas pedagógicos customizados. (KUENZER, 2016 p. 43)

Em um contexto cooperativo a educação como prática está diretamente ligada ao quinto princípio universal cooperativista - Educação, Formação e Informação – sob essa tríade as boas práticas são estabelecidas, os princípios, valores, direitos, deveres, obrigações, a compreensão da norma reguladora, a condução nos ritos assembleares, a maturidade de entendimento em relação a renovação e os processos sucessórios dos órgãos diretivos da cooperativa são estudados, discutidos, internalizados. Ao cooperado é dada a possibilidade de uma participação efetiva, de modo que possa se inteirar cada vez mais dos assuntos da cooperativa.

A educação integra mais o associado à cooperativa, tornando-o mais participativo, na condição de dono e usuário e portanto, mais motivado a ajudar a construir e a consolidar o empreendimento coletivo. Tal educação visa formar pessoas solidárias, democráticas, altruístas e comprometido com a comunidade. (SCHNEIDER, 2019, p. 119).

É importante destacar que embora o autor faça menção ao cooperado à figura de “dono”, contrariando assim a lógica dos empreendimentos econômicos solidários (EES), por associar a uma ideia de patrão, referir-se ao associado como dono conota uma lógica de participação ativa e pertencimento a um projeto coletivo em que todos de fato possam se enxergar como “donos” e não necessariamente como patrões.

Na cooperativa de reciclagem, por exemplo, não existe a contratação de funcionários para exercerem as atividades inerentes aos processos de reciclagem. A execução tanto da parte organizacional (gestão/administração) quanto a operacionalização (triagem, separação, prensagem, carga e descarga, etc.) é exercida pela própria força de trabalho dos cooperados/catadores, que inclusive podem ser eleitos democraticamente para exercerem funções nos órgãos sociais (diretoria e conselho fiscal) concomitantemente com as atividades finalísticas da cooperativa.

Com isso, a ideia de dono, apontada pelo autor, figura no sentido de os associados serem partícipes de tudo o que envolve a organização coletiva a qual fazem parte, pois de fato e de direito a cooperativa nasceu pelos cooperados e para os cooperados, portanto, todos eles (cooperadas e cooperados) são os verdadeiros donos e donas, com seus (direitos, deveres, responsabilidades e obrigações), afastando a ideia de patronato, cujo pensamento capitalista enseja uma relação de exploração de patrão x empregado.

Sob a ótica cooperativista universal o princípio da Educação, Formação e Informação objetiva o desenvolvimento e disseminação da cultura cooperativista, compreendendo a natureza, valores, benefícios e a dinâmica organizacional do funcionamento do cooperativismo, sua função econômica e social, contribuindo com o crescimento dos cooperados e por conseguinte com a sustentabilidade das cooperativas.

O desenvolvimento da cooperativa como organização formal passa necessariamente pela capacitação e pelo desenvolvimento de seus cooperados, e é através da educação que ocorrem os processos de crescimento, os avanços, os recuos e alterações, as mudanças e a compreensão do papel econômico (gerador de renda), bem como, a função social exercida pela cooperativa.

Valadares (2003) compreende que a educação:

[...] cumpre um papel relevante na moderna administração de cooperativas caracterizando-se como processo de aprendizagem de tecnologias de produção e de gerenciamento dos negócios do associado, contribuindo para a formação e consolidação de mentalidade empreendedora nos quadros diretivo e associativo das cooperativas. (VALADARES, 2003 p. 17).

O quinto princípio do cooperativismo é fundante para compreensão da cultura cooperativista, é o esteio do cooperado para promoção das mais variadas capacitações, para o seu crescimento como associado e como cidadão. O cooperado se constrói e se reconstrói em uma perspectiva transformadora. Mas Valadares (2003 p.16) alerta que “A inexistência de um bom sistema de educação e comunicação entre os associados [...]” promove o distanciamento progressivo do cooperado, deixando de se interessar pelos assuntos da cooperativa.

Schneider (2003, p. 13) reforça que “[...] A educação visa explorar as potencialidades e habilidades do indivíduo e faz com que o ser humano pense, reflita, discuta, aja.” Essa exploração das potencialidades passa por um conjunto de capacitações e treinamentos que o cooperado poderá desenvolver na cooperativa. Para tanto, os meios para colocar em prática o quinto princípio cooperativista está diretamente ligado a atuação do Sescop seja com a oferta direta de cursos centralizados, constante em sua grade de ofertas ao público cooperativista geral, ou a partir de demandas específicas advindas da própria necessidade da cooperativa e de seus cooperados.

Fotografia 1- Curso recicla & coopera



Fonte: Registro do autor durante a realização do curso (2021).

Na figura acima, podemos verificar uma das capacitações descentralizadas ofertadas pelo SESCOOP/GO para os cooperados na cooperativa Cooprec. O curso, Cooperar & Reciclar, aborda assuntos essenciais para os cooperados, tais como: O surgimento das cooperativas como organização coletiva; princípios, valores, direitos, deveres, obrigações, as formas de admissão e saída dos cooperados; os ritos assembleares com suas pautas exclusivas; as formas de renovação dos órgãos diretivos; prestação de contas, etc. Além disso, a capacitação também traz conceitos básicos da PNRS as suas diretrizes e objetivos.

Sem deixar de utilizar as possibilidades de capacitações disponibilizadas pelo SESCOOP, outras formas de organização quanto à parte de formação e capacitação nas cooperativas advém de um instrumento legal. A Lei 5.764/71 determina em seu artigo 28, inciso II que “das sobras apuradas no exercício” (BRASIL, 1971) seja destinado no mínimo 5% para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). O referido fundo, dentre outras atribuições, permite que a cooperativa o utilize para as capacitações e treinamentos de cooperados, funcionários das cooperativas e até familiares, quando assim os estatutos sociais das cooperativas permitirem.

No entanto, é importante ressaltar que as cooperativas com um melhor nível de organização na gestão, onde existe características profissionais consolidadas e amadurecidas (como as cooperativas do ramo crédito e saúde), conseguem fazer com maior facilidade e eficiência a gestão dos recursos do FATES, direcionando corretamente a aplicação em cursos treinamentos, palestras e eventos voltados para os próprios cooperados e funcionários das cooperativas.

Lamentavelmente essa ainda não é uma realidade das cooperativas menores, como as de catadores de recicláveis, que sequer fazem a destinação legal para o fundo. Muitas vezes, a não aplicação de recursos no FATES ocorre pela própria falta de recursos, atribuídos a erros ou falhas cometidas na gestão, ou simplesmente pela falta de conhecimento acerca da existência do fundo legalmente constituído.

A falta de conhecimento da própria regulação ou norma cooperativista, ou ainda o desconhecimento da existência do SESCOOP e todo um arcabouço de capacitações, aponta para o nível de entendimento e compreensão dos cooperados acerca da sua própria organização e do Sistema Cooperativo, reforçando as possibilidades de alteração no modo de vida do cooperado através da educação como uma das práticas sociais de transformação, assim como o trabalho.

2.2 FORMAÇÃO DO CATADOR NO ESPAÇO DE TRABALHO

Para melhor compreensão dos processos de formação do catador a partir da execução de suas atividades é importante compreender as concepções sobre o termo trabalho e o movimento que ele faz ao longo do tempo. As interações com o meio, as relações de poder estabelecidas, os aspectos inerentes a formação cultural, econômica e política, são alguns fatores que norteiam o aprofundamento dos estudos do trabalho e como ele se estabelece na sociedade e contribui para a formação a partir da elaboração das atividades.

Ainda que se tenha na literatura, conceitos definidos e estabelecidos acerca das dimensões do termo trabalho, para o senso comum (em especial para os sujeitos da pesquisa, os catadores), a rigor, não existe uma tradução ou um conceito específico, ele é um termo próprio da atuação humana e que transmite uma ideia inicial de algo que se constrói, produz, elabora ou modifica. Na economia, por exemplo, o trabalho está relacionado com a produção de riqueza, da mesma forma que uma atividade doméstica não remunerada, o voluntariado ou uma produção acadêmica também podem ser entendidos como trabalho. Para Vargas (2016, p. 315) “[...] o trabalho não remunerado, exercido na esfera doméstica e privada e, frequentemente, pouco reconhecido, também tem um papel fundamental na configuração das relações sociais em geral e do próprio mundo do trabalho em particular”.

Pensando o trabalho em termos econômicos e de mercado, Ribeiro (2009) entende que:

Na economia de mercado, os trabalhadores não têm controle sobre o seu trabalho. Apenas e tão somente podem vender a sua força de trabalho. Essa distinção entre trabalho e força de trabalho foi proposta por Marx, que definiu trabalho como sendo tanto o processo como o resultado do trabalho. Na economia de mercado, o trabalhador não tem controle nem sobre uma coisa, nem sobre outra. Ele não vende o produto que fez ou ajudou a fazer, isto é, o resultado do seu trabalho, assim como não tem controle sobre o processo de produção. Ao comprar força de trabalho, aquele que detém o capital utiliza-a, de acordo com seus interesses, para produzir bens com valor de mercado. (RIBEIRO, 2009, p. 50).

Uma das primeiras impressões sobre a concepção do trabalho data do período neolítico, é durante esse período, portanto, que os hominídeos fabricam suas primeiras ferramentas. Dada a importância social, a relevância econômica e as evidências culturais, alguns estudiosos estabeleceram esse período como sendo o “verdadeiro nascimento do trabalho”. Schwartz (2011, p. 22). Mas Schwartz (2011, p. 22), chama a atenção para a ambiguidade no conceito de trabalho sob a perspectiva da literatura científica, que estabelece o “triplo nascimento” do trabalho.

A ambiguidade a qual o autor se refere é evidenciada considerando que o mesmo vocábulo representa “três momentos e fenômenos muito distintos”, todavia, o entendimento em cada situação não é afetado pela “heterogeneidade” do termo. Schwartz (2011, p. 20) complementa, considerando que a noção de trabalho foge a toda “definição simples e unívoca”. Conferindo, portanto, o caráter enigmático e a complexidade que orbita a concepção do termo.

Vatin (2010, p. 10) entende que o trabalho antes de ser considerado em si um “valor”, uma “instituição social” ou “relação social”, ele é primeiramente “um ato produtivo” de complexa compreensão em sua atuação produtiva e na mensuração da valoração econômica daquilo que é produzido. O autor se ancora em Marx para analisar o trabalho sob uma ótica produtiva.

Em uma perspectiva ontológica, o trabalho tem um “caráter transformador” Silva (et al., 2017) na medida em que o ser humano utiliza de sua capacidade para interagir e transformar recursos disponibilizados pela natureza (primária) em bens essenciais à sua sobrevivência. Para Marx (2013 p. 327) o trabalho é antes de qualquer coisa, uma relação entre o ser humano e a natureza, e ao agir sobre a natureza externa o homem faz um movimento que modifica sua própria natureza. “Essa nova relação do homem com a natureza, em essência social, é denominada trabalho” (AMORIM, 2018, p. 24).

Silva (et al., 2017) acrescenta que o trabalho tem um caráter “produtor de sua essência”, uma vez que, são produzidos e reproduzidos bens e serviços a partir dessa transformação.

Retomando Marx (2013), sob uma visão antropológica, o trabalho diz respeito unicamente ao ser humano:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 327).

Da metáfora apresentada sobre o trabalho, depreende-se que o ser humano se distingue dos outros animais na medida em que ele utiliza de suas faculdades para projetar antecipadamente em sua consciência o que será posteriormente realizado como trabalho, demonstrando aquilo que é próprio do ser humano, pensar, projetar, executar...

Pensando em aspectos da reprodução social, o trabalho apresenta-se como um movimento de processos complexos que se constitui a partir de necessidades que precisam ser atendidas, caracterizando o seu caráter de continuidade a partir de novas necessidades, “esse movimento no processo de reprodução do ser social é contínuo e ineliminável” (AMORIM,

2018, p. 39). A partir de Lukács, Amorim (2021, p. 39) complementa “[...] o trabalho produz novas objetividades, novas necessidades e possibilidades, conseqüentemente, novos conhecimentos requeridos, apreendidos e acumulados continuamente”.

Nesse sentido, o movimento desenvolvido conforme as novas possibilidades e necessidades da atividade de catação, projeta as catadoras e catadores (cooperadas/cooperados) para apreenderem os novos conhecimentos que lhes são solicitados/apresentados, de modo que tais conhecimentos, além de contínuos, se tornam cumulativos ao longo de suas vivências. A exemplo, pela própria dinâmica de sua atividade, o catador é levado a compreender qual o tipo de material pode ou não ser reutilizado, ou qual resíduo servirá ou não para ser reciclado e que, portanto, a depender das características e elementos empregados a esses produtos/materiais, eles podem agregar mais valor em termos financeiros, refletindo, portanto, em maior renda.

Em se tratando de direitos, condições estruturais, psicológicas, de saúde e das relações humanas, considerando as subjetividades, o trabalho de catação se configura como uma atividade precária, que carrega máculas e estereótipos, sobretudo, a partir de uma visão de uma sociedade elitizada, burguesa capitalista, que inferioriza a catadora e o catador em função da sua atividade considerando-a como algo relacionado a sujeira. Mas Vargas (2016, p. 322) compreende que a precariedade do trabalho “[...] não se mede apenas a partir de um conjunto de indicadores objetivos, estatisticamente definidos e operacionalizáveis, mas também através da experiência e subjetividade do trabalhador, de sua consciência do mundo social”.

A precariedade do trabalho de certa forma é parte de um processo de divisão do trabalho, própria do capitalismo, que produz diferentes estratos sociais e amplia o processo de exclusão social ou aquilo que Castel definiu como “rompimento do tecido social” ou simplesmente “desfiliação social”, em que os indivíduos excluídos habitam as chamadas “zonas periféricas” ou “zona cinzenta” em decorrência do isolamento social e da não manutenção dos seus trabalhos. “Na maior parte dos casos, o excluído é de fato um desfiliado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTEL, 2004, p. 24). Castel tem uma contribuição decisiva sobre a universalização das formas de filiação e desfiliação sendo estas, traços do capitalismo no mercado de trabalho.

Inegavelmente o rompimento do véu social é reflexo de uma sociedade dividida em estratos e substratos sociais, alimentada pelo capital que detém os meios de produção, tornando o trabalhador refém dos interesses impostos pela dinâmica de mercado. No entanto, o trabalho, embora precário, ele tem o seu papel educativo no sentido de permitir a adesão de novos

saberes, da cultura e da educação popular, da educação cooperativista, a partir do desenvolvimento das atividades diárias, ainda que tais atividades laborativas se configurem como precárias.

Levando em consideração a realidade enfrentada pelos catadores das cooperativas de reciclagem, que todos os dias tentam driblar as adversidades, essa articulação entre teoria e prática é pouco usual ou quase nula, entretanto, a prática da execução do trabalho, através de técnicas ou procedimentos se torna a maneira mais eficaz de absorção de novos conhecimentos. O trabalho assume a dimensão formativa, por meio das práticas:

Designamos o conjunto de experiências que são compartilhadas pelos grupos, de modo a apreender os significados da prática social. O objetivo dessas práticas é a transmissão de saberes sociais. Possuem um caráter educativo, pois os próprios participantes assumem a tarefa de orientar, dirigir as lutas no cotidiano, assumindo postos de direção desses movimentos, claro que em muitas vezes, sem qualquer treinamento para isso. (ALVES, 2010, p.27)

A dimensão correlacional entre trabalho e educação parte da compreensão de que a produção do conhecimento não está adstrita única e exclusivamente a espaços escolares. O trabalho, que tem precipuamente uma função social de garantir os meios para o sustento e a promoção de renda, também produz meios de disseminação do conhecimento e das aprendizagens, por exemplo, as técnicas e habilidades aprendidas e desenvolvidas a partir da educação não formal. Para Gohn (2006, p. 28) “[...] a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”.

A cooperativa de reciclagem Cooprec é esse ambiente de “ações coletivas cotidianas”, ali a cooperada e o cooperado se deparam com situações que se apresentam como rotineiras, entretanto, esses acontecimentos diários são vivenciados e compartilhados com o coletivo, de modo que, essas novas vivências sejam fontes diárias de aprendizagens (não formais) das quais as cooperadas e cooperados são experienciados cotidianamente.

A fim de que não se incorra em uma interpretação inequívoca com relação aos conceitos, Gohn (2006) apresenta uma distinção quanto ao tratamento da educação demarcando os seus campos de atuação:

Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de

compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

Ainda de acordo com Gohn (2006, p. 31), para cada um dos três tipos de educação espera-se: educação formal, a aprendizagem efetiva e título; na educação informal, os resultados acontecem espontaneamente de acordo com o pensar do senso comum; por outro lado, na educação não formal como resultado há desenvolvimento de uma série de outros processos. A exemplo, podemos citar a pedagogia utilizada por Paulo Freire. Nos chamados “círculos de cultura”, os educandos discutiam suas realidades utilizando a leitura escrita e a leitura de mundo.

A compreensão dos conceitos dos tipos de manifestação da educação, sobretudo, a educação não formal, é essencial para termos uma melhor compreensão da formação do catador no ambiente de trabalho cooperativo, pois existe troca de experiência através do próprio relacionamento, nas interações, nas relações conflituosas, no enfrentamento a novas situações que exijam um maior discernimento ou uma rápida tomada de decisão. Ao se deparar rotineiramente com tais situações e novos elementos as catadoras e catadores se municiam de tantos outros conhecimentos e novas aprendizagens.

No entanto, para além das trocas e absorção de novas aprendizagens, as cooperativas de reciclagem estão inseridas em um mercado que se mostra cada vez mais competitivo, seja pela atuação de outras cooperativas, pelos atravessadores ou por pequenas empresas e até mesmo catadores individuais que sobrevivem disputando diariamente o material reciclável que é descartado pela população.

Nessa perspectiva, mesmo a cooperativa sendo uma organização essencialmente colaborativa, o fato de estar em um mercado competitivo, exige que ela também tenha característica de competitividade que é própria da lógica capitalista vigente. Assim para um melhor desempenho competitivo, o cooperado será cobrado por uma maior produtividade, fato que exigirá uma maior necessidade de capacitação e formação para dinamizar seus processos, seja na execução das atividades administrativas da cooperativa ou manuseando uma prensa e pilotando uma empilhadeira²³. “Ao passar a integrar as estratégias de competitividade, a formação profissional passa a ser um ponto de articulação entre os interesses dos trabalhadores e as demandas de acumulação do capital” (KUENZER, 2016, p. 43).

²³ A prensa é uma máquina cuja função é compactar (prensar) os materiais recicláveis. Por sua vez, a empilhadeira é utilizada para transferir os fardos de produtos/materiais de um local para outro.

Quase que em sua totalidade os catadores foram ou são privados de prosseguirem com os seus estudos por terem que manter os sustentos dos seus lares e garantir as suas sobrevivências. Mesmo que muitas cooperativas não apresentem uma estrutura adequada para garantir qualidade e segurança no trabalho, expondo o catador aos perigos iminentes a profissão, é importante destacar que nesse ambiente, ainda que precário, é nele que o catador se faz, se refaz, se constrói e se reconstrói com suas experiências diárias.

2.3 COOPREC – CAMINHOS, LUTAS E DESAFIOS

Para uma melhor compreensão da realidade da cooperativa em estudo é importante contextualizar o seu processo de constituição²⁴. No início da década de 1980 o então bispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, pretendia fazer uma espécie de “reforma agrária” para a população mais carente e sem moradia, para tanto, o então representante máximo da igreja, iria distribuir parte das terras que pertenciam à igreja católica e estavam localizadas na região leste da capital, mais especificamente onde hoje está localizado o bairro que leva o seu nome. Antes que a doação fosse concretizada o bispo faleceu e cerca de 543 famílias invadiram a área. Com isso, a igreja católica disponibilizou através da Universidade Católica de Goiás (UCG-GO), uma comissão com 12 técnicos para acompanhar o processo de apropriação e também o desenvolvimento de um projeto social que atendesse as famílias carentes.

De acordo com a narrativa da presidenta da Cooprec, a cooperativa nasceu juntamente com o loteamento do bairro Dom Fernando I. Os moradores do bairro diziam que havia uma promessa do Bispo da Igreja Católica Dom Fernando de lotear a região, construir casas para a população carente. (GUIMARÃES, 2018, p. 78).

O projeto social intitulado de Meia Ponte²⁵ teve o apoio da Arquidiocese de Goiânia e consistia em possibilitar a melhoria na vida das pessoas, capacitando-as e preparando-as para terem uma profissão ou desenvolverem algum tipo de atividade que sob a perspectiva econômica e social, trouxesse “dignidade” aos moradores da região. No projeto havia programas e oficinas, como: horto de plantas medicinais, padaria escola, circo centro de formação e a usina de reciclagem.

O projeto social durou alguns anos, mas acabou sendo extinto, permanecendo somente a usina de reciclagem que ainda fabricou telhas, por um período de 10 anos. Todavia, com o

²⁴ Informações coletadas durante visita técnica representando a OCB/GO na cooperativa.

²⁵ O projeto Meia Ponte foi iniciado em 1997, com o objetivo de desenvolver atividades que possibilitassem uma melhoria das condições de vida da população, numa perspectiva que integrasse os problemas ambientais, de pobreza e de desemprego. Extraído do site da RECICLOTECA. (vide referências).

fim do projeto Meia Ponte a usina também acabou sendo desmembrada da universidade e foi justamente a partir dessa cisão que houve a formação da cooperativa Cooprec, tendo a sua constituição oficializada em 20 de abril de 1998 com o apoio da então UCG, hoje, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Na sua constituição a cooperativa contou com 38 sócios fundadores e trazia em seu estatuto social os seguintes objetivos²⁶:

I – Promover a melhoria das condições de vida de seus Cooperados, através de atos e projetos; II – Realizar trabalho operacional quanto a coleta seletiva de lixo, captação de matéria-prima, separação e seleção de insumos, fabricação de produtos derivados da reciclagem de lixo; III – Manter sempre em perfeitas condições de trabalho os equipamentos consignados à disposição da COOPREC; IV – Desenvolver ações de conscientização ambiental na região atendida pela COOPREC; V - Manter sempre a qualidade dos produtos fabricados mediante a reciclagem do lixo, observando controles de impacto ambiental e as necessidades dos Clientes Compradores; VI – Criar novos produtos a partir dos insumos e materiais disponíveis no lixo; VII – Prestar, por si ou mediante convênio com outras entidades, assistência técnica, educacional e social aos seus cooperados e respectivos familiares, bem como o quadro funcional da COOPREC; VIII – Conseguir financiamento para repasse aos cooperados para que possam adquirir máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades de trabalho. (Estatuto Social da COOPREC, 1998).

Quanto à composição do Capital Social, nas sociedades cooperativas o capital social é formado pela soma das quotas-partes integralizadas por cada associado (BRASIL, 1971). Na função da Cooprec, para compor o capital social inicial, cada sócio fundador da cooperativa subscreveu, à época, 120 quotas partes no valor de R\$ 1,00 cada quota, totalizando R\$ 120,00. No entanto, com a alteração estatutária ocorrida em 2021 houve a necessidade de reajustar tal valor.

No início, os cooperados juntamente com técnicos da UCG, apoiados pela prefeitura, faziam um trabalho de porta em porta buscando conscientizar a população dos bairros próximos à cooperativa a separarem corretamente os resíduos domésticos, neste trabalho as escolas da região também foram envolvidas. Ainda que de forma incipiente, era feito um trabalho de educação e conscientização ambiental.

Em 28 de outubro de 1999 a cooperativa obteve o seu registro junto ao Sistema OCB/GO, contudo, em 30 de agosto de 2010 o registro acabou sendo cancelado por não estar regular com o Sistema Cooperativista Goiano.

²⁶ Os objetivos elencados foram extraídos do estatuto social de constituição, cedido pela cooperativa.

No ano de 2008 houve a implantação da Coleta Seletiva de Goiânia²⁷, com isso, a Cooprec foi uma das cooperativas selecionadas para receberem parte dos materiais coletados pela COMURG. Além disso, a Cooprec também participou do projeto Catador Solidário (Catasol²⁸), projeto apoiado pela IS da Universidade Federal de Goiás que dentre algumas de suas atribuições possibilitava a capacitação dos catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de Goiânia.

O projeto Catasol assim como demais projetos desenvolvidos inicialmente com apoio da UCG e posteriormente através de parceria com a Associação Brasileira de Indústria de Higiene (ABIHPEC), através da logística reversa, proporcionou à cooperativa, cursos de capacitação para os cooperados, parcerias com grandes geradores (condomínios, comércio, indústria, etc.), e a aquisição de maquinários como, prensa, esteira e equipamentos de proteção individual (EPI).

No ano de 2021 a Cooprec voltou a fazer parte do Sistema OCB/GO, onde contou com apoio técnico para adequação estatutária, acompanhamento de assembleia e fornecimento de modelos de atas, modelos de pedidos de adesão, modelos de fichas de matrícula de cooperados. A cooperativa teve o reingresso efetivado na OCB/GO em 29/10/2021.

Quando a cooperativa foi constituída em 1998 a denominação utilizada para a cooperativa era Cooprec Cooperativa de Reciclagem de Lixo, somente na reforma estatutária ocorrida em 2021 a cooperativa passou a utilizar uma nova razão social passando a se chamar: Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis Dom Fernando – Cooprec. Mesmo não estando localizada especificamente no setor Dom Fernando e sim no Jardim Conquista (bairro vizinho), a alteração segundo uma das cooperadas fundadoras “era um desejo do grupo” de prestar uma homenagem ao Bispo e ao mesmo tempo de resgatar um pouco de toda história da cooperativa e sua relação com o bairro Dom Fernando, entendendo que a alteração está verdadeiramente conectada com a identidade da cooperativa.

Além da alteração na razão social, a cooperativa precisou fazer algumas adequações no estatuto social para atender a lei 12.690 que foi promulgada em 2012. Como não existe uma fiscalização efetiva quanto a exigência documental conforme determina a norma, a cooperativa

²⁷ Decreto municipal 754/2008 dispõe sobre a implantação da coleta seletiva em Goiânia. Extraído do site oficial da prefeitura de Goiânia. (vide referências).

²⁸ O título do projeto Catasol é: Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis nas regiões metropolitana de Goiânia, Apa João Leite e municípios integrantes do projeto “Ser Natureza” do Ministério Público de Goiás (Catadores Solidários-Catasol). Foi conveniado através do edital 004/2011– SENAES/ MTE/MDS: Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.

manteve o estatuto social original até a confecção do novo estatuto social amparado na legislação de 2012 em atendimento às exigências da própria OCB/GO para efeitos de registro da cooperativa junto ao Sistema Cooperativista Goiano.

É importante ressaltar que a lei cooperativista exige o registro das cooperativas junto a uma OCB estadual, contudo, a Organização das Cooperativas do Brasil não é investida de poderes que a torne uma entidade fiscalizadora quanto à realização das atividades e as questões legais da cooperativa. A Organização tem uma atuação mais política e institucional além do apoio, fomento e orientação, de modo que as cooperativas atuem sob a norma legal e possam se salvar sob o ponto de vista jurídico.

A versão anterior do estatuto da COOPREC, além de retirar o termo “lixo”, não trazia o termo “trabalho” na denominação social. Para esta última, a alteração foi necessária atendendo a uma determinação legal. De acordo com o artigo 10 em seu parágrafo primeiro “É obrigatório o uso da expressão ‘Cooperativa de Trabalho’ na denominação social da cooperativa” (BRASIL, 2012). Antes da mudança no estatuto, a COOPREC também exigia o número mínimo de cooperados embasado na lei 5.764/71, “número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas” (BRASIL, 1971).

A norma geral do cooperativismo nacional é regida pela lei 5.764/71, sendo que a lei 12.690/12 foi promulgada para regulamentar as cooperativas de trabalho e coibir práticas inidôneas de utilizar do cooperativismo para burlar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando por exemplo era deixado de recolher as obrigações trabalhistas, ou se intermediava mão-de-obra. A lei geral continua prevalecendo nas situações que não estiverem explicitamente dispostas na lei 12.690/12.

Nesse sentido, com a reforma estatutária ocorrida no ano de 2021 a Cooprec passou a contemplar em seu bojo estatutário os dispositivos com amparo na legislação vigente. Por exemplo, o número mínimo de cooperados para manutenção da cooperativa passou a ser de 07 associados (Brasil, 2012) e não mais 20 como determinava lei geral. O artigo quinto do novo estatuto passou a dispor sobre proibição da intermediação de mão de obra subordinada.

As mudanças não param por aí, o estatuto traz claramente diversas alterações que até então não eram contempladas no estatuto anterior tais como os direitos dos associados:

- I - Votar e ser votado para os cargos sociais, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após aprovação, pela Assembleia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego; II - Participar de todas as atividades que constituam o objeto da Cooperativa;

III - Solicitar, por escrito, informações sobre os negócios da Cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, consultar na sede da Sociedade o livro de matrícula e peças do balanço geral; IV - Demitir-se da Sociedade quando lhe convier. V – Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; VI- duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários; VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; VIII - repouso anual remunerado; XIX - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; X - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; XI - seguro de acidente de trabalho. (Estatuto Social da COOPREC, 2021).

Os incisos constantes no artigo 06 do novo estatuto social da Cooprec contemplam direitos que asseguram aos cooperados o mínimo de garantias que se assemelham aos direitos de um empregado regido pela CLT. Embora, muitos desses direitos não sejam simples para a cooperativa cumpri-los, a previsão estatutária de certa forma inibe práticas que possam prejudicar os cooperados e o bom andamento das atividades e ao mesmo tempo, ainda que não incisivamente, busca alternativas para cumprir ao máximo tudo aquilo que a norma determina.

O novo regimento da Cooprec também traz expressamente os deveres dos cooperados.

I. Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com o rateio das despesas e encargos operacionais que forem estabelecidos; II. Cumprir disposições da Lei, do Estatuto, bem como as deliberações das Assembleias Gerais; III. Satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empreendedora; IV. Concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para a cobertura dos prejuízos da Sociedade; V. Prestar à Cooperativa esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se; VI. Zelar pelo patrimônio moral e material da Sociedade. (Estatuto Social da COOPREC, 2021).

Os cooperados da Cooprec têm seus deveres pautados em critérios que são próprios de uma organização coletiva, que define as atribuições, a participação e o limite de responsabilidade de cada cooperado.

Em função da sua natureza jurídica a Cooprec, assim como as demais cooperativas, é uma sociedade de pessoas, ou seja, onde as obrigações são compartilhadas e as decisões são tomadas respeitando a opinião de cada cooperado (que tem direito a apenas um voto), diferentemente de uma sociedade de capital, cujo poder de decisão na hora de votar é definido de acordo com o capital social investido pelo sócio na organização. Nas sociedades norteadas pela ajuda mútua, como a Cooprec, os cooperados além de serem investidos de direitos na cooperativa, eles também têm seus deveres, suas obrigações e responsabilidades muito bem definidas de modo que sejam evitados problemas que venham a prejudicar o bom andamento das relações entre os associados da cooperativa.

As demais características sobre a cooperativa quanto ao seu funcionamento e a própria atuação dos cooperados, serão analisadas no capítulo seguinte a partir da coleta de informações e do relato dos próprios cooperados no decorrer das entrevistas e também das observações feitas a partir da realização das atividades do trabalho de reciclagem na Cooprec.

CAPÍTULO III – CONHECENDO A COOPREC, SUAS COOPERADAS E COOPERADOS

No primeiro capítulo fizemos uma contextualização sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a cadeia de reciclagem e a estruturação do cooperativismo e o trabalhador da atividade de catação. Contextualizar é de suma importância para compreendermos onde a Cooprec e os seus cooperados estão inseridos e como as suas atividades se desenvolvem no universo da reciclagem.

Neste último capítulo tratamos da investigação propriamente dita. Nele o objeto em estudo é analisado sob a ótica dos instrumentos legais, das entrevistas semiestruturadas e observações ao longo das visitas realizadas na sede da cooperativa, trazendo elementos que foram identificados para o bom andamento e interpretação das informações.

Por mais que as organizações coletivas ancoradas nos ideais cooperativistas tragam em seu cerne a solidariedade, a ajuda mútua e a democracia, e que o pensamento utópico de que a individualismo cede lugar à vontade da coletividade, proporcionando oportunidades de trabalho e renda, inclusão e participação, cuidado com a comunidade e com a questão socioambiental, tais práticas ainda parecem distantes da realidade, sobretudo, em organizações onde o nível de precarização do trabalho é mais acentuado.

Na Cooprec essa realidade não está distante, em comparação a outras cooperativas de reciclagem visitadas, embora se perceba um nível de maturidade mais acentuado nas relações organizacionais, onde o entendimento dos cooperados com relação ao funcionamento e a própria atuação é visivelmente melhor organizado, as questões que envolvem a natureza humana, seus desejos individuais, suas limitações e não aceitação da opinião de outrem mantem essa possibilidade de coletividade absoluta em segundo plano.

Assim, nesse último capítulo temos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a cooperativa Cooprec em termos de organização, estrutura e equipamentos, as(os) cooperadas(os), entendendo a importância do seu trabalho, as aprendizagens, os saberes e as formações sociais que o trabalho proporciona.

3.1 A PRIMEIRA VISITA À COOPREC, UMA RELAÇÃO DE AMOR À PRIMEIRA VISTA.

Em outubro de 2019 o Sistema OCB/GO promoveu o 1º Encontro de Cooperativismo voltado para as cooperativas de reciclagem, naquela ocasião contou com a parceria da UFG, da Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia (AMMA), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Ministério Público de Goiás (MP/GO), o evento recebeu a presença ilustre do ex-catador Tião dos Santos²⁹ que trouxera seu testemunho de luta em prol dos catadores.

O objetivo do Encontro era promover meios para apoiar as cooperativas a superarem desafios relacionados à gestão e a profissionalização dos cooperados de modo que aquelas organizações coletivas pudessem se tornar sustentáveis e ao mesmo tempo trouxessem meios para uma maior rentabilidade aos seus associados, para tanto, o Sistema OCB/GO juntamente com os demais parceiros participantes do evento, constituíram um Grupo de Trabalho (GT), ao qual eu fui um dos integrantes. O objetivo era nos municiarmos de informações sobre a realidade de cada cooperativa de reciclagem da capital. Levando em consideração aspectos de ordem econômica, financeira, social, organizacional, estrutural e operacional.

Retomo ao tema do Encontro sobre cooperativismo e reciclagem para contextualizar sobre a primeira visita à Cooprec. Em dezembro de 2019 o GT fez contato com a Cooperada I³⁰ (diretora Administrativa e Financeira), que havia participado do Encontro e estava ciente sobre a nossa visita para conhecer a realidade da Cooprec.

Ao chegar na cooperativa verifiquei que haviam ao menos 6 gatos logo no portão de entrada. Em visita a outras cooperativas de reciclagem, percebi que a presença de animais (cachorros ou gatos) é bastante comum devido ao descarte indevido de restos de materiais orgânicos com os materiais recicláveis, tal prática atrai a presença de animais peçonhentos e roedores que acabam, por sua vez, atraindo os bichanos e cães.

Abaixo, fizemos um registro fotográfico de uma das várias visitas ocorridas na cooperativa, no entanto, é necessário explicitar que embora tenhamos tido anuência das cooperadas entrevistadas para expor seus nomes e imagens, outros cooperados aparecem em

²⁹ Tião dos Santos é um ex-catador que se tornou uma celebridade após protagonizar documentário “Lixo Extraordinário” que concorreu ao OSCAR em 2011. O documentário retrata o dia a dia no Jardim Gramacho, em 2012 considerado o maior lixão a céu aberto da América Latina. <http://www.tiaosantos.com.br/site/biografia/>

³⁰ A Cooperada I é uma das sócias fundadoras da Cooprec, acompanhou o projeto meia ponte e todo o processo de criação do bairro, bem como a constituição da cooperativa. Conhece com profundidade a cooperativa e possui uma forte liderança, respeito e admiração dos cooperados. A Cooperada I aceitou participar da pesquisa, tendo seu nome citado, inclusive com essas informações anteriores ao período da investigação.

fotos ao longo desse capítulo, sendo assim, primando pela ética, pelo respeito e pela não exposição de imagens sem autorização, preferimos colocar um tarja preta por sobre os olhos das pessoas que aparecem nos registros para preservar a imagem de todos os cooperados e cooperadas.

Fotografia 2 - Fachada da sede da Cooprec



Fonte: Registro do autor durante visita técnica do Sistema OCB/GO (2021).

Ao adentrar a cooperativa senti um ambiente aprazível e acolhedor, com uma energia indescritível e muito positiva, e que eu sinto até hoje quando ali estou. Os gatos como se soubessem, não ultrapassam o limite da porta da sala utilizada como refeitório e local de socialização. A sala, que é relativamente espaçosa, e também é onde os cooperados utilizam para realização das reuniões semanais e assembleias, estava em uma limpeza impecável, o piso vermelho com o seu lustre reluzente era possível refletir a imagem de quem naquele ambiente adentrasse. A mobília já não era tão nova, mas tudo estava em perfeita harmonia e rigorosamente limpo e organizado. Posteriormente constatei que aquela primeira impressão de fato foi a que ficou, e se fez constante em todas as outras (e foram várias) vezes que naquele local eu estive.

O espaço com duas mesas grandes e uma menor onde os cooperados se sentavam em volta. Ali era o local de convívio e socialização onde eles contavam e compartilhavam suas histórias, e foi justamente aquele espaço de bons ares que mais me chamou a atenção, o local

também era utilizado para servir o lanche, café da manhã, almoço e também era usado para outros momentos que os cooperados utilizavam para trocar ideias e se informar de algo que estava acontecendo na cooperativa ou até mesmo com outros cooperados.

Tendo as suas bases apoiadas pela igreja católica, por meio da UCG e do instituto Dom Fernando, a presença dos elementos religiosos do catolicismo estavam bem presentes naquele ambiente, por sobre uma das mesas repousava o quadro do falecido Arcebispo Emérito de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro, ao lado, a Bíblia Sagrada aberta como quem dá boas-vindas aos cooperados e visitantes. Na outra mesa, ao lado da geladeira, o quadro de Maria e do Sagrado Coração de Jesus irradiava paz aos entrantes daquele ambiente. A paz emanada naquele local remetia meus pensamentos aos meus tempos de infância no centro comunitário da minha pequena cidade.

Na parede, logo à esquerda da porta de entrada, ao lado do extintor, primando pela transparência de todas as ações que envolvem a todos os integrantes da cooperativa, estava o mural onde eram anotadas e disponibilizadas as informações e registros importantes de interesse dos cooperados, além disso, constava uma lista com data de aniversário de cada um dos associados.

Fotografia 3 - Sala de reunião e socialização da(os) cooperadas(os) da Cooprec



Fonte: Registro do autor durante visitas à cooperativa (2022).

Essa primeira impressão serviu para quebrar um pouco da visão geral preconceituosa que temos sobre o catador e as cooperativas de reciclagem, que o trabalho de catação é um trabalho sujo, já que as pessoas trabalham com aquilo que é descartado como lixo pela população. Como dito anteriormente o conceito de lixo, ainda que não tenha totalmente caído em desuso, foi substituído pelo termo resíduo sólido, como uma forma de diminuir uma ideia pejorativa atribuída a uma atividade que é digna e que produz efeitos impactantes na vida da população.

Aquilo que a literatura francesa chama de *Sale Boulot* e a inglesa de *Dirty work* é atribuído a uma ideia de quem se dedica a atividades que outras parcelas da sociedade desqualificam e caracterizam como imundície, sujeira, impureza, numa demonstração clara de divisão moral do trabalho. “Esses processos coletivos, ao tornar visível a divisão moral do trabalho nas sociedades, revelam a construção social hierárquica do que se considera repugnante, tosco ou imundo”. (BATISTA & CODO, 2018, p. 73). Contudo, o ambiente organizacional da Cooprec demonstrou que as pessoas exercem um trabalho digno e que a atividade em si pode trazer algum caráter de sujeira não devido ao fato de eles serem sujos, mas sim a uma questão de educação da população, em que lhes falta consciência ambiental e um maior cuidado na hora de fazer a separação dos resíduos domésticos.

A Cooperada I tratou logo de oferecer aquele cafezinho feito pelas mãos caprichosas e delicadas da Cooperada II³¹, ambas são sócias fundadoras da cooperativa e acompanharam todo o trabalho de constituição e desenvolvimento da organização, as lutas, as batalhas travadas em busca de espaços, mas elas também tiveram outros papéis dentro da Cooprec, a Cooperada II foi a primeira presidente mulher e a Cooperada I, em anos posteriores a substituiu. Atualmente a Cooperada II exerce somente a função de cooperada, devido a problemas de saúde.

“Hoje aqui na cooperativa eu tô trabalhando só meio período, uma porque pela minha idade (75 anos) eu não tava mais conseguindo desenvolver o trabalho o dia todo e outra porque eu tava com problema de coluna e artrose e eu tive que ir para uma academia para não me endurecer toda, que eu estava ficando totalmente dura, aí como eu não dou conta de ir para academia a noite eu passei a ir para ela de manhã, por isso que estou fazendo só meio período, eu tenho que também cuidar um pouco da minha saúde”. (Cooperada II).

A Cooperada I, além de atuar diretamente na operacionalização dos recicláveis, fazendo triagem e separação, ela também continua doando parte do seu tempo como diretora da cooperativa, contribuindo com seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória e

³¹ A Cooperada II é uma das fundadoras e primeira presidente mulher da Cooprec, aceitou participar da pesquisa e ter seu nome citado ao longo do texto. A Cooperada II tem uma grade experiência em educação ambiental e fez disso um mantra em sua trajetória na cooperativa.

pensando junto com os demais integrantes da diretoria e do conselho fiscal as formas de superar os obstáculos e as dificuldades que são próprias de uma organização coletiva e autogerida.

A Cooperada I nos apresentou as instalações da Cooprec, passamos pelo escritório, onde é feita toda a parte administrativa, o arquivo de documentos dentre eles o estatuto social, as atas das assembleias gerais e reuniões da diretoria, as fichas de matrícula onde é registrada a entrada e saída de cooperados, o controle de frequência e ausência dos cooperados em suas atividades, a quantidade de materiais recebidos por dia, tanto da COMURG quanto os materiais recolhidos (pelo caminhão da Cooperativa) nos chamados grandes geradores, a atualização cadastral de cooperados, fornecedores e parceiros comerciais, e o fluxo correspondente ao volume de materiais vendidos.

“aqui na cooperativa nada sai sem nota, quando a gente vende o material, eu entro no programa e já lanço as informações. Na época que a cooperativa foi criada o pessoal da católica (universidade) nos deu apoio e nos orientou que tudo que fosse vendido teria que gerar nota, inclusive a gente também participa de programa de logística reversa que precisa ser apresentada essas notas”. (Cooperada I).

Saindo do escritório a Cooperada I nos mostrou as instalações do galpão. O terreno onde a Cooprec está instalada é um pouco acidentado, nesse sentido, o escritório, refeitório e banheiros ficam na parte superior. Para chegar ao galpão existe um declive com uma escada de alvenaria que dá acesso a área onde os cooperados realizam as atividades. Embora, o espaço seja arejado (que é o recomendado, para evitar que os cooperados tenham problemas respiratórios em caso de inalação de produtos perigosos à saúde, descartados indevidamente junto com os recicláveis), as instalações que foram construídas na década de 1990 apresentavam desgastes em decorrência da ação do tempo. O piso visivelmente desgastado, necessitava de um nivelamento e reparos em alguns lugares onde os buracos expostos poderiam causar algum tipo de acidente, no telhado também havia danos causados pela ação do tempo, várias telhas quebradas, uma parte delas era remanescente do período em que a Cooprec as fabricava. “essas telhas aqui que vocês tão vendo, ainda são da época que a gente fabricava telha aqui na cooperativa” complementa a Cooperada I.

Ao descermos para o galpão fiquei observando o ambiente alegre, boa parte das pessoas que estavam trabalhando eram mulheres, sendo a maioria de pele negra (um reflexo não só do panorama das pessoas que trabalham na reciclagem, mas da própria população do país). Elas (cooperadas) não usavam todos os EPI's, somente (botas e luvas) e estavam enfileiradas na esteira fazendo suas atividades de triagem e separação. Com uma caixa de som ligada em uma estação de rádio local, algumas acompanhavam e arriscavam em cantar a música. Outras que

não cantavam, nos observavam com olhares desconfiados como quem diz, o que essas pessoas estão fazendo aqui? Apesar da desconfiança, fomos recebidos com total respeito e empatia. Mais à frente, em menor número, os cooperados do sexo masculino dividiam as tarefas entre o manuseio da prensa, e o carregamento e descarregamento do caminhão. A Cooperada I explicou que as mulheres eram melhores para ficar na esteira, pois trabalhavam “mais rápidas e atentas do que os homens para separar os materiais”. Além disso, a separação na esteira exige menos força física que o manuseio da prensa ou o carregar e descarregar do caminhão.

Aquele primeiro contato com a Cooprec e seus cooperados, dialogando e verificando como as atividades eram realizadas, me fez abrir os olhos para a possibilidade de conhecer e compreender melhor aquela categoria de trabalhadores, a forma como o trabalho se estabelecia, os seus saberes e os processos formativos, a importância do trabalho para grupo, para sociedade, para o meio ambiente, assim, o desejo de contribuir de alguma forma com os trabalhadores da reciclagem foi sendo reforçado reiteradas vezes, quando das minhas idas aos diversos grupos de catadores que tive a oportunidade de visitar.

Em 2021 quando tive a felicidade de ser aceito no programa de pós graduação, e tinha a pretensão de pesquisar todas as cooperativas de Goiânia, mas logo depois fui sabiamente demovido dessa ideia pela minha orientadora Amone Inácia, entendendo que eu não teria condições “pernas/braços” para efetivamente conciliar o meu trabalho com uma pesquisa de tamanha envergadura, que envolveria muito tempo e dedicação, comuniquei a então presidente, seu sucessor e a Cooperada I, sobre a possibilidade de realizar a pesquisa na cooperativa, de pronto houve o aceite de todos sem qualquer objeção.

A partir daí, mesmo ainda não realizando a pesquisa propriamente dita, pois ainda não havia passado pelo conselho de ética, passei a ir com mais frequência à Cooprec para verificar a rotina, conversar com os diretores sobre o andamento da cooperativa, observar, fazer minhas anotações e ao mesmo tempo levar capacitações e fazer diagnósticos relacionados a gestão e a execução das atividades da cooperativa. Nessas idas e vindas fui me aproximando e conhecendo melhor os cooperados, sempre fui muito bem recebido às vezes com o cafezinho ou com a deliciosa limonada feita pelas delicadas mãos da Cooperada II.

Mesmo assim, sendo bem recebido, eu comecei a me questionar se não estava sendo invasivo, se a minha presença e a abordagem ou linguagem estava sendo utilizada de maneira apropriada, se a pesquisa de fato traria algum sentido ou algum tipo de impacto positivo para a vida daqueles cooperados/catadores organizados em uma cooperativa. As dúvidas ainda pairam na minha cabeça, todavia, a energia sentida naquela cooperativa é tão viva que mesmo sem

ainda saber quais serão os resultados e conclusões, decidi seguir com a pesquisa mantendo o respeito, a cordialidade e a empatia com cooperadas e cooperados.

Para realizar as entrevistas inicialmente eu pensei em fazer com apenas três pessoas que conhecessem desde o processo de fundação e que estivessem até hoje atuantes na Cooprec, a ideia é que essas pessoas tivessem uma bagagem maior na cooperativa para poder me municiar de todas as informações necessárias que talvez outra cooperada(o) com menos tempo não conseguisse fornecer com a riqueza de detalhes, ainda que, no projeto tenha sido estabelecido que a(o) entrevistada(o) deveria ter no mínimo 05 anos como associada(o) na cooperativa. Sendo assim, no final da primeira quinzena de fevereiro de 2023 realizei as entrevistas com duas cooperadas (ambas sócias fundadoras e ex-presidentes da cooperativa). A intenção era também realizar a terceira entrevista com uma outra cooperada, ex-presidente, ou com o atual presidente, mas devido a rotina exaustiva de trabalho e contratempos com relação a datas e horários dos nossos trabalhos (deles e meu) não foi possível realizar. Com isso, os relatos e informações importantes (coletados e gravados com autorização) sobre a cooperativa, sobre o trabalho dos cooperados, as aprendizagens a partir do trabalho foram sob a ótica das duas entrevistadas mencionadas.

Para além da visão das cooperadas entrevistadas, com suas experiências e trocas de conhecimentos, fiz minhas próprias análises sobre as aprendizagens a partir do trabalho nas conversas informais com outros (as) cooperados (as) durante outras visitas, nas observações aos detalhes no desenvolver da atividade, as técnicas aplicadas, a praticidade e a agilidade com que o trabalho se desenvolve. Por algumas oportunidades, ainda que de forma ocasional, eu até procurei me arriscar em fazer esse processo de separação junto com os cooperados para tentar viver a rotina diária daqueles trabalhadores e com isso observar como é a dinâmica do trabalho. Estas oportunidades, também serviram como meio de aproximação e de certa forma acabou servindo para conquistar a confiança dos cooperados e cooperadas. Foi possível também identificar o nível de segurança com que as atividades ocorrem e as relações se constroem entre cooperados e cooperadas da Cooprec.

3.2 ALGUNS DADOS SOBRE GÊNERO E RAÇA QUE PERMEIAM A ATIVIDADE DA RECICLAGEM.

As discussões delicadas que envolvem gênero e raça no Brasil se mostram cada vez mais necessárias para entendermos o processo de constituição da nossa sociedade e as relações sociais, culturais e aquelas referentes ao campo do trabalho, levando em consideração a

presença e representatividade tanto de mulheres, sobretudo negras, e homens também negros no mundo do trabalho.

De maneira geral, a sociedade brasileira foi fixada em bases patriarcais de poderio e exploração em que as mulheres viviam à sombra de seus maridos e as negras ainda eram usadas como objeto sexual servindo aos desejos inescrupulosos de seus senhores. Quanto aos homens negros, eram tratados em condições precárias e subumanas. Influente, e pouco confrontada, a sociedade escravocrata/aristocrata se sustentava e se beneficiava da exploração, apropriação e privação de direitos da população escravizada. Para Freire (1999, p. 67) a predatória colonização brasileira foi marcada pela “exploração econômica do grande domínio”.

Ao receberem a alforria, os agora ex-escravos eram jogados à própria sorte, sem qualquer perspectiva. Ancorado em Florestan Fernandes, Souza (2019, p.80) afirma que em uma nova configuração “o ex-escravo é jogado dentro de uma ordem social competitiva, que ele não conhecia e para a qual não havia se preparado”. Ao conceder a libertação não havia, por parte da elite, qualquer esforço ou preocupação para que o negro, agora liberto, pudesse fazer parte de uma nova configuração social, com profissão e estabelecimento de relações afetivas e sociais que os fizessem se sentir parte integrante da sociedade, como a população branca.

Com relação a presença da força feminina na sociedade, sobretudo, no campo trabalho, inicialmente tenta-se explicar a partir do patriarcado e do fortalecimento pela sexualidade, as relações estabelecidas entre mulheres e homens. Sem praticamente qualquer tipo de restrição, a hierarquia contida na relação patriarcal atribui direitos aos homens sobre as mulheres. Ao longo do tempo essa espécie de organização social de dominação masculina sobre as mulheres foi se estabelecendo e se adaptando.

É importante retomarmos o que houve no passado para compreendermos que no Brasil atual essas marcas do passado ainda estão bem presentes, mesmo que, as mulheres estejam conquistando aos poucos os seus devidos espaços de representação, sendo reconhecidas em profissões que até então eram aceitas somente para os homens, ainda há muito machismo arraigado e um racismo que outrora era velado, mas que se tornou aflorado nos últimos anos, sobretudo, durante o último governo do presidente Bolsonaro quando eram frequentes as manifestações de intolerância de gênero e raça.

As catadoras, de um modo geral, trazem um pouco dessas marcas deixadas pelo processo doloroso de escravidão e exploração para com a mulher e também com o homem negro. Pelas circunstâncias em que a sociedade se constituiu e pelo processo de negação de direitos, estabelecimento de um racismo estrutural e as formas de exploração que ainda são bem

presentes, as catadoras e catadores mantêm uma atividade que além de precária e explorada ainda os coloca em uma condição em que a sociedade os estigmatiza pelo que fazem e pela cor de sua pele.

Na Cooprec a presença de mulheres e homens negros refletem um pouco dessa construção da população brasileira de maioria negra, todavia, na Cooprec assim como na maioria das organizações coletivas de trabalho de reciclagem, existe uma marcante participação feminina, inclusive com poder de decisão na cooperativa, demonstra o inverso do que ocorre na população brasileira de uma forma geral, pois aqui, as mulheres dividem os espaços de trabalho nas mesmas condições de igualdade que os homens, sejam eles brancos ou negros.

Aquilo que o MNCR havia apontado sobre a prevalência do gênero feminino em relação ao masculino na atividade de reciclagem é bastante visível na cooperativa. Atualmente 67,74% do quadro social da Cooprec é composto por mulheres, sendo que desse percentual mais de 75% se declaram negras (preta ou parda conforme classificação do IBGE). Ainda em 2013 o IPEA havia divulgado estudo em que a participação de negros e negras na reciclagem era em torno de 66,1%. De um modo Geral, entre o total de cooperados da Cooprec, homens e mulheres, a maioria também é classificada como negra (preta ou parda), girando em torno de 65%. Esses dados refletem um aspecto geral da população brasileira, cuja população que se declara como negra é majoritária somando-se cerca de 56,1% (IBGE, 2018).

O que esses dados nos dizem sobre as cooperadas da Cooprec? É possível tirarmos algumas conclusões a partir de uma análise geral daquilo que ocorre em nosso país, em que mesmo havendo um processo histórico de negação de direitos que se acentua mais com as mulheres negras, numa demonstração clara de um racismo estrutural que está impregnado e se ramifica para diversos segmentos da sociedade, restando às vezes a opção de um subemprego ou de uma posição inferior na divisão do trabalho, em que mesmo exercendo a mesma função as mulheres recebem salários inferiores ao pagos aos homens. Ao que consta na Cooprec essas questões de raça e gênero e direitos iguais estão bem resolvidas e não interferem na relação de uns com outros no trabalho daquela cooperativa.

Das mulheres que estão trabalhando na reciclagem, boa parte, são arrimo de família, ou seja, sustentam seus lares por motivos diversos, são mães solteiras ou, casadas que eram privadas de trabalhar fora de casa, mas agora precisam dar sequências em suas vidas depois da ausência de seus maridos que as abandonaram ou que elas mesmas tiveram de buscar a separação e seguir suas próprias vidas sem ter que carregar o peso na mão perversa de seus companheiros agressores.

“Na época que começou aqui a maioria realmente eram mulheres, mas aquelas mulheres que eram donas de casa que até então nunca tinham trabalhado fora, assim como eu também né. Ficaram assim aquelas mulheres muito deprimidas, muito fechadas, mulheres que apanhavam dos seus ‘cumpanheiros’ não eram casadas, eram só amigadas né, mas mesmo assim apanhavam dos ‘cumpanheiros’ chegavam aqui na cooperativa assim um bagaço de mulheres. E essas mulheres foi se libertando também, chegou ao ponto de uma delas denunciar e fez a separação com medida de proteção, aquela protetiva né... E hoje a vida dela é completamente diferente, ela saiu da cooperativa arranhou um emprego com carteira assinada, coisa que ela nunca tinha tido oportunidade, então na minha visão, ver essas mudanças nas pessoas que passaram por aqui, o tanto que eles mudaram, tem pessoa que fez faculdade, teve pessoa que até hoje, uma infelizmente faleceu, mas outra trabalha como enfermeira com a formação que elas tinham aqui, elas conseguiram conciliar as duas coisas e estudar, só que aí saiu né (risos)”. (Cooperada II).

Faltou a muitas dessas mulheres, privadas em seus lares, a oportunidade de seguir com os estudos, faltou meios que possibilitassem o alcance e a conquista de uma profissão, restando a elas a necessidade de se reinventarem, concentrando seus esforços, dividindo seu tempo com as tarefas domésticas, entre as responsabilidades do lar, conciliando e direcionando sua força e suas habilidades em um trabalho estigmatizado, mas tão digno como qualquer outro.

Na Cooprec não existe um perfil homogêneo que caracterize, classifique e estabeleça padrões para as cooperadas, existe sim, uma variação de perfil feminino bem distinta das quais figuram mulheres casadas, separadas, aquelas que nunca se casaram, mas são mães que sustentam seus lares sozinhas, as viúvas e as solteiras.

Desde a constituição da cooperativa Cooprec as mulheres sempre ocuparam lugar de destaque, o conselho fiscal, por exemplo, é composto somente por mulheres, a diretoria é composta por dois homens e uma mulher, na gestão anterior era o inverso, duas mulheres e um homem. A Cooperada I, que já ocupou a função de diretora presidente e hoje atua como diretora administrativa/financeira explica que “na Cooprec a gente sempre fez questão de que todos participe, é importante que tenha essa rotatividade no conselho fiscal e na diretoria para que todos aprendam e também vejam o que a gente passa aqui na frente, cuidando de outras coisas”. (Cooperada I).

A presença feminina nas organizações sociais formadas por catadores na capital ocupa lugar de destaque, se somarmos todas cooperativas de catadores(as), as mulheres, majoritariamente, estão à frente dos órgãos diretivos (diretoria e conselho fiscal) dessas organizações sociais. Numa demonstração clara da força feminina, marcada pela iniciativa, dedicação, habilidade de negociação e liderança, que consegue driblar as adversidades do dia a dia conciliando as atividades domésticas (de seus lares), com o trabalho de catação e a gestão dessas referidas organizações cooperativas.

Por outro lado, mesmo sendo marcante a força e a presença feminina nas cooperativas, e ainda que na Cooprec especificamente as questões de inferiorização a partir do gênero não sejam necessariamente um problema, de um modo geral, na disputa por espaços as mulheres catadoras ainda estão envoltas e convivem com o machismo existente, seja em seus lares ou na divisão social do trabalho dentro de outras organizações ligadas a reciclagem. Ainda que não se possa afirmar cabalmente, ao que parece, pelo menos nas conversas entre cooperados e cooperadas, no tratamento e no respeito recíproco, constatado durante as observações feitas quando das visitas para realização desta pesquisa, é que esse machismo que permeia a sociedade não se faz tão presente na Cooprec.

3.3 ANÁLISE GERAL DOS ASPECTOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E SOCIAIS DA COOPREC

O trabalho de catação, mesmo cumprindo uma função social relevante, ainda não é visto e reconhecido à altura da importância que ele desenvolve em termos econômicos, sociais e ambientais, tornando-se, portanto, uma atividade precária, que não oferece, ou oferece de forma insuficiente os elementos relacionados as questões de salubridade, segurança, estabilidade, e oportunidade para que esses trabalhadores possam ter melhores condições laborativas, mais qualidade de vida e consigam ascender socialmente, de modo que sejam enxergados e reconhecidos como parte efetivamente integrante de uma sociedade, ainda que essa mesma sociedade se caracterize e se estabeleça pela seletividade conforme os interesses que a move.

A COOPREC atua diretamente na coleta, triagem, separação, prensagem, preparação e venda de materiais recicláveis e reutilizáveis na cidade de Goiânia. Atualmente 31 famílias dependem da atividade na cooperativa, que é o lócus onde os cooperados apreendem as suas atividades, desenvolvem habilidades e conhecimentos sobre a reciclagem e retiram dali os recursos financeiros para os seus sustentos. A organização além de proporcionar meios para que os cooperados possam auferir renda, é também espaço de socialização e de novas aprendizagens e troca de experiências e conhecimentos. “aqui os mais velhos e experientes vão passando para os novos as suas experiências”. (Cooperada I).

As atividades e a atuação da cooperativa ocorrem de forma autônoma e independente, “sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988). Tendo essa certa liberdade e estando inserida em um mercado cada vez mais competitivo, a Cooprec precisou atuar em rede. Para tanto, houve a filiação à Central Uniforte com outras cinco cooperativas. O objetivo dessa atuação em rede, com demais cooperativas do mesmo ramo de atividade, foi no

sentido de se fortalecerem, diminuïrem alguns custos, aumentarem a produtividade, aumentarem o poder de negociaçãõ e capitalizarem mais recursos para investirem nas cooperativas singulares, melhorando a qualidade de vida do cooperado no trabalho de reciclagem e conseqüentemente a renda desses catadores/cooperados.

Mesmo fazendo parte da Central Uniforte, a Cooprec, assim como as outras cinco cooperativas singulares têm uma certa liberdade para negociarem seus produtos sem passar necessariamente pela central. O que foi estipulado inicialmente é que seria destinado 10% da produçãõ para que a central fizesse a negociaçãõ, contudo, tal acordo ainda “nãõ está sendo colocado em prãtica” afirma a Cooperada I. Hoje os materiais sãõ revendidos para as empresas parceiras que de certa forma regulam os preçõs dos produtos.

Quanto aos equipamentos e maquinãrios a cooperativa possui balança, esteira, prensa e transpaleteira (equipamento para transporte dos produtos). O desgaste causado pelo manuseio diãrio durante anos, vez ou outra, revela algum tipo de problema que exige reparos. Boa parte dos equipamentos da cooperativa foram adquiridos através de doaçãõ ou de programas governamentais, a balança e a esteira é um exemplo, ambas foram adquiridas pelo programa Cataforte III³². Aléms dos equipamentos, a cooperativa também possui um trator usado, comprado com parte dos recursos prõprios e a outra parte fruto de doaçãõ. Devido ao tempo de uso, rotineiramente o trator apresenta problemas mecãnicos, mas que o presidente da cooperativa sempre encontra uma forma dele mesmo fazer o reparo. Já o caminhãõ foi adquirido através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do MP-GO (em decorrência de multas aplicadas em grandes empresas poluidoras do meio ambiente) e direcionado para as cooperativas filiadas à central Uniforte.

A Cooprec recebe o material oriundo da coleta seletiva e da coleta realizada pela prõpria cooperativa em condomínios, comércio e indústria onde a cooperativa tem contrato firmado. Apõs feita a separaçãõ e triagem os materiais sãõ acomodados em bags (grandes sacos) e posteriormente sãõ prensados e transformados em “fardinhos”, cada fardo pesa entre 200 a 250kg de material reciclãvel prensado para serem vendidos.

³² O CATAFORTE começõu a ser executado em 2009 com o CATAFORTE I, tendo como foco principal estimular a organizaçãõ de grupos de catadores e catadoras de materiais reciclãveis com base nos princípios da economia solidãria, partindo de ações que incluíram: capacitações, qualificaçãõ profissional, assistênciã tãcnica e incentivo à formaçãõ das redes de comercializaçãõ. Em 2010 foi criada a segunda etapa com o CATAFORTE II. Em 2013 surgiu o CATAFORTE III com o objetivo de ampliar os processos produtivos e gerenciais, promover a inclusãõ de catadores e catadoras de materiais reciclãveis informais. Promover formalizaçãõ, regularizaçãõ de empreendimentos participantes de redes solidãrias, aléms da integraçãõ com as políticãs pãblicas e outras iniciativas de apoio a inclusãõ de catadores e catadoras de materiais reciclãveis. (vide referências).

Fotografia 4 - Papelão prensado e compactado em “fardinho”



Fonte: Registro do autor durante visitas à cooperativa (2022).

Sobre o volume de movimentação dos recicláveis e a renda média dos cooperados, a diretora administrativa afirma:

“A Comurg abastece a cooperativa quatro vezes por dia com caminhão de materiais recicláveis, nós também fazemos a nossa própria coleta nos grandes geradores. A triagem, separação, prensagem desse material gera entre 90 e 100 toneladas/mês de materiais recicláveis, o que gera para os cooperados mais ou menos dois salários mínimos mensais, não passa disso, mas pode variar pra baixo dependendo da quantidade e do valor pago pelo material”. (Cooperada I).

A média de remuneração dos catadores em outras cooperativas e associações também oscila a depender da quantidade de material vendida e do valor pago conforme a sazonalidade. Ora determinados materiais são disponibilizados de forma abundante, ora aquele mesmo material se torna escasso, isso ocorre por diversos fatores, em datas comemorativas como as festas de final de ano, por exemplo, mais produtos são ofertados pela indústria o que acaba gerando um maior número de recicláveis disponíveis, o inverso também ocorre quando se identifica uma retração na economia e no poder de consumo das pessoas, fato que faz a indústria desacelerar em função da baixa demanda, alterando a oferta de material reciclável disponível.

Esses saberes sobre o período de maior ou menor prevalência de materiais são frutos de quem conhece e entende os processos da reciclagem em função de experiências adquiridas em anos de trabalho no ramo de atividade ao qual a cooperativa faz parte.

A maior ou menor disponibilidade dos materiais interfere diretamente nos ganhos financeiros dos catadores, dessa forma, a média observada nas demais cooperativas/associações da capital goiana gira em torno de um salário mínimo, um pouco acima daquilo que recebe o catador que trabalha nas ruas de forma individual, mas inferior aos ganhos dos cooperados/catadores da Cooprec. Mas o que explica os valores pagos aos trabalhadores da Cooprec serem maiores que os pagos aos das demais cooperativas e associações? A resposta pode estar justamente no nível de maturidade da Cooprec em relação às demais organizações, pois os cooperados que estão nos órgãos diretivos se reúnem semanalmente para discutir as questões financeiras que impactam a cooperativa e os cooperados “aquí toda semana tem alguma coisa pra resolver, uma conta para pagar e a gente já termina a semana, pensando na semana seguinte” (Cooperada I), com isso, eles conseguem se antecipar a alguns fatos fazendo uma gestão onde existe uma equalização entre receita e despesa de modo que a cooperativa fique em dia com suas obrigações e os cooperados mantenham uma remuneração “mais confortável” se comparada com a remuneração dos catadores das demais organizações, que muitas das vezes até possuem o mesmo porte e a mesma quantidade de cooperados, mas na prática não conseguem fazer uma gestão que se materialize em aumento da renda dos associados.

O faturamento correspondente à venda dos materiais recicláveis da Cooprec gira em torno de 65 mil reais mensais em média. O faturamento referente a venda dos materiais, conforme explicado anteriormente, sofre uma variação a depender da quantidade de material. Parte das receitas financeiras a cooperativa utiliza para pagamento de taxas (Junta Comercial em torno de R\$ 700,00), pagamento de honorário de contador (um salário mínimo), tributos (o valor depende da quantidade de material vendido) e o restante é feito o chamado “rateio” para os cooperados de forma proporcional ao trabalho realizado, ou seja, aqueles que tiveram faltas injustificadas terão descontos quando do recebimento de seus dividendos.

Uma das marcas empregadas na Cooprec, levando em consideração aspectos na forma de gerir a organização, é justamente a participação dos cooperados, as questões relevantes que impactam a todos ou no futuro da cooperativa passam necessariamente por assembleias gerais, onde o direito de voz e voto é assegurado e as pautas são decididas de forma democrática, mesmo que em determinados momentos as discussões se tornem mais acaloradas. Outro aspecto muito positivo observado nesse processo de autogestão é sobre a transparência. Todo e qualquer cooperado(a) pode e tem acesso ao volume de material recebido e vendido, aos valores de cada item e ao montante correspondente à venda de todos os materiais, essas informações são

disponibilizadas em um mural na sala onde ocorrem reuniões e refeições. “Tudo que a gente vende de material é colocado no mural para quem quiser ver...” (Cooperada I).

Outra prática que chama a atenção está relacionada às regras estabelecidas entre os próprios cooperados.

“antigamente aqui dava muita confusão quando alguém encontrava algum objeto que podia ser vendido, porque geralmente aquele cooperado que achava o material queria vender e ficar com o dinheiro. Aí nós discutimos e definimos que se alguém achasse algum objeto desses que pudesse vender a gente ia vender e fazer o rateio da venda com todos os cooperados pra ser mais justo”. (Cooperada I).

Ao que parece, esse nível de consciência e de maturidade dos cooperados é que faz o diferencial na gestão dos recursos da cooperativa, pois é pensado o coletivo. Muito, embora, a Cooperada II admita que precisou trabalhar internamente uma mudança de comportamento para melhorar as relações no trabalho coletivo. Na concepção da cooperada fundadora, assim como o que ocorreu com ela, alguns cooperados ainda carecem desse espírito cooperativista.

“o meu relacionamento hoje tá bom porque eu me trabalhei (risos), eu tive que me trabalhar bastante para aceitar o diferente. Porque aqui cada um tem a sua cabeça né, então eu tive dificuldade nisso, aí eu fui trabalhando eu mesma em mim mesmo e consegui agora ter um bom relacionamento, embora, infelizmente eu acho que tem muito que mudar ainda sobre o comportamento dos colegas, porque muitos deles não têm ainda aquele amor, aquela afeição pelo que faz... Falta muito, desse espírito de cooperação, a maioria deles agora porque saiu muitos dos antigos, entrando os novos, não fizeram curso de cooperativismo, então falta muito nessa turma nova” (Cooperada II).

3.4 RELAÇÕES DA COOPREC COM O MNCR

De um modo geral o movimento nacional de catadores de recicláveis tem uma forte atuação e contribuição para os catadores, seja para aqueles chamados de “carrinheiros” que trabalham puxando carrinhos recolhendo de forma individualizada os recicláveis das ruas das grandes cidades, seja para aqueles organizados em associações ou cooperativas.

A atuação do movimento vai desde a luta por direitos e reconhecimento da profissão de catador, até as suas formas mais básicas de capacitação e transferência de saberes e conhecimentos relacionados a sua atividade, acesso a novas culturas e experiências de lazer, para tanto, o MNRC tem dado ênfase para a educação popular que se destaca como aquela que mais se aproxima com as vivências, as experiências e o cotidiano de catadoras e catadores.

Na busca por esses direitos e reconhecimentos, tentando de fato dar visibilidade à categoria de trabalhadores da catação e contribuindo com sua ascensão, o movimento desenvolveu projetos com metodologias específicas alinhadas com os saberes populares de

modo que os catadores pudessem ter acesso a novas fronteiras do conhecimento sem perder a sua essência enquanto trabalhadores de uma atividade tão importante para sociedade e para o meio ambiente. Assim o Movimento desenvolve “[...] projetos educativos, de cultura popular, atividades recreativas, de inclusão digital, oficinas artesanais, entre outros”. (MNCR, 2023).

Durante a realização da pesquisa identificamos algo no mínimo peculiar para ser discutido ou refletido, a Cooprec teve todo o apoio de um movimento ligado à igreja católica desde sua criação até sua estabilidade enquanto organização social formal, contudo, somente há poucos anos é que o MNCR reconheceu a cooperativa como sendo de catadores, esse longo período sem o apoio e reconhecimento do Movimento de catadores tem uma explicação que aos olhos do MNCR faz um certo sentido. A Cooprec desde que foi constituída e até o momento atual não é formada por catadores oriundos das ruas ou de lixões, diferentemente de outras cooperativas de reciclagem espalhadas país afora, em que majoritariamente são compostas por catadores(as) que foram convencidos a deixarem os lixões e as ruas e se associarem a uma organização formal.

Somente durante a entrevista com a Cooperada I e com a Cooperada II é que eu tive o conhecimento desse fato peculiar e importante. Aquilo que é tratado no cooperativismo como OQS e nada mais é que efetivamente a composição dos associados de uma cooperativa, na Cooprec essa composição é feita por pessoas distintas, mas sem a presença de sequer um único catador vindo da rua ou do lixão. E esse fato não ocorre por uma questão de exigência da Cooperativa, com possível imposição ou restrição à entrada desses catadores, mas sim pelo fato de a cooperativa ter regras estabelecidas e padrões que às vezes o catador independente ao entrar na cooperativa não consegue caminhar com o restante do grupo, tornando inviável sua permanência.

Para a Cooperada II, a não adesão e permanência do catador, propriamente dito (aquele que criou sua identidade catando nas ruas) ocorre pelo motivo de uma não adaptação, “...tivemos duas pessoas que eram ex-catadores de rua, eles ficaram um tempo aqui, mas não se adaptaram, eu penso que aqui eles não tinham a liberdade que tinham na rua, para trabalhar a hora que quisesse...” (Cooperada II).

A Cooperada I entende que essa não adesão do catador de rua na Cooprec não é necessariamente pelo motivo de uma não adaptação, mas um fato que ocorre por opção do catador:

“Tivemos aqui o Agenildo e o Reinaldo eles ficaram aqui uns 06 anos mais ou menos, aí como se diz o outro, ‘vuou’... Eu até achei que eles se adaptaram, que foi um aprendizado pra eles, conseguiram por exemplo sair da droga, eles tinham uma

dependência muito grande... Eles conseguiram a recuperar, eu não digo tudo, porque quem usa dessas coisas não consegue, né e eles conseguiram, daí eles ficaram mais ou menos uns 06 anos...”

Com a exceção dos catadores citados, o restante dos cooperados entraram na Cooprec sem necessariamente serem catadores, e trouxeram das suas origens e caminhadas, bagagens carregadas de histórias, dificuldades, desafios e conquistas, como é o caso da Cooperada I e da Cooperada II:

“Sou baiana, nasci no sertão da Bahia, até os 09 anos eu fiquei na Bahia, vim pra Goiânia, sempre trabalhei na roça ajudando meus pais... Aqui em Goiânia trabalhei do lar mais ou menos uns dez anos, trabalhei nas lojas americanas uns nove anos, e aí logo surgiu a Cooprec, mas antes de surgir a Cooprec, me casei em 83, tenho três filhos duas meninas e um menino, meus meninos graças a Deus conseguiram estudar e se formar. Meu menino fez mestrado... meu marido é pedreiro... A história da Cooprec, ela iniciou quando o pessoal da PUC tava fazendo um trabalho aqui no jardim Dom Fernando que foi uma área de invasão e foi um projeto assistido pela Universidade Católica essa invasão foi feita as ruas inclusive com o nome de pessoas que nos ajudaram e eu fui uma das sócias fundadoras do bairro também, a gente auxiliou na construção do bairro, foi uma luta muito grande de mulheres, aí surgiu o projeto Meia Ponte pela Universidade Católica. Nesse projeto tinham os programas. Horto de plantas Medicinais; a Escola de Circo; a Cooperativa de Reciclagem”. (Cooperada I).

“...sou viúva há trinta anos fui casada por 28 anos no qual tenho 04 filhos homens nascidos de mim mesmo, filho de sangue, e criei mais três meninas, que eram sobrinhas e hoje graças a Deus já estou com nove netos e dezoito bisnetos... A cooperativa é feita de um projeto que chama de Projeto Meia Ponte, nesse projeto tinha cinco unidades, uma dela é aqui a cooperativa. Mas tinha também um centro de formação com curso de cabelereiro, costureiro, pintor, vários cursos e eu fui pra lá pra fazer o curso de cabelereiro, eu já cortava cabelo, mas não tinha diploma, durante o curso me falaram aqui da cooperativa (risos) aí nos finais de semana tinha apoio da OCB e do SEBRAE que vinha fazer palestra pra gente e ensinar o que é uma cooperativa, porque a gente nunca tinha trabalhado em uma cooperativa. Aí eu vim pra cá em fevereiro de 98, quando foi fundada a cooperativa. E por amor ao meio ambiente e por amor pela Cooprec é que estou aqui até hoje. Com 74 anos, graças a Deus, firme e forte no trabalho... Eu fiz o segundo grau já depois que eu comecei a trabalhar aqui na cooperativa, eu percebi que faltava muita formação, eu voltei para sala de aula porque eu só tinha naquela época, na minha época, falava quarto ano primário, depois eu fiz supletivo do primeiro grau, depois fiz do segundo grau, tentei o vestibular, mas não passei aí desisti”. (Cooperada II).

A história da Cooprec se confunde com a própria história do(a)s cooperados(as), é carregada de lutas, frustrações e êxitos, são pessoas que se aproximaram umas das outras por necessidades afins e começaram a se construir e dividir um espaço de trabalho que até então era novo e diferente daquilo que haviam compartilhado anteriormente. Nessa construção, não houve o apoio de um movimento especificamente voltado para a luta dos catadores, sobretudo, porque ali não havia necessariamente pessoas oriundas do trabalho de catação, a criação da cooperativa foi pensada em contribuir com o meio ambiente e ao mesmo tempo minimizar os

problemas sociais da região onde a cooperativa foi instalada, com a inserção de pessoas no mundo trabalho de modo que eles pudessem prover seus sustentos.

Além disso, o projeto inicial buscava fazer com que essas questões sociais críticas fossem sendo amenizadas à medida que os moradores pudessem ter acesso a um trabalho e conseguissem uma determinada profissão em que eles melhorassem suas rendas.

Desde a criação da Cooprec muito tempo se passou, e embora as lutas e buscas por direitos e melhores condições de trabalho da cooperativa fossem semelhantes às aquelas levantadas pela bandeira do MNCR, o Movimento era resistente em reconhecer a Cooprec como sendo de catadores. Existem dois pontos importantes que podem explicar o fato dos representantes do MNCR ter tido uma certa resistência quanto ao reconhecimento da Cooprec enquanto organização de catadores de recicláveis. O primeiro em função da cooperativa não ser constituída efetivamente por catadores e o segundo foi mais por uma questão de ego evidenciada pela relação mantida entre a Cooprec e os profissionais ligados a UCG e do outro lado os integrantes do MNCR e alguns representantes da UFG.

“Eu vejo que a cooperativa tem uma característica diferente, não é uma cooperativa que vem da rua, por essa característica... e teve um ciúme muito grande dos catadores, porque a Cooprec foi criada pela Universidade Católica de Goiás e eles eram apoiados pela Universidade Federal de Goiás, então tem uma crítica, tinha uma crítica muito grande. Nós tivemos muita dificuldade para sermos reconhecidos pelo Movimento.” (Cooperada I).

Ser reconhecida efetivamente como sendo uma organização de catadores, não foi algo fácil de ser construído, foram muitas discussões, debates acalorados, resistência por parte de dirigentes do Movimento em Goiás, mas após esse reconhecimento a Cooprec e os seus cooperados(as) conquistaram o respeito dos integrantes do Movimento, explica a Cooperada I.

“Eu lembro que eu estava em um congresso ou um seminário, não me lembro ao certo e houve essa discussão e o movimento estava lá, o representante bateu na tecla que a Cooprec não era de catadora. O que respaldou a Cooprec foi uma lei, tem uma lei 12.305? Acho que é isso, ela fala que todos que trabalham com a reciclagem é considerado catador, então essa lei respaldou nós, aí eles reconheceu, inclusive eles teve que assinar um papel reconhecendo a Cooprec. Hoje a gente não tem isso mais, pelo contrário, a Cooprec é muito bem vista pelo Movimento... Tivemos que trabalhar o reconhecimento deles.” (Cooperada I).

Com ou sem o apoio do MNRC no processo de constituição de cooperativas e associações é comum observar, em algumas outras organizações que tenho visitado, a rotatividade de cooperados. Uma das alegações de outros dirigentes é justamente semelhante ao que a Cooperada II havia relatado na Cooprec, uma questão de “adaptação”. Nessas outras organizações o que ficou evidente é que os catadores que chegam da rua e não estão

acostumados a seguir regras, horários, rotinas, não conseguem se adaptar a dinâmica de trabalho de uma cooperativa, o fato de trabalharem dentro do galpão também retira a sensação de liberdade que a rua proporciona.

Não existe uma regra que, para se constituir uma cooperativa ou associação de catadores, essas pessoas necessariamente tenham que ter trabalhado exclusivamente catando recicláveis nas ruas, é fato que, pela pouca estrutura que recebem, realmente são os que mais necessitam e quanto mais movimentos tiverem para lutar pelos direitos e reconhecimentos desses trabalhadores, melhor será para o fortalecimento dessa categoria como um todo, sejam aqueles que estão em organizações sociais como os da Cooprec e de outras cooperativas e associações, sejam aqueles que optaram por continuarem trabalhando de forma individual.

3.5 SABERES E APRENDIZAGENS SOCIAIS A PARTIR DO TRABALHO DE RECICLAGEM.

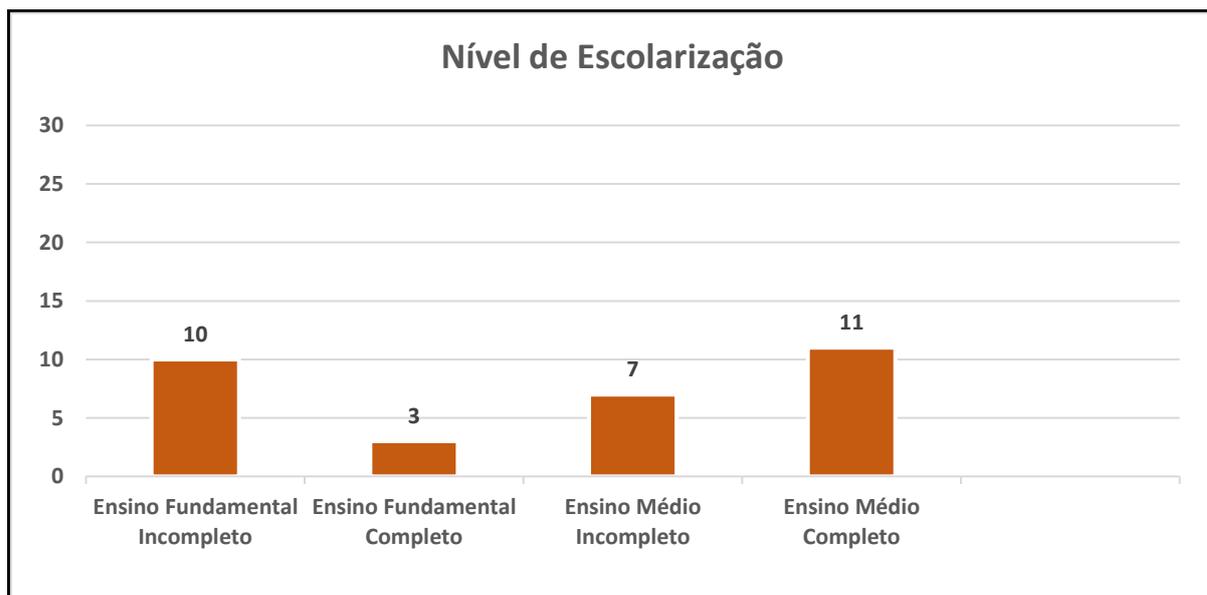
Viver em uma sociedade que cada vez se torna mais individualista e que nos cobra melhor desempenho em nossos ofícios e nas áreas onde atuamos como profissionais, tem sido cada vez mais desafiador. A educação por meio da “escolarização” se torna um dos meios de conquistarmos nossos espaços e de buscarmos conhecimento e lutarmos por direitos e melhores condições de trabalho, fazendo frente ao sistema em que de um lado estão os detentores dos meios de produção que ditam o ritmo e a dinâmica do chamado mercado e estabelecem regras ou flexibilidades como uma espécie de engodo para atrair o outro lado, os trabalhadores, numa demonstração clara da divisão das relações envoltas ao trabalho.

Mas a educação formal através da “escolarização” não é a última fronteira do conhecimento, não é o único campo, tampouco, a única fonte onde se pode beber de novos saberes e aprendizagens, nesse sentido, o trabalho e as suas especificidades, as suas regras, os seus regimentos, as suas complexidades e resolubilidades são campos fartos de novos saberes, de novos conhecimentos e de disseminação de outras vertentes do conhecimento como cultura e socialização.

Embora a escolarização não seja essa última fronteira do conhecimento, identificar como esse processo está posto na Cooprec é de fundamental importância para discutir sobre o nível de compreensão dos catadores sobre questões que envolvem a própria condução da cooperativa. Quando da realização das entrevistas com as cooperadas fundadoras tivemos a oportunidade de aplicar um questionário com todos os cooperados para fazermos essa identificação do nível de escolarização.

O que esses dados nos apresentam? Dos 31 cooperados da Cooprec, 32,26% declararam ter o ensino fundamental incompleto, aqueles que completaram o ensino fundamental somam 9,68%, já os que não conseguiram concluir o ensino médio o percentual gira em torno de 22,58% ao passo que, o maior percentual, 35,48%, afirma ter concluído o ensino médio, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Nível de escolarização das cooperadas e cooperados da Cooprec



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A “escolarização” por si só não é capaz de formar o catador para sua atividade, no entanto, é necessário deixar claro que a educação formal explicitada na “escolarização” é de suma importância para que o cooperado/catador possa entender o funcionamento de outras áreas da cooperativa que precisam de uma escolarização mínima, pois ali, ele terá que em algum momento utilizar a escrita para redigir documentos, como as atas das assembleias gerais, fazer leitura dessas mesmas atas, estatutos e eventuais contratos que a cooperativa venha firmar e interpretar informações relacionadas a parte de escritório, a atuação comercial e a gestão da cooperativa.

Para além da escolarização, que outras aprendizagens são adquiridas e como é estabelecida a relação dos catadores uns com os outros e com suas rotinas no campo de trabalho? Na Cooprec cada cooperado sabe o papel, a função e o cumprimento de suas jornadas de trabalho. Os cooperados também tem os seus momentos de socialização e é justamente no café da manhã, antes do início das atividades, que fatos corriqueiros do dia a dia são trazidos, gerando risos e descontração, assuntos que repercutiram positiva ou negativamente no trabalho

da reciclagem e também existem aqueles assuntos mais delicados que causam frustrações e tristezas, que num primeiro momento não são expostos, mas acabam vindo à tona, como é o caso de uma cooperada que estava grávida de poucas semanas e não conseguiu segurar a gestação ocasionando um aborto espontâneo.

Esse momento de socialização é quebrado com a proximidade do horário de iniciar as atividades. Aos poucos os cooperados começam a levantar e se encaminham para iniciar as atividades do dia.

“Aqui o pessoal é bem pontual, chega antes da sete da manhã a gente se reuni aqui para tomar café e socializar, é impressionante cinco para sete você já vê as pessoas levantando para começar a trabalhar, mas também deu quatro horas da tarde você não acha mais ninguém, são pontuais na entrada e na saída... (risos)” (Cooperada I).

Durante a realização das atividades existe toda uma coordenação e uma execução de procedimentos que é de conhecimento intrínseco ao trabalho de reciclagem. A logística de entrada dos materiais ocorre com o caminhão da coleta seletiva que é pesado e descarregado em uma parte anexa ao galpão principal, em média são descarregados quatro caminhões de material, sendo um durante o dia e três no período noturno, além da própria coleta realizada pela cooperativa que ocorre em dias alternados da semana. Esse material, após ser descarregado, é empurrado por um trator até próximo a uma rampa. O Senhor José que veio, há muitos anos, da região do Cariri no Estado do Ceará, é um desses incansáveis cooperados que se dedicam com afinco ao trabalho, é ele que faz a primeira triagem, com a disposição, habilidade e uma destreza de dar inveja a muitos jovens, ele retira os papelões despejando-os ao lado da rampa para serem posteriormente levados para prensa, o restante do material (plástico, embalagem tetra pak, papeis brancos e mistos, etc.) é empurrado para rampa de modo que o processo gravitacional faça com que o material chegue até a esteira onde ocorrerá a separação.

Durante a realização da entrevista com a Cooperada I, assim como, quando tivemos a oportunidade de realizar a primeira visita para conhecer a Cooprec, ela novamente fez uma espécie de tour pela cooperativa, mas agora relatando com mais riqueza de detalhes sobre o processo de separação da reciclagem e o trabalho realizado pelas cooperadas e cooperados:

“Quando o caminhão descarrega a esteira vai sendo alimentada, aqui na esteira tem as duplas, cada dupla vai pegando um tipo de material. Uma dupla pega só plástico a outra só papeis, tem dupla que pega só garrafa. Após essa triagem, aqui tem uma segunda triagem que depois eu vou mostrar pra você do outro lado...” (Cooperada I).

Na esteira ficam oito mulheres, quatro de cada lado (formando as duplas), a distribuição por duplas torna o trabalho mais eficiente e menos desgastante, cada dupla fica responsável por um tipo de produto, se por acaso um determinado item passar despercebido por uma das

integrantes da dupla, dificilmente aquele material passará pela outra. Uma dessas cooperadas que fica posicionada mais ao extremo da esteira controla a velocidade, diminuindo ou parando a rotação da esteira quando o volume de material atinge um nível alto, dificultando a separação. Embora, essas cooperadas possuam uma habilidade e façam o seu trabalho com celeridade, a depender da quantidade de material que cai na esteira, pode ocorrer uma sobrecarga, então uma das cooperadas que está mais próxima onde o material começa a se avolumar “dá o grito” para que a esteira possa ser parada permitindo que os recicláveis ali em cima sejam separados e colocado nos bags.

As cooperadas posicionadas ao longo da esteira conseguem ao final do dia encher entre vinte e vinte dois bags com o material reciclável que já saem prontos para comercialização. “O produto sai prontinho para ser comercializado, tem plástico branco, plástico misto, plástico preto, papelão, papel branco, papel misto, isopor, garrafa, aqui passa de tudo...” (Cooperada I).

A Cooperada I fala com a propriedade de quem trabalha com a reciclagem há quase trinta anos, detém o conhecimento sobre os diferentes tipos de materiais e aqueles que possuem maior valor agregado, isso permite que vez ou outra, ela na condição de diretora administrativa/financeira, possa orientar as demais cooperadas quando percebe que determinado material foi colocado de maneira equivocada em um bag diferente daquele que deveria ser destinado.

Por deter um vasto conhecimento acerca da reciclagem, adquirido ao longo de anos de experiência na atividade, a associada fundadora é respeitada e de certa forma inspira e instiga a outras cooperadas que acabam também se dedicando e adquirindo confiança e segurança para realizar a separação com base no tipo de material, levando em consideração as características e propriedades de cada item que está sendo triado.

São as habilidades, as técnicas e o conhecimento sobre as diversas características de diversos produtos que fazem do trabalho de reciclagem um aprendizado constante. Ali também, na esteira, as cooperadas acabam se socializando e trocando suas experiências de vida, assuntos diversos viram motivo de risos, debates e discussões.

Fotografia 5 - Material reciclável para separação e triagem



Fonte: Registro do autor durante visitas à cooperativa (2022).

O(a) cooperado(a) catador(a) ao longo do fio de uma trajetória se constrói e reconstrói, através das experiências adquiridas no trabalho ele apreende um conhecimento tal, em que consegue classificar esse material de modo que durante a venda, o retorno financeiro seja compatível já que alguns materiais possuem valor agregado maior que outros a depender das características, da textura, da composição, da densidade, da intensidade e da cor desse material.

Mais adiante, do outro lado do galpão, na prensa, a forma como papelão é colocado, a técnica para amarrar o “fardinho” com o barbante e a própria habilidade para retirá-lo e colocá-lo na transpaleteira, são saberes próprios de quem executa a atividade, de quem vive aquilo diariamente e consegue saber que algo está errado quando, por exemplo, o barulho emitido pelo motor da máquina aponta para um possível problema de funcionamento. Essas são aprendizagens que não necessitam passar pelo processo formal de educação para serem desenvolvidas com a precisão que carecem ser realizadas.

Essas técnicas e habilidades próprias dos saberes do trabalho remetem ao estudo da ergologia no qual Schwartz (2003, p. 23) afirma que “[...]toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos[...]”. A centralidade do trabalho nesse processo de formação humana é pressuposto para própria compreensão das aprendizagens a partir das técnicas empregadas na realização das atividades.

A relação de trabalho e de convívio dentro de uma organização coletiva como a Cooprec também nos mostram outras descobertas e possibilidades que a categoria trabalho pode

propiciar como aprendizagem social, essas aprendizagens não estão restritas unicamente a atividade de catação:

Outra coisa que eu percebi também no início, nessa época eu era a presidente, é chegava motorista aqui e não tinha a, tinha habilitação, mas não tinha experiência e a gente pegava esse motorista, esse motorista ia ficando e pegava experiência e caia fora né e eu comecei a ficar enciumada, aí um dia eu comentando com uma pessoa que teve aqui, justamente fazendo esse tipo de pergunta né (risos) aí eu falei assim, aqui é assim, quando as pessoas estão boas que conhece o serviço aí cai fora, aí ela disse assim: a senhora tem que ficar é satisfeita e tá vendo que as pessoas estão melhorando através daqui é um tipo de capacitação. Aí eu comecei a ver com outros olhos né”. (Cooperada II).

As experiências e o amor pelo meio ambiente e pelo que faz podem ser observados a partir do relato de quem viveu e vive o dia a dia de uma cooperativa de reciclagem:

“Eu como sou apaixonada pelo meio ambiente a parte que eu mais destaco aqui é educação ambiental, então eu saia muito para os colégios, até faculdade eu ia para poder falar sobre o nosso trabalho e com isso fui chamada em vários lugares... eu fiz de tudo aqui na cooperativa, inclusive ser presidente durante seis anos, na época que a cooperativa estava mais capenga, mais difícil, mas pra não deixar ela fechar, que chegou ao ponto de querer fechar, eu permaneci na presidência pra não deixar aqui fechar, isso por amor que eu tenho aqui na cooperativa” (Cooperada II).

A idade um pouco avançada e apresentando problemas de saúde relacionados a artrose (já relatado anteriormente) não fazem a cooperada fundadora desistir, ela entende que é um trabalho leve, e que tem sua contribuição para o meio ambiente. Ainda que considere como sendo um trabalho “leve”, que não exige um esforço físico de grande impacto, não deixa de existir as suas complexidades, pois exige toda uma técnica aplicada para retirar o pó das cápsulas, são saberes que a educação formal da “escolarização” não prepara para o trabalho, ou seja, a cooperada desenvolve a habilidade com a experiência adquirida pela própria execução da atividade.

“Hoje eu faço todo tipo de trabalho que eu preciso de fazer, que eu dou conta de fazer, porque nem todos eu dou conta mais, hoje eu estou mais na parte que também é ambiental, que é tirar o pó de café das cápsulas, aqueles cafezinhos expressos, é um serviço bem leve que eu dou conta de fazer, tranquilo e é a parte ambiental também, porque do pó do café a gente manda para empresa que vai fazer o adubo orgânico” (Cooperada II).

Fotografia 6 - Cooperadas retirando pó das cápsulas de café expresso



Fonte: Registro do autor durante visitas à cooperativa (2023).

Em uma dimensão objetiva os processos de socialização (família, educação escolar, profissionalização, relações de trabalho) possuem ingredientes importantes na vida do catador, assim como os aspectos subjetivos que estão relacionados a cognição e afetividade e são estabelecidos institucionalmente. Para a Cooperada II a Cooprec teve um papel importantíssimo em sua vida.

“eu fui uma pessoa que tive a formação da bem antiga né, que a filha mulher era domesticada para tomar conta de casa, quando eu casei eu achei que ia me libertar disso, casei com outro que tinha a mesma mentalidade (risos), então eu só me libertei quando eu fiquei viúva, então eu comecei a trabalhar e vim pra cá, então isso aqui pra mim foi assim uma liberdade mesmo que eu não tive antes...” (Cooperada II).

Depois de sua entrada na cooperativa a vida teve um novo sentido “eu passei a ser outra pessoa... Aqui eu aprendi muita coisa e também ensinei... meu marido já faleceu, meus filhos hoje estão formados e se sentem orgulhosos por eu trabalhar na Cooprec”.

E não é só do trabalho pesado e exaustivo que vivem os cooperados, eles sempre estão buscando formas de manter essa socialização. Mesmo com todas as dificuldades encontradas, quem ocupa o lugar de direção na cooperativa não mede esforços para manter uma tradição de confraternizarem entre si as datas comemorativas de aniversários dos cooperados, natal e páscoa, seja apenas com um lanche ou com uma singela lembrancinha, eles procuram sempre se reunir para agradecer e fortalecerem os laços.

Fotografia 7 - Cooperadas e cooperados em confraternização da páscoa



Fonte: Registro do autor durante visita à cooperativa (2022).

Na foto acima, foi um desses momentos onde registramos a comemoração da páscoa de 2022. A Cooperada I explica que fizeram um esforço muito grande para não passar em branco “quando chega uma data dessas como agora ou no natal, os cooperados já ficam naquela expectativa de receber algo”.

Momentos como esses são próprios para o riso, abraços, descontração, também servem para os cooperados melhorarem a relação uns com os outros, de certo modo esses momentos também se configuram como novas aprendizagens, sobretudo, em função do respeito ao outro, da tolerância. Ainda que não ocorra com frequência, os cooperados levam para o trabalho esses momentos, o ambiente se torna mais leve, as relações passam a ser mais amistosas e os espaços e opiniões se tornam toleráveis, mesmo quando o outro lado pense de forma contrária.

A Cooperada I se recorda que a vinda para Cooprec trouxe para ela muitas outras aprendizagens, sobretudo, na parte das relações com outros cooperados e no enfrentamento aos problemas próprios do dia a dia em uma cooperativa de reciclagem.

“eu acho assim, a Cooprec me ensinou muito a viver, aí me ensinou a ter paciência, ela me ensinou eu a ver as coisas diferentes, a pensar no outro, a me colocar no lugar do outro. Às vezes eu pensava assim: eu tenho um problema e não vou conseguir vencer ele, agora eu falo assim... eu penso, amanhã isso vai passar, vai passar. Então ela me ajudou a repensar a respeitar muito o outro...” (Cooperada I).

Para além dos saberes apreendidos nos momentos de confraternização, de socialização e da própria execução do trabalho, atendo-se aos detalhes da prática empregada na atividade da reciclagem, o fato de fazer parte de uma organização coletiva também permite que outros saberes sejam incrementados na vida do cooperado/catador.

As rotinas estabelecidas na cooperativa, os ritos a serem seguidos durante a realização de reuniões e assembleias são fartos de novas experiências e novos conhecimentos dos quais os cooperados participam efetivamente com direito a voz e voto. Ali são discutidos assuntos delicados, que impactam o andar da cooperativa, a depender das pautas, as discussões podem ficar mais acaloradas e por vezes até gerar algum tipo de desconforto entre os cooperados. Nesse momento a experiência de quem convive há mais tempo com o grupo e conhece mais detalhadamente os pormenores dos ritos assembleares, utiliza de seus conhecimentos e de sua liderança para orientar e fazer com que o grupo encontre um consenso nas decisões. “Às vezes tem reuniões aqui que é preciso a gente pedir a fala e explicar para acalmar as pessoas...” (Cooperada I).

A Assembleia Geral Ordinária (AGO)³³ é uma dessas reuniões gerais em que os cooperados discutem pautas que podem manter ou alterar a condução e os rumos a serem tomados pela cooperativa, nesse sentido, a participação do cooperado é de suma importância, é ali que ele terá o direito de exercer o seu poder de voz, expondo sua opinião acerca de determinado tema, discordando, confrontando com a opinião de outros e votando aquilo que for melhor para a coletividade.

Na AGO são discutidos temas como relatório de atividades, prestação de contas, renovação de diretoria e do conselho fiscal, remuneração de dirigentes, definição de sobras ou rateio de perdas. Algumas dessas pautas podem se tornar mais tensas quando determinado cooperado/catador não compreende aquilo que se está discutindo ou quando as questões de transparência não estão postas de uma forma acessível a todos.

Além da AGO os cooperados na condição de interessados no futuro da cooperativa, ainda podem e devem participar de outras duas formas de assembleias gerais, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE)³⁴ e a Assembleia Geral Especial (AGESP)³⁵, em qualquer dessas

³³ De acordo com a lei 5764/71 As Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) ocorrem nos primeiros três meses de cada ano para deliberar sobre: prestação de contas, renovação dos órgãos de administração e conselho fiscal, definição das sobras ou rateio das perdas, remuneração dos membros da diretoria. (vide referências).

³⁴ A lei 5.764/71 também disciplina a AGE para tratar de pautas relacionadas a reforma do estatuto social, fusão, incorporação, desmembramento, dissolução voluntária, mudança de objeto da sociedade. (vide referências).

³⁵ A lei 12690/12 determina que a AGESP trate de: gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho. (vide referências).

assembleias os cooperados podem se manifestar, emitir suas opiniões, buscar soluções em conjunto.

A participação e a troca de ideias acerca de determinados temas não ficam restritos unicamente as assembleias gerais, na Cooprec, semanalmente, mais precisamente nas sextas-feiras, os cooperados se reúnem pela manhã para discutir assuntos que geraram algum tipo de desconforto no grupo, pode ser sobre a execução no trabalho que não saiu conforme o planejado, equipamento danificado, problema mecânico no caminhão, sobrecarga dos cooperados devido à ausência de outros, a queda no volume de material reciclável recebido por problemas relacionados ao contrato firmado entre Comurg e a empresa terceirizada que faz a coleta seletiva, dentre outros. Nesse encontro semanal o grupo também discute previamente sobre situações futuras que podem ocorrer na semana seguinte, como pagamento de alguma conta, remuneração (rateio) dos cooperados.

Fotografia 8 – Assembleia geral ordinária (AGO)



Fonte: Registro do autor durante assembleia realizada pela cooperativa (2022).

Em todas essas discussões, debates, argumentações, o cooperado e a cooperada com o seu conhecimento, com suas vivências e experiências, acabam enxergando ou compreendendo algo que anteriormente não estava aos seus olhos. Esse compartilhamento e troca que ocorre entre o grupo, com a possibilidade do outro ser ouvido, gera novas formas de aprendizagens

através das próprias discussões e debates em torno de temas por vezes considerados polêmicos, mas que através do diálogo abre caminho para novas possibilidades.

Nessas trocas os cooperados se sentem mais confiantes para expor suas opiniões, para negociar, para cobrar, para argumentar e reivindicar seus direitos, como em duas oportunidades ocorridas no início de 2023 em que os cooperados de todas as cooperativas de reciclagem da capital se reuniram em frente ao Paço Municipal para cobrar providências da prefeitura devido a paralização da coleta seletiva.

Para chegar a um consenso em matérias discutidas nas reuniões da cooperativa e busca por soluções em pautas reivindicatórias fica claro que o cooperado não precisa necessariamente ter uma formação com título, uma escolarização, na própria dinâmica desenvolvida no seu campo de trabalho, ele consegue compreender aquilo que está prejudicando o bom andamento da organização social a qual faz parte. Dessa forma, o processo de escolarização não seria a única forma de conhecimento, mas se somaria a outros saberes que os cooperados já possuem, ou que desenvolvem e aperfeiçoam através de suas trajetórias, das vivências e das convivências no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos essas considerações falando da motivação que nos levou a abordar sobre o tema e o objeto central da pesquisa, os catadores de uma cooperativa de reciclagem. A história, as trajetórias, as lutas e as adversidades enfrentadas por trabalhadores estigmatizados, excluídos e empurrados para a margem da sociedade foi o que nos instigou a trazer para o debate, para as discussões e para refletirmos sobre a formação de uma categoria de trabalhadores que desenvolvem um trabalho de suma importância para a sociedade e para o meio ambiente e que ao mesmo tempo é relegada.

A nossa pretensão era realizar a pesquisa em todas as cooperativas de reciclagem de Goiânia, mas em conversa assertiva com a orientadora, alteramos nossa rota devido às dificuldades que seriam enfrentadas, o tempo de execução, a possibilidade de não aceitação de todas as organizações na participação da pesquisa e fornecimento de informações, seriam apenas alguns desses possíveis entraves. Assim, com a anuência da orientadora, decidimos por focar em uma única cooperativa, a Cooprec.

Com isso, a proposta desta dissertação foi estruturada em três capítulos, divididos conforme as bases que sustentam a atividade de catação/reciclagem, o cooperativismo, os movimentos sociais, a educação e o trabalho. A abordagem foi necessária para compreendermos em que situação o objeto de nossa pesquisa está inserido.

Para tanto, fizemos uma contextualização da estrutura orgânica que permeia a cadeia de reciclagem, contemplando os sujeitos envolvidos nesse processo, amparado pela instrumentalização da PNRS e da coleta seletiva na capital goiana. Em si tratando de uma organização coletiva ancorada nos preceitos cooperativistas, buscamos refletir sobre os contributos dos precursores do cooperativismo para o pensamento contemporâneo, abordamos sobre o sistema de representação cooperativista nacional, com enfoque nas cooperativas de reciclagem, sobretudo, as constituídas em Goiânia.

Neste caminhar, destacamos o papel dos movimentos sociais, dando mais atenção ao MNCR, procurando destacar a atuação na busca por direitos da categoria de trabalhadores da reciclagem. Identificamos ao longo desse percurso que a Cooprec possui uma peculiaridade que fez com que o MNCR demorasse a reconhecê-la como cooperativa de catadores de recicláveis. O não reconhecimento foi por um longo período objeto de discussão, devido a Cooprec não ser formada exclusivamente por catadores vindos da rua. Essa informação só veio ao conhecimento e ficou mais evidente a partir da realização desta pesquisa.

Tratamos da atuação da educação como prática social transformadora, quanto a categoria trabalho, discutimos e refletimos sobre os conceitos, o processo de divisão e a precarização, além disso, destacamos o trabalho como função social, entendendo que o trabalho tem sua contribuição no processo de aprendizagens na medida em que os cooperados se apropriam de novas técnicas, procedimentos, posturas e saberes.

Devido a localização da Cooprec, a ideia inicial era fazer um levantamento das teses, dissertações e artigos, publicados no Estado de Goiás nos últimos cinco anos, mas a busca nos mostrou que o número de publicações que dialogam com os processos formativos e as transformações advindas do trabalho precarizado realizado em uma cooperativa ou associação era inexpressivo em Goiás, na busca foi encontrado diversos trabalhos e publicações que abordavam discussões sobre a saúde física e psicológicas e as relações de trabalho do catador. Assim, focamos em uma única dissertação com abordagem sobre o tema formação, que nos trouxe informações importantes sobre as cooperativas de Goiânia, dentre elas a Cooprec.

É fato que em outros estados, sobretudo, do sul e do sudeste do país existem inúmeros trabalhos, pesquisas e publicações sobre o tema, mas a ideia era realmente fazer uma busca com base nas pesquisas realizadas aqui em Goiás, levando em consideração as características locais.

Sobre a Cooprec, procuramos contextualizar o processo de surgimento e onde essa referida cooperativa está inserida, trazendo elementos legais disciplinados no estatuto social. Tornamos evidente a área de atuação da cooperativa, os aspectos econômicos, financeiros e sociais, o nível de organização, o momento de ascensão, declínio e reerguimento da cooperativa, correlacionando com a educação e o trabalho.

Na mesma esteira, demos ênfase as cooperadas/catadoras, trazendo um pouco da trajetória, dos desafios, das questões de gênero e raça, ressaltando a prevalência da mulher negra em relação ao homem na atividade de reciclagem na cooperativa.

Sob o ponto de vista metodológico lançamos mão dos instrumentos legais que institucionalizam e regulamentam a atividade cooperativista e a atividade de catação, foi realizada também uma pesquisa bibliográfica buscando na literatura teóricos que dialogassem com os temas reciclagem, cooperativismo, educação, trabalho e movimentos sociais. Para tanto, nos embasamos em autores como: Adorno, Caldart, Castel, Durkheim, Freire, Gohn, Kuenzer, Marx, Schwart, Schneider, Singer, Teixeira, Vatin, Valadares, Warren, dentre outros.

Ainda sobre a abordagem teórico metodológica, realizamos entrevistas semiestruturadas com duas das mais antigas cooperadas, além disso, também fizemos uma espécie de imersão na cooperativa, acompanhando, observando e por vezes participando do serviço de separação dos

recicláveis junto com cooperados(as), com o intuito de vivenciar, ainda que ocasionalmente, o que ocorre no dia a dia na rotina dos cooperados/cooperadas da Cooprec.

Nesse sentido, pude perceber a dificuldade enfrentada pelas catadoras e catadores durante a realização das atividades, a começar pelo material. Embora seja da coleta seletiva, boa parte do material chega na cooperativa junto com outros resíduos orgânicos, demonstrando a falta de educação ambiental da população que não faz a separação correta dos resíduos domésticos. Além disso, o maquinário desgastado, devido ao longo período de uso, torna o trabalho em determinados momentos mais dificultoso. Outro aspecto identificado está relacionado ao cansaço físico de ficar por horas em uma determinada posição separando o material conforme as características e particularidades dos recicláveis, levando em consideração cor, textura, tipo de material, etc.

Para além das observações vivenciadas na realização das atividades que envolvem processos operacionais da reciclagem, a riqueza de detalhes com que as vozes experientes das entrevistadas nos relataram situações da vida vivida na cooperativa, conciliada com a vida vivida em seus lares, ditaram o caminho que fomos traçando ao longo das nossas conversas e anotações. Em meio a essas conversas, algumas falas fortes e marcantes que envolvem questões delicadas e outras engraçadas que nos fizeram dar boas gargalhadas.

A entrevista permitiu que discutíssemos sobre o processo de nascimento da cooperativa, a socialização entre cooperados, as rotinas, as atividades de reciclagem com os saberes e aprendizagens, as relações de trabalho, a participação e discussões em reuniões, as capacitações e treinamentos, as vantagens e desvantagens de fazer parte de uma organização cooperativa, as alterações no modo de vida a partir do trabalho coletivo.

Sobre os processos formativos, os conhecimentos, saberes e aprendizagens, a pesquisa na Cooprec nos mostra que os cooperados e cooperadas possuem um nível de escolaridade de certa forma mais avançado que a média geral de catadores.

A educação formal, através do processo de escolarização, é importante em qualquer circunstância, pois são essas aprendizagens formais que irão preparar os catadores, por exemplo, para redigirem, lerem, assinarem, interpretarem documentos da cooperativa como atas, regimento e estatuto, além disso, eles poderão ter uma melhor compreensão de contratos firmados entre a cooperativa e eventuais parceiros. Mas tais processos formativos não anulam nem se sobrepõem a outras formas de aprendizagens e saberes do trabalho, pelo contrário, eles podem se complementar.

A atividade de reciclagem realizada pelos cooperados e cooperadas da Cooprec é permeada por saberes diversos, explicitados por técnicas, em que há a identificação e reconhecimento dos materiais através da textura, da espessura, da densidade ou da intensidade. Até o posicionamento na esteira feito por duplas tem um porquê, cada dupla recolhe um determinado tipo de material fazendo com que haja maior eficiência, menos erro e se torne menos desgastante e cansativo. Esses saberes práticos do trabalho foi a forma encontrada pelas cooperadas para ter um melhor desempenho.

A separação dos materiais levando em consideração as suas propriedades e características também tem uma finalidade, essa prática possui relação direta com o preço de comercialização de cada item. Os materiais coloridos (plásticos e vidros), por exemplo, possuem valor agregado mais baixo que os plásticos e vidros “brancos” que são os incolores. Esses são saberes próprios do trabalhador que está no dia a dia da atividade da reciclagem, ou seja, não são adquiridos em outros locais.

Que outros saberes e aprendizagens foram possíveis identificar da categoria trabalho a partir das atividades realizadas na cooperativa de reciclagem Cooprec? Na prensa, além de ter uma noção da quantidade de papel a ser colocado, o cooperado que a manuseia desenvolve conhecimentos sobre o funcionamento da máquina e qualquer barulho diferente do habitual já acende um alerta para possíveis problemas. O cooperado já está tão habituado a ouvir diariamente a máquina funcionar de uma determinada forma que qualquer ruído ou som diferente já o deixa em estado de atenção. Além dessas técnicas desenvolvidas para identificar possíveis problemas no equipamento, o cooperado que manuseia a prensa também adquire habilidade técnica para prender os “fardinhos” com barbante retirando-os da máquina de modo que o volume compactado não seja comprometido ao cair por sobre a transpaleteira, essas práticas são detalhes de uma atividade que requer, conhecimento, técnica e destreza.

Outros saberes sociais, compreendidos pelo trabalho coletivo identificados na Cooprec, estão relacionados à realização das assembleias, quando pautas mais polêmicas podem vir a ser discutidas, debatidas e votadas. Ali é o momento propício para que os cooperados possam se manifestar e emitir suas opiniões com base nos seus conhecimentos, experiências, vivências e participação efetiva. As socializações e confraternizações ocorridas no seio da cooperativa, são também outros momentos fartos de trocas de conhecimentos.

Acredito que a pesquisa nos dá um panorama dessas formações que o trabalho coletivo proporciona, no entanto, a cooperativa pesquisada tem características que se diferem das demais cooperativas de reciclagem por não ser necessariamente formada por catadores ou ex-catadores

de rua, talvez, em função disso, algumas perguntas que envolvem diretamente o catador oriundo da rua podem ser suscitadas e fiquem sem a devida resposta. Todavia, é possível que as lacunas que precisam ser melhor estudadas e preenchidas possam abrir espaço e caminho para que outros pesquisadores tenham a mesma motivação e lentes melhor ajustadas para buscar as respostas sobre as nuances que o trabalho de catação traz como saber para a formação do catador.

Por fim, os resultados da pesquisa, abrem espaços para novas discussões sobre a formação dos catadores dentro dos ambientes de trabalho, tendo a educação, a exclusão social e a precarização do trabalho como elementos norteadores. Sendo assim, espera-se que os resultados dessa pesquisa acadêmica sirvam como fonte de apoio para o aprofundamento do estudo e debate sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRE – Associação Brasileira de Embalagens. Sustentabilidade: Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.abre.org.br/sustentabilidade/picplast-divulga-estudo-sobre-a-industria-de-reciclagem-do-plastico-no-brasil/#:~:text=Foram%20encontradas%20716%20empresas%20em,sul%20e%20sudeste%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 21 de mar. De 2023.
- ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo: Abrelpe, 2018. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 16 out. 2021.
- ACI - <https://www.ica.coop/es/quienes-somos/alianza-cooperativa-internacional>. Acesso em 27 de nov. de 2022.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e Emancipação**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- ALBUQUERQUE, Anneliese Ferreira; Gaspar Lopes de Andrade, Everaldo. **A negociação coletiva supranacional e os conflitos sociais contemporâneos: do novo internacionalismo operário às lutas emancipatórias contra-hegemônicas**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4740>. Acesso em 27 de nov. de 2022.
- ALONSO, Ângela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate**. In.: Lua Nova, n. 76. São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWfXXz/?lang=pt&format=pdf>
- ALVES, Amone Inácia. “QUEM DEU À LUZ”: A Comissão Pastoral da Terra- CPT – e as práticas educativas na formação de trabalhadores rurais em Goiás. **Tese defendida no PPGE/ UFG**. Goiânia, 2010.
- AMORIM, Maria Gorete Rodrigues. **Educação para o trabalho no capitalismo: o Projovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- ANALÍA, Soria Batista e CODO, Wanderley. Trabalho sujo e estigma: cuidadores da morte nos cemitérios, **Revista de Estudios Sociales**, nº 63 p. 72-83 jan./mar 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/badus/Downloads/revestudsoc-1270.pdf>. Acesso em 19 de março de 2023.
- ARROYO, Miguel González. Pedagogias em Movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Revista Currículo Sem Fronteiras**, v. 3 n. 1 p. 28-49 jan./jun. 2003.
- BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, v. 12 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2009.
- BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF; 1971.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Capítulo II - Dos Direitos Sociais. Brasília, DF; 1988.
- BRASIL. Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999. **Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP**. Diário Oficial da União: Brasília, DF; 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. **Dispõe Sobre a Composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.** Diário Oficial da União: Brasília, DF; 2006.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Diário Oficial da União: Brasília, DF; 2010.

BRASIL. Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012. **Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento das Cooperativas de Trabalho.** Diário Oficial da União: Brasília, DF; 2012.

CALDART, Roseli Salet. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados. v. 15, n. 43, pp. 207- 224, 2001.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão.** In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC. 2004.

CATAFORTE, Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias. Disponível em: <http://www.ceadec.org.br/projetos/cataforte-III--negocios-sustentaveis-em-redes-solidarias/apresentacao>. Acesso em 12 de abr. 2022.

DEMAJOROVIC, Jacques. & LIMA, Márcia. **Cadeia de Reciclagem:** um olhar para os catadores. São Paulo: Senac Sesc, 2013.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social.** 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 62ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 73ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOIÂNIA. Decreto Municipal n.º 754, de 28 de março de 2008. **Institui o Programa Goiânia Coleta Seletiva.** Diário Oficial do Município: Goiânia, GO; 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória, Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, pp. 333-361, 2011.

GUIMARÃES, Vanessa Maria Coelho. DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE REICLÁVEIS DE GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?. Dissertação 2018 <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/74d24c5c-9342-4b31-afb8-2651d62e8495>. Acesso em 27 de nov. 2022.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>. Acesso em 17 nov. 2020.

IBGE, **Educa Ibge jovens.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 26 de jun. 2022.

IPEA, Instituto Pesquisa Econômica e Aplicada. **Situação Social dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável.** Brasília, 2013.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**: 10ª ed. São Paulo. Ed. Ática, 2014.

KAUCHAKJE, Samira. **35 anos de pesquisas sobre movimentos sociais**. RBCS, n.3, jan/jul. 2010, p. 113-132.

KUENZER, Acacia Zeneida. A Formação dos Trabalhadores no Espaço de Trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. v. 14 n. 25 p. 37-52. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9620/6741>. Acesso em 25 de nov. 2022.

LOPES, Paula Cristina. Educação, sociologia da educação e teorias sociológicas clássicas: Marx, Durkheim e Weber. **Repositório Institucional Camões**. Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

MARX, Karl. A Crítica da Economia Política. In.: _____. **O Capital (Livro 1)**. São Paulo: BOITEMPO, 2013. Livro 1, vol. 1.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de Medeiros & MACEDO, Kátia Barbosa (2006). Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia e Sociedade**, v.18 n. 02 p 62-71 mai./ago. 2006.

MIRANDA, Edna Lopes e FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte1. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, pp. 123-136, 2017.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis: <https://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/sua-historia>. Acesso em 24 de out. de 2022.

_____. Quantos catadores existem em atividade no Brasil? <https://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em 24 de out. 2022.

_____. Anuário da reciclagem 2018. <https://www.mnncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/anuario-da-reciclagem-2018-2018>. Acesso em 24 de out. 2022.

_____. Anuário da reciclagem 2021. https://www.mnncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/61cc5e10cd0e3c4593f77725_anuario-da-reciclagem-2021.pdf. Acesso em 24 de out. 2022.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Educação Cooperativista: **Cooperativismo Passo a Passo**. v. 1. OCB/SESCOOP-GO, 2012.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras: **Cooperativismo**. <https://www.goiascooperativo.coop.br/cooperativismo/>. Acesso em 27 de nov. 2022.

O POPULAR. Cidades. **Apenas 1,8% do lixo é reciclado em Goiânia**. Goiânia.

Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/apenas-1-8-do-lixo-%C3%A9reciclado-em-goi%C3%A2nia-1.2151251>. Acesso em 16 de nov. 2020.

RECICLOTECA, Centro de Informações Sobre Reciclagem e Meio Ambiente: Meia Ponte. Disponível em: <https://www.recicloteca.org.br/projetos/meia-ponte/>. Acesso em 20 de mar. 2022.

RIBEIRO, Ricardo. O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões: **Saúde e Sociedade**, v.18, supl. 2, 2009. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/SJj3TqPtxngWWKtScVDkYQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 de mar. 2023.

ROSSI, Flávia Cristina Regilio. **Sujeitos de Sua Própria História: a trajetória do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil (2001-2016)**. Campinas 2021.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, nº 34 jan./abr. 2007.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa: 2ª ed.** São Leopoldo. Ed. Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília. SESCOOP, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade Cooperativista: sua história e doutrina**. Porto Alegre. SESCOOP/RS, 2019.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e saber.**, v. 12, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2003.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.9,1, p.19-45, 2011.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Goiás – **Objetivos**. Disponível em: <https://www.goiascooperativo.coop.br/sescoop/> . Acesso em 15 de mar. 2023

SILVA, Viviane Nascimento; SANTOS, Gilmar Ribeiro.; DURÃES, Sarah Jane Alves. Trabalho: dimensões, significados e ampliação do conceito. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, 2, p.739-754, 2017. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n2.8356>>. E-ISSN: 1982-587.

SINGER Paul. I. **Introdução à economia solidária** (1st ed). Fundação Perseu Abramo. 2002.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico Temático. DIAGNOSTICO TEMATICO VISAO GERAL RS SNIS 2021.pdf** (www.gov.br). Acesso em 24 de out. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva; PAULA, Mabel Bastos; PINTO, Helma Souza. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52 n. 2 p. 246-262 mar./abr. 2012.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **A educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: Lições para nossa prática**. Brasília. SESCOOP, 2003.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, Emprego, Precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, V. 29, nº 77, p. 313–331. Mai./ago. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000200008>. Acesso em 11 de mar. 2023.

VARGAS, Juliano & FELIPE, Ednilson Silva. (2015). Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração

do mundo do trabalho no país. **Revista de Economia**, v. 41, n. 3 (ano 39), p. 127-148, set./dez. 2015.

VATIN, François. Marx et le travail: acte créateur et instrument d'aliénation. **Revue du MAUSS**, 6 février 2010. Disponível em <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article634>. (Tradução: Wanderson Ferreira Alves).

WARREN, Ilse Shcherer. **Movimentos Sociais: Um ensaio de interpretação sociológica**. 2ª Ed. Florianópolis. Ed. UFSC, 1987.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DAS COOPERADAS CATADORAS

- 1 - Fale Sobre você, sua vida familiar e profissional (idade, profissão, estado civil, família, cidade onde reside, gostos, etc.)
- 2 – Qual o seu nível de escolaridade?
- 3 – Há quanto tempo é cooperada(o) da Cooprec? Já era catador antes?
- 4 – Como você enxerga a Cooprec, e o que ela representa para você?
- 5 – Fale um pouco da sua experiência de trabalho, sendo uma associada de uma cooperativa de reciclagem. Como você realiza o seu trabalho? Em quais condições? Se sente realizado com essa atividade?
- 6 – Como você organiza seu tempo no desempenho de sua atividade? Descreva um pouco da rotina de trabalho e como consegue conciliar com as tarefas de casa?
- 7 - Como são estabelecidas as relações com os outros cooperados no seu ambiente de trabalho na cooperativa?
- 08 – Existem regras dentro da cooperativa? Concorda com elas? Como foram feitas?
- 09 – Você conhece os seus direitos, deveres e obrigações enquanto cooperada?
- 10- Com relação a formação, você já fez algum curso pela cooperativa?
- 11 – Os cursos e capacitações foram ministrados pela própria cooperativa, ou houve alguma parceria com entidades governamentais, universidades, iniciativa privada? Poderia citar como foi a experiência e o que aprendeu?
- 12 – E com relação à sua vida particular, houve algum impacto que consiga descrever após o acesso às capacitações ofertadas pela cooperativa?
- 13 – Você consegue descrever as vantagens e desvantagens de fazer parte de uma cooperativa de reciclagem?
- 14 – O que mudou em sua vida após fazer parte de uma cooperativa?
- 15 – Caso queira acrescentar mais alguma informação sobre o seu trabalho, as suas experiências e as aprendizagens dentro da cooperativa, sinta-se à vontade para relatar.

APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL DA ROTINA DE TRABALHO NA COOPREC

• ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO

1 – Local de observação

- Espaços da cooperativa
- Descrição do local de trabalho, administração, refeitório/ambiente de convivência

2 – Sujeitos observados

- Cooperadas e cooperados da Cooprec

3 – Dias e horários

- Durante a semana
- No expediente de trabalho
- Em assembleia ou reuniões

4 – Divisão do Trabalho

- Como as mulheres e homens se organizam em suas atividades
- Critérios estabelecidos

5 – Gestão e fiscalização da Cooperativa

- Eleição
- Hierarquia
- Reuniões

6 – Conflitos

- Reuniões

7 – Venda do material

- Responsáveis
- Negociação
- Parceiros

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**: Um estudo da Cooperativa de Reciclagem Cooprec na cidade de Goiânia. Meu nome é Emanuell Lopes Barros Oliveira, sou o (a) pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail emanuelllopes@discente.ufg.br e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 99217-6072, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os problemas sociais dos catadores de materiais recicláveis, levando em consideração aspectos como os processos educacionais formais, informais e não formais no âmbito de uma cooperativa de reciclagem, bem como, a precarização do trabalho nesse mesmo ambiente. Para tanto, será realizada entrevista com você, além de observação quanto a execução das atividades relacionadas a rotina de trabalho de reciclagem no âmbito da cooperativa. Nesse sentido, é sugerido que sejam reservados um momento e um local adequados para a leitura do Termo de Consentimento. Sugere-se também, que a entrevista seja realizada em um local privativo da cooperativa onde possa trazer conforto e segurança na hora de responder as perguntas. Durante a realização da pesquisa é necessário que seja reservado em um mês, um período de duas horas, por semana, das quais serão distribuídas uma hora para realização de entrevista e uma hora de observações e anotações por parte do pesquisador referente a rotina e as práticas de trabalho na cooperativa.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Autorizo o uso de minha voz em publicações.

() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: Um estudo da cooperativa de reciclagem Cooprec na cidade de Goiânia**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Emanuel Lopes Barros Oliveira** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM COOPREC NA CIDADE DE GOIÂNIA

Pesquisador: EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61152222.6.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.730.758

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM COOPREC NA CIDADE DE GOIÂNIA

Pesquisador Responsável: EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

Versão: 2

CAAE: 61152222.6.0000.5083

Submetido em: 05/10/2022

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

CRONOGRAMA:

Confeção e entrega de relatório ao Comitê de Ética de Pesquisa da UFG

01/05/2023 31/05/2023

Coleta de dados em campo 15/12/2022 15/01/2023

Submissão do Projeto na Plataforma Brasil para Análise do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP)

01/08/2022 01/12/2022

Análise e aprovação do projeto no Comitê de Ética

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpl@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.730.058

do Pesquisa da UFG

15/08/2022 01/12/2022

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a problemática social relacionada à formação dos catadores de materiais recicláveis em uma cooperativa de Goiânia, à luz da exclusão dos processos educativos formais e da precarização do trabalho.

Objetivo Secundário:

- Identificar aspectos dos processos educativos formais, informais e não formais na reprodução de vida dos trabalhadores inseridos em uma cooperativa de reciclagem;
- Apontar aspectos inerentes ao trabalho precário, estabelecendo um paralelo entre os catadores organizados em movimentos associativos e cooperativos daqueles que vivem na informalidade;
- Identificar o papel das mobilizações coletivas urbanas na luta pelos direitos sociais dos catadores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Os protocolos relacionados à COVID-19 serão tomados, como o distanciamento mínimo, a utilização de máscara e o uso de álcool em gel. No entanto, a pesquisa envolve entrevista e observações, que podem em determinado momento trazer algum tipo de risco, seja em relação a possíveis constrangimentos, quando o entrevistado sentir que está havendo uma certa invasão ou exposição, ou ainda desconforto em função de cansaço físico ou emocional. Na eventualidade de uma possível situação de risco você poderá desistir de participar da pesquisa, de qualquer forma, o pesquisador responsável tomará medidas imediatas se colocando à disposição, oferecendo total suporte e acompanhamento, levando a situação ao conhecimento do Comitê.

de Ética.

Benefícios:

Como benefício a participação na pesquisa possibilitará ao pesquisado, estabelecer diálogo com o pesquisador onde as informações coletadas serão importantes para compreender e refletir como se dá o processo de formação do catador de

Endereço: Alameda Raimbóani, Cid. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.ppi@ufg.br



relacionados à educação, ao trabalho e a exclusão social, para tanto, a pesquisa teórica deverá transitar pelo campo da educação, da sociologia, da pedagogia, contemplando autores e obras que tratem da luta dos movimentos sociais e da educação de grupos da sociedade que são estereotipados e excluídos. Além disso, será feito um levantamento documental dos instrumentos que institucionalizaram o processo de catação no Brasil. No que se refere ao método de abordagem, a condução deverá ser embasada sob a ótica do materialismo histórico e dialético, que trata das contradições da sociedade. Por fim, a investigação partirá para os participantes da pesquisa que estão inseridos na Cooperativa de Reciclagem Dom Fernando - Cooprec, onde será realizada entrevista semiestruturada, observações e acompanhamento dos catadores na realização de suas atividades, de modo que se consiga compreender como se dá os processos formativos do catador inserido em uma cooperativa de reciclagem.

Critério de Inclusão:

- Cooperado catador de material reciclável fundador ou que esteja a pelo menos 05 anos como associado da Cooperativa Cooprec.

Critério de Exclusão:

- Não-cooperado catador de reciclável;
- Cooperado catador de material reciclável com menos de 05 anos como associado da Cooperativa Cooprec.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Formulário com as Informações Básicas do Projeto - ok
- Carta de Encaminhamento ao CEP - ok
- Projeto de Pesquisa - ok
- TCLE atualizado - ok
- Cronograma - Adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que foram atendidas as pendências, sou pela aprovação do projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a

Endereço: Alameda Flamboyant, Cid. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.ppt@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.730.758

importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para maio de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1889922.pdf	05/10/2022 21:36:11		Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento_ao_CEP.pdf	05/10/2022 21:33:24	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Emanuel_Lopes_Barros_Oliveira.pdf	05/10/2022 21:30:28	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_atualizado.pdf	05/10/2022 21:28:59	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	01/08/2022 10:00:56	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	01/08/2022 09:56:40	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_assinado_pelo_responsavel_da_instituicao.pdf	29/07/2022 17:21:47	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_assinado.pdf	29/07/2022 17:20:03	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	28/07/2022 23:38:27	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.ppi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.730.758

GOIANIA, 30 de Outubro de 2022

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.ppi@ufg.br

Página 06 de 06

**ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E
PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) – EMENDA
SUBMETIDA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM COOPREC NA CIDADE DE GOIÂNIA

Pesquisador: EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61152222.6.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Detalhe:

Justificativa:

Data do Envio: 31/05/2023

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.111.128

Apresentação da Notificação:

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Data do Envio: 31/05/2023

Título (INICIAL) da Pesquisa: EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM COOPREC NA CIDADE DE GOIÂNIA

Título Final da Pesquisa: "A Coprec me ensinou a viver" Dimensões educativas e libertadoras do trabalho de catadores e catadoras de materiais de reciclagens em Goiânia.

Pesquisador Responsável: EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Objetivo da Notificação:

- Identificar as complexidades dos processos educativos formais e informais na reprodução

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.pipi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.111.128

de vida dos trabalhadores da reciclagem;

- Apontar aspectos inerentes a categoria trabalho, levando em consideração saberes, aprendizagens e subjetividades do catador a partir da atividade de catação;
- Identificar o papel das mobilizações coletivas urbanas na luta pelos direitos sociais dos catadores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No relatório não foram apresentados resultados em relação aos riscos.

Os benefícios ficaram configurados nos resultados da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

O projeto se propunha a realizar a pesquisa com cooperadas e cooperados fundadores ou que tivessem pelo menos cinco anos como associados da Cooperativa de Reciclagem Dom Fernando - Cooprec, no entanto, ao iniciar a pesquisa identificamos que o número de pessoas com mais de cinco anos como associado da cooperativa não era tão expressivo, além disso, percebemos uma certa resistência por parte de alguns possíveis participantes (sujeitos). Nesse sentido, em comum acordo com a orientadora, optamos por realizar a entrevista com as duas cooperadas fundadoras da cooperativa. Todo o conhecimento sobre a cooperativa e o trabalho realizado pelas catadoras e catadores, além de informações e fatos relevantes que antecederam a constituição da cooperativa foram determinantes para a escolha das cooperadas.

- Inicialmente buscamos conhecer melhor os sujeitos da pesquisa, observando como eles se relacionavam uns com os outros em suas rotinas e nas interações feitas a partir do trabalho de catação na cooperativa, para tanto, realizamos ao longo da pesquisa diversas visitas em lócus, tivemos conversas informais com as catadoras e catadores, onde fizemos algumas análises;
- Posteriormente observamos a rotina de trabalho das cooperadas e cooperados, nos atendo aos detalhes próprios da atividade, desde a chegada dos materiais, passando, pela triagem, depois a separação, posteriormente a prensagem e por fim o armazenamento e carregamento do caminhão;
- Além das conversas informais e das observações, também foram realizadas as entrevistas com as duas sócias fundadoras. Durante as entrevistas elas nos municiaram de informações relevantes para compreensão do trabalho de catação, mas sobretudo, pelos ensinamentos e aprendizagens adquiridas e transmitidas ao longo dos anos realizando o trabalho e através da própria vivência com as demais cooperadas e cooperados;
- As entrevistas foram importantes para compreender os aspectos do trabalho, da educação

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.pipi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.111.128

formal, informal e não-formal que permeiam a atividade de catação em um ambiente coletivo e autogerido;

- As entrevistas e observações nos mostraram, por exemplo, que as aprendizagens advindas das realizações do trabalho coletivo, tendo a educação cooperativista, a participação em assembleias, as discussões sobre o funcionamento da cooperativa, a participação efetiva das cooperadas e cooperados com direito a voz e voto dentro da cooperativa, foram importantes para compreendermos o processo de formação dos trabalhadores de reciclagem inseridos em uma cooperativa;

- A pesquisa também nos mostrou que as cooperadas e cooperados da Cooprec se diferem de outros catadores que fazem parte de outras cooperativas de reciclagem, devido ao fato das catadoras da Cooprec não serem ex-catadores oriundos das ruas ou dos lixões, ou seja, o quadro social da Cooprec é formado por pessoas que perderam seus empregos e não possuíam e ainda não possuem a qualificação exigida pelo mercado, nesse contexto estão inseridas as donas de casa que nunca tiveram a oportunidade de trabalhar em outros locais e as mulheres arimos de família;

- Com relação a educação formal, a pesquisa nos mostra que dos 31 cooperados da Cooprec, 32,26% possuem ensino fundamental incompleto, 9,68% possuem ensino fundamental completo, 22,58% não concluíram o ensino médio e 35,48%, afirmam ter concluído o ensino médio. Esses dados são importantes para compreendermos o nível de escolarização das cooperadas e cooperados, porém, é evidente que a baixa escolarização não é fator determinante para que as atividades sejam desenvolvidas, haja vista que outras

formas de aprendizagens são adquiridas tendo o trabalho como princípio educativo.

- Outro aspecto que chamou a atenção está relacionado ao gênero e a raça. Cerca de 67,74% de cooperados(as) da Cooprec são mulheres, sendo que desse percentual 75% se declaram negras (pretas ou pardas conforme classificação do IBGE). Os dados coletados na cooperativa são um reflexo daquilo que ocorre no país, uma vez, que a maioria das pessoas que coletam material reciclável são mulheres que se declaram negras.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHO NO X SEMINÁRIO INTERNACIONAL FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO: RESISTÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA;

- APRESENTAÇÃO DE TRABALHO NO ENCONTRO JOVENS PESQUISADORES DO CENTRO-OESTE E NORTE DO BRASIL – JOPEQAL;

- APRESENTAÇÃO DE TRABALHO NO XIX SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGE-UFG.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Continuação do Parecer: 6.111.128

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Relatório Final - ok

Ata de Defesa - Ok

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás considera este Protocolo de Pesquisa FINALIZADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatorio_final.pdf	31/05/2023 13:22:33	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Postado
Envio de Relatório Final	SEI_AtadeDefesadeDissertacao.pdf	31/05/2023 13:28:05	EMANUELL LOPES BARROS OLIVEIRA	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 12 de Junho de 2023

Assinado por:

Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br

Página 04 de 04